UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

IZILDO CARLOS ALVES DA SILVA

**A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação
produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André**

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação
produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André**

Izildo Carlos Alves da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Geografia
Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo, Departamento de Geografia, com vistas à
obtenção do título de Mestre em Geografia
Humana.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo
2008

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação / Serviço de Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586m Silva, Izildo Carlos Alves da
A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André / Izildo Carlos Alves da Silva. São Paulo, 2008. 163p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador: Heinz Dieter Heidemann

1. Mobilidade do Trabalho. 2. Reestruturação Produtiva. 3. Migração. 4. Santo André. I. Heidemann, Heinz Dieter. II. Título.

CDD 910.03

Izildo Carlos Alves da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, com vistas à obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em: ____/____/ 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

Orientador: FFLCH-USP

Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Instituição: FFLCH-USP

Profª. Dra. Marta da Silveira Luedemann

Instituição: UNESP (Ourinhos)

À memória de meus pais, pela inestimável luta de
nos fazer vingar. Àqueles que cruzaram terras
para morrer tão longe...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela mão estendida, pelo que me supre e dispõe. Porque me seria demais injusto esquecê-lo.

Ao Prof. Dieter, pelas críticas e orientação — pela sua ironia às certezas definitivas.

À Profa. Odete e ao Prof. Anselmo, pelo incentivo e correções sugeridas na qualificação.

Aos ex-alunos da E.E. “Dep. Hugo Lacorte”, que em 1986 me levaram a pensar pela primeira vez de forma objetiva a questão da mobilidade do trabalho e sua articulação com os imperativos do capital. A todos os alunos que compartilharam essa experiência de *um ano que não terminou*.

Aos amigos Wagnão e Benê, que sempre me ajudaram a pensar, cada um ao seu tempo, um como crítico radical do trabalho, outro como filósofo e poeta.

Ao amigo e mestre Domingos Sávio Corrêa, a quem devo a árdua tarefa de revisar os textos, tendo muitas vezes de operar no limite, a fim de proporcionar correções na aplicação das normas técnicas, e principalmente em relação ao conteúdo da pesquisa.

Ao amigo Djalma, pela crítica invariavelmente destrutiva e seu desdenhar ao referir-se ao comportamento excessivamente vaidoso da academia — *vaidades das vaidades...* —, aos livros que me emprestou e até hoje não devolvi.

Aos professores e alunos da E.E. “Dr. Américo Brasiliense” que em algum momento também colaboraram com esta pesquisa; em especial, à Márcia, à Júlia, à Rosana, à Leomar, ao Felipe, ao Ricardo e ao Marcola, e também à diretora Alice.

Aos colegas do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR-USP), pelas reflexões e leituras nas manhãs de sexta-feira; especialmente o Carlão (Carlos de Almeida Toledo).

Aos entrevistados, dos quais foi possível obter respostas para as indagações que iam surgindo, uma atrás da outra, conforme a pesquisa avançava. Pela cortesia, pelo prazer de conversar...

À Rosana, Vinícius e Heloísa, pelo amor e paciência, sem os quais eu nada seria. Eterno é o amor que tenho por vocês, mesmo que tantas vezes este pareça incrustado. Um beijo grande e todo o meu carinho.

Ao Sr. Sérgio, pela insistência em me chamar para pescar, justo quando eu mais estava em desespero, contando que o tempo não desse.

Às meninas da Secretaria da Pós-Graduação do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, Ana e Jurema, pela maneira sempre solícita com que me atenderam.

À Secretaria de Estado da Educação pelo programa da Bolsa Mestrado, sem o qual não haveria aporte financeiro para ir adiante com essa pesquisa.

E um agradecimento especial aos meus grandes professores da época do colégio (por onde andarão?): os professores Wagner, Elide e Antonieta que, na Vila Sabrina, lá dos anos 80, me forneceram o instrumental básico para que eu chegasse aqui.

Ao meu amigo, antigo chefe de seção, Wilson Sabino de Moraes, que em 83 me surpreendeu com um bilhete e um dinheiro anexado à minha mesa, misturado aos papéis que eram o serviço do dia, apostando em mim, “Fazei a Fuvest”. Os caminhos se perderam, mas em tudo há possibilidades...

A todos, o meu sincero agradecimento.

“...O dinheiro de quem não dá
é o trabalho de quem não tem...”

Vinícius de Moraes

RESUMO

SILVA, Izildo C. A. da. **A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva**: estudo das tendências migratórias em Santo André. 2008. 170p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

A generalização do processo que implica a mobilidade do trabalho para os lugares onde se dá de modo mais efetivo a valorização do capital, constitui o cerne da questão migratória sob o capitalismo. Na prática, a força de trabalho deve dispor os lugares para o desenvolvimento do capital, do que decorre uma mobilidade sem preferências, objetivada nas necessidades do mercado. Desta perspectiva, é intenção analisar as repercussões e condicionamentos da reestruturação produtiva na mobilidade do trabalho, tendo como foco o município de Santo André e seu entorno imediato. Para tanto, parte-se da proposição de que o trabalho, como elemento essencial no processo de acumulação e valorização do capital, tende a ser flexível, o que impõe aos trabalhadores ampla mobilidade, tanto em termos horizontais (geográficos) quanto verticais (carreira profissional, qualificação, obsolescência), o que lhes é, afinal, a forma possível última de obter os meios de vida, no limite de sua liberdade. Daí a importância de se explicar as correlações entre as demandas por força de trabalho e os movimentos populacionais, tendo em vista a crise do emprego nos anos 90, cujo impacto foi bastante significativo nos centros mais dinâmicos da economia brasileira, como é o caso do ABC, reconhecidamente, durante o século XX, um tradicional pólo de imigração, no contexto da metrópole paulistana. Explicar também as novas tendências dos fluxos migratórios dos que chegam e partem, e as ações do Estado no sentido de atrair ou frear a entrada de contingentes populacionais, ou mesmo de estimular o seu retorno. Especula-se e tenta-se entender a dimensão da crise e a maneira como ela afeta diretamente a classe que vive e move-se para alcançar trabalho, num mundo cada vez mais fetichizado e dominado pelo dinheiro.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, mobilidade do trabalho, migração, Santo André, ABC.

ABSTRACT

SILVA, Izildo C. A. Da. **The mobility of the work under the productive restructuring impact:** migration trends study in Santo André. 2008. 155 F. Dissertation (Masters). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

The base of migratory question under the capitalism is the process generalization which implies the mobility of the work to the places where the capital valorization occurs. In practice, the workforce must have places for the capital development, resulting in no preferences mobility, targeted in the market needs. From this perspective, it is intended analyze the productive restructuring impact in the mobility of the work, focused in Santo André city and its neighborhood. Thus, it is supposed that the work, as an essential element in the capital accumulation and valorization process, tend to be flexible. This flexibility imposes a broad mobility to the worker, both in horizontal (geographic) and vertical (career, qualification, obsolescence) terms, which is the only way of secure their own surviving, in their freedom limit. This is why is needed explain the correlation between the workforce demand and population displacements, considering the employment crisis in the 90's. This crisis impact was very significant in the most dynamics centers of Brazilian economy, as ABC, which was recognizably a great immigration pole in 20th century. It is also needed to explain the news trends of migratory fluxes and the State actions to attract or block the population contingent entrance, or even stimulate their returning. Finally understand the crisis dimension and the manner that it affects the worker class, in a world more and more dropped in the goods fetish.

Keywords: productive restructuring, mobility of work, migration, Santo André, ABC.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico II.1 - Evolução da População do Município de São Paulo	31
Gráfico II.1 – Variação do Salário Mínimo Real no Município de São Paulo, entre 1940 e 1980 (referência julho de 1940 = 100)	40
Gráfico IV.1 - Percentuais aproximados de postos de trabalho formais, por ramo de atividade em Santo André	80
Gráfico IV.2 – Número de estabelecimentos industriais instalados em Santo André, entre 2000 e 2005	83
Gráfico IV.3 – Distribuição geográfica das empresas do segmento de autopeças no Brasil (1994-2006)	88
Gráfico IV.4 - Variação do emprego no setor de autopeças entre 1974 e 2005 (em milhares)	94
Gráfico IV.5 - Evolução comparativa da população dos municípios do ABC (1960-2000)	100
Gráfico IV.6 – Origem das pessoas de cinco anos ou mais de idade que não residiam na Unidade da Federação em 31.01.1995 (Município de Santo André)	106
Gráfico V.1 – Médias anuais das taxas de desemprego total na RMSP em % (Período de 1988 a 2004)	112
Gráfico V.2 – Pirâmide etária do município de Engenheiro Caldas (MG)	116
Gráfico V.3 – Composição do PIB de Vitória da Conquista (2005)	127
Gráfico V.4 – Declínio da População de Putinga (RS) nas últimas três décadas	135

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Santo André e seu entorno imediato	03
Mapa II.1 – A Macrometrópole Paulista	38
Mapa II.2 - Destino de quem emigrou da RMSP para o Interior do Estado de São Paulo, conforme Região Administrativa (1995-2000)	47
Mapa III.1 - A localização de Santo André da Borda do Campo	51
Mapa III.2 - Seqüência de desmembramentos dos municípios do ABC	59
Mapa III.3 - Esboço da estrutura urbana de Santo André, em 1906, com a localização das três primeiras fábricas instaladas na cidade.....	61
Mapa IV.1 - Área de Abrangência do Projeto Eixo Tamanduatehy.....	85
Mapa IV.2 - Novo mapa da indústria automobilística no Brasil – Fábricas instaladas	91

LISTA DE TABELAS

Tabela II.1 - Entrada de imigrantes estrangeiros no Estado de São Paulo (1885-1939)	37
Tabela II.2 - Comparativo dos cinco municípios da RMSP com maior e menor taxa geométrica de crescimento anual (TGC) entre 1991 e 2000	43
Tabela II.3 – Fluxo migratório entre a RMSP e o interior do Estado de São Paulo (1995-2000)	45
Tabela III.1 - Arrecadação Municipal por Distrito no ABC, em 1938	56
Tabela III.2 – População de Santo André por Distrito, em 1941	56
Tabela III.3 – Municípios do Estado de São Paulo com maior índice de alfabetização, em 1942, exceto a Capital	63
Tabela III.4 - Evolução da inflação brasileira nos anos 70 e 80 (em %)	74
Tabela III.5 – Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População do ABC, RMSP e Estado de São Paulo (em %)	76
Tabela IV.1 - Dados Preliminares dos Dez Maiores Investimentos Anunciados para o município de Santo André, no período de 01/01/06 e 30/06/2006	82
Tabela IV.2 – As dez maiores empresas de Santo André, conforme receita líquida	86
Tabela IV.3 – Comparativo de salários médios pagos aos metalúrgicos do ABC e de Camaçari (BA)	93
Tabela IV.4 – Movimentação de trabalhadores no período de janeiro a novembro de 2006 (todos os setores)	96
Tabela IV.5 - Movimentação de trabalhadores no período de janeiro a novembro de 2006, apenas na indústria de transformação	96
Tabela IV.6 – Dimensão do trabalho informal nos municípios do ABC e Capital	98
Tabela IV.7 - Volume e Taxa Média Anual de Migração Líquida 1980/2000 no Estado de São Paulo, RMSP, Municípios do ABC e Capital	103
Tabela IV.8 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam na Unidade da Federação em 31.07.1995	104
Tabela IV.9 - Fluxos migratórios para os municípios do ABC	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
As perguntas da pesquisa	04
A relevância do tema	05
Metodologia, fontes e procedimentos	08
A pesquisa de campo	11
A elaboração das entrevistas	12
Estrutura da dissertação	13
 CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS	
I.1. O conceito de mobilidade	16
I.2. A mercadoria força de trabalho e sua mobilidade	18
I.3. Mobilização e mobilidade, processos combinados	19
I.4. Reestruturação produtiva, mais-valia e mobilidade do trabalho	20
I.5. A crítica do valor e solução operária	24
I.6. Conclusão	26
 CAPÍTULO II – TRABALHO LIVRE PARA O CAPITAL	
II.1. Livre, mas para o capital	28
II.2. A vez dos braços estrangeiros (1872-1929)	30
II.3. A vez dos braços nacionais (1930-1979)	34
II.4. A mobilidade do trabalho em tempos de reestruturação produtiva	41
II.5. Conclusão	45
 CAPÍTULO III – O TERRITÓRIO ANDREENSE	
III.1. Santo André da Borda do Campo, lugar de duração efêmera	48
III.2. Caminhos do mar, caminhos do planalto	50
III.3. A estrada de ferro, a eletricidade e os novos tempos	53
III.4. A chegada das fábricas	60
III.5. O Estado a serviço do capital	67
III.6. Industrialismo, greves e crescimento populacional do ABC	72
III.7. Conclusão	76

CAPÍTULO IV – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOBILIDADE DO TRABALHO

IV.1. Impactos da reestruturação produtiva na economia do ABC	77
IV.2. Três “tendências” que afetam o trabalho em Santo André	95
IV.3. A industrialização e o “estoque de trabalho” no ABC	98
IV.4. Reestruturação produtiva, fluxos migratórios e mobilidade do trabalho	101
IV.5. Atual cenário migratório de Santo André	102
IV.6. Conclusão	108

CAPÍTULO V – EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE

V.1. A primeira fase de entrevistas	110
V.1.1. Maria Cristina	111
V.1.2. Maria Clara	116
V.1.3. Maria Quitéria	119
V.2. A segunda fase de entrevistas	121
V.2.1. Dora	122
V.2.2. Railde	125
V.2.3. Juracy	129
V.2.2. Laura	132
V.2.2. Flávio	135
V.3. Conclusão	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

INTRODUÇÃO

Entender os impactos da reestruturação produtiva na *mobilidade do trabalho* tem como ponto de partida, nessa pesquisa, a noção de que a força de trabalho é uma mercadoria diferenciada, um dos elementos fundamentais do processo de acumulação e valorização do capital.

Num contexto de forte reestruturação produtiva¹, iniciada há pouco mais de três décadas, com a revolução tecnológica, o trabalho vem sofrendo transformações que suscitam indagações sobre seu futuro, pois, em grande medida, já não se pode mais posicioná-lo tão claramente como fator determinante do progresso social como nos tempos do fordismo, embora sua falta cause apreensão e medo.

Submetido às intensas oscilações do mercado, ganha cada vez mais relevo na sociedade o que Francisco de Oliveira (2003) chama de “trabalho sem forma”, como contrapartida ao que antes fora um “mercado organizado”. Entretanto, é necessário examinar mais de perto esta questão, em face do desnivelamento do próprio “mercado de trabalho” que, no Brasil, constituiu-se muito precariamente a partir de um capitalismo tardio, com todas implicações deste modelo

De todo modo, um novo contrato de trabalho, fortemente flexibilizado, tende a generalizar-se e impor toda mobilidade possível às massas trabalhadoras, sempre na perspectiva de atender às exigências conjunturais e estruturais do capital.

A propósito disso, tenciona-se encontrar os nexos analíticos capazes de superar a banalização do termo mobilidade, configurada no processo migratório e, daí, explicar as correlações entre as demandas por força de trabalho e os movimentos populacionais, frente à reestruturação produtiva, que atingiu nos últimos anos de modo muito particular o ABC paulista² — um dos espaços econômicos mais dinâmicos do país.

¹ Utiliza-se aqui o termo *reestruturação produtiva* para fazer referência ao conjunto de mudanças ocorridas no setor industrial, a partir de inovações tecnológicas, organizacionais e de gestão, com vistas à produção integrada e flexível. Sua finalidade imediata é permitir aumento da produtividade, ou seja, “a máxima produção na menor unidade de tempo com os menores custos possíveis” (BERNARDES, 1995, p. 8), e com isso ampliar a capacidade competitiva das empresas. De maneira genérica, no entanto, pode-se estender o termo a outros ramos de atividade, dado o alto grau de complexidade do capitalismo avançado.

² De acordo com Melo (2004, p. 12) a expressão ABC paulista ou Grande ABC teria surgido em 1961, quando, em editorial, o matutino *New Seller*, hoje Diário do Grande ABC, conclamou os políticos representantes dos cinco municípios que compunham o então “Pentágono Industrial” — Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e Ribeirão Pires —, a se unirem em defesa de interesses comuns. Diadema e Rio Grande

Esse estudo propõe ainda avaliar em termos gerais as novas tendências dos fluxos migratórios, bem como as ações do Estado e da sociedade civil para atrair ou frear a entrada de contingentes humanos, ou mesmo de estimular um retorno seletivo de parcela destes³ — uma velha prática cuja essência é a “higienização” das cidades, que aparece agora sob a orientação do que se pode chamar de “requalificação urbana”. Para tanto, utiliza-se aqui uma definição menos vinculada ao senso comum; uma definição na qual se procura negar a existência de uma “condição humana ontológica de um suposto *homo migrans*. [...] [Pois] é apenas a sociedade moderna que se caracteriza pela conhecida mobilização geral, total e forçada para as funções do trabalho” (HEIDEMANN, 2004, pp. 27-28), ou seja, a definição de *mobilidade do trabalho*.

Usando um termo de Marx, sabe-se que o “trabalho abstrato”, isto é, o trabalho socialmente igualado, como fator de produção, resulta inexoravelmente em deslocamento de pessoas, com suas respectivas mercadorias — a força de trabalho —, para os lugares onde se dá de maneira mais efetiva a valorização do capital. Gaudemar (1977) argumenta que esta força de trabalho mobilizada tende a dispor os lugares para o desenvolvimento do capital, o que implica uma mobilidade sem preferências, porque ao trabalhador importam os melhores ganhos em salário, da mesma forma que ao capitalista interessam os maiores lucros possíveis.

Não há portanto qualquer relevância significativa para o conteúdo ou para o local de trabalho; a positividade do ser moderno pressupõe a indiferença — indiferença esta perpetuada no automovimento do dinheiro, no sujeito automático, produto da modernização e das estruturas sociais abstratas constituídas (KURZ, 1993; POSTONE, 2000).

O horizonte espaço-temporal usado como recorte nesta pesquisa é circunscrito a Santo André e seu entorno imediato (Mapa 1), lugar que desde o início dos anos 90⁴ sofreu de forma ostensiva as políticas de ajuste neoliberal e reestruturação produtiva, cujas conseqüências são inegavelmente bastante duras para os trabalhadores, que passaram a conviver com o desemprego crônico, a ampliação das jornadas de trabalho, a queda da remuneração real, a flexibilização e a terceirização de tarefas, a tendência crescente da autonomização, a expansão do trabalho em domicílio, a progressiva desqualificação da mão-de-obra, descartada à medida

da Serra, emancipados, respectivamente, em 1959 e 1964, completaram o grupo dos sete municípios formadores desta sub-região, localizada à sudeste da capital.

³ Vale lembrar que durante a administração José Serra / Gilberto Kassab, a Prefeitura de São Paulo chegou a oferecer o pagamento de até R\$ 5.000 para as famílias de sem-teto que optassem por deixar a cidade de São Paulo, além de pagar as passagens de volta para os seus municípios de origem (in FOLHA DE S.PAULO, 23/04/2006).

⁴ Nesta dissertação utiliza-se a expressão “anos...” para referir-se ao período de uma das décadas do século XX. Portanto, “anos 90” refere-se à década correspondente aos anos de 1991 a 2000, e assim por diante.

que aumenta o uso de processos automáticos e robóticos na produção, a perda de direitos trabalhistas e o avanço da informalidade, entre outros fatores, de forma generalizada definidos por Antunes (1995) como *precarização*.

Mapa 1

SANTO ANDRÉ E SEU ENTORNO IMEDIATO

Fonte: Emplasa, 2007. Mapa elaborado pelo autor.

Deu-se assim o ajuste do processo de acumulação à lógica do capital que reproduz um mercado altamente competitivo, forçando todos os atores do sistema — pessoas físicas ou jurídicas — a se adaptarem com a mesma rapidez, sob a pena de serem deixados para trás, sob os escombros da produção desperdiçada.

Enfim, busca-se, ainda, a partir desta pesquisa identificar os fatores geográficos interagentes nos processos de mobilização em face da crise estrutural que caracteriza esses tempos recentes; crise intensificada e ampliada ao nível global pela revolução da microeletrônica e pela automação que se espalha desde os setores produtivos até o serviços e o comércio, mas principalmente por uma profunda financeirização e monetarização das relações sociais. Crise que pode ser encarada como um *momento de desequilíbrio sensível*, posta entre duas fases e que, na sucessão de crises que o próprio capitalismo produz, como admitiu Marx, pode ser a determinante de seu colapso.

Eis aqui uma das hipóteses a qual se propõe trazer a debate, apesar da consciência de que os elementos arrolados na pesquisa ainda são insuficientes e a conclusão apenas parcial. O mais importante nesse momento é fomentar questões cujo desenrolar permita abrir caminho para outras pesquisas, ou levar a uma melhor compreensão do processo veloz que, contraditoriamente, acomoda a todos numa apatia e num conformismo, aparentemente sem fim.

As perguntas da pesquisa

Dada sua complexa articulação com o entorno metropolitano, a antiga vila de João Ramalho — fundador do primeiro núcleo de povoamento do planalto, em 1553 — é apenas uma referência geográfica para a pesquisa que se estende um pouco além dos seus limites territoriais.

A investigação apoiou-se numa série de perguntas que serviu como um roteiro cuja rede de idéias daí oriundas resultou de duas frentes: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo — sendo esta segunda basicamente uma pesquisa sobre as experiências de mobilidade.

As perguntas foram as seguintes:

I. Se a força de trabalho é uma mercadoria dotada de mobilidade, e isto possibilita a liberação das pessoas da rigidez das estruturas de produção pré-capitalistas, até que ponto as contingências históricas e determinadas condições estruturais interferem na decisão do indivíduo deslocar-se de um lugar para outro?

II. Houve mudanças substanciais no padrão migratório do ABC paulista e, particularmente, do município de Santo André, desde o início da década de 1990?

III. É possível estabelecer relações entre essas eventuais mudanças e o processo de reestruturação produtiva, a considerar as tendências do mercado e o aumento das dificuldades de fixação da população migrante, constatada no problema habitacional e no recrudescimento de ideologias xenófobas?

V. A *mobilidade do trabalho*, hoje, obedece a uma lógica de maior instabilidade e circularidade, significando mais idas e vindas na vida do migrante?

VI. A adoção de políticas neoliberais e a reestruturação produtiva do capital implicam novas demandas em termos de formação e qualificação da mão-de-obra, e isso torna, em que medida, mais aguda a competitividade entre os trabalhadores?

VII. De que maneira o trabalhador-migrante, mobilizado para o ABC, e especialmente aquele que vive e/ou trabalha em Santo André, encara o problema relativo à “desqualificação

progressiva das reservas de mão-de-obra” (cf. GAUDEMAR, 1977, p. 221), ainda mais evidente em tempos de reestruturação?

A relevância do tema

A relevância do tema está no fato dele conduzir a uma reflexão crítica sobre dois processos concomitantes: as migrações, que definem o aspecto tangível da *mobilidade do trabalho*, e a reestruturação produtiva, entendida como uma resposta do sistema de produção dominante à crise da chamada etapa fordista de acumulação capitalista. Pretende-se assim analisar o que este último processo interfere no primeiro ou, de uma maneira mais geral, as características atuais da migração em Santo André, implícitas no processo de reestruturação produtiva mais recente.

Vale o destaque de que num mundo preso à idéia da globalização, a temática das migrações muitas vezes projeta-se como normalidade, como se migrar correspondesse apenas ao inevitável exercício de *ser livre*. Admite-se, a partir dessa observação, a *mobilidade* como mobilidade do sujeito, do ser histórico que se revela articulador do seu próprio futuro. Nesse sentido, procurou-se observar sempre a indispensável contrapartida da crítica.

De fato o tema das migrações ganhou relevo, *status* de “grande tema”. Não por acaso, em janeiro de 2005, realizou-se, em Porto Alegre, o I Fórum Social das Migrações, que trouxe para o centro do debate dos conferencistas diversos assuntos relativos a esta temática. Dois anos antes, em 2003, isso já havia ocorrido quando a questão das migrações foi tema central de um dos seminários do III Fórum Social Mundial, também realizado em Porto Alegre. Foi também tema de publicação da revista *Estudos Avançados* (nº. 57, de Maio/Agosto de 2006), na qual foi apresentado um dossiê com o resultado de várias pesquisas sobre a questão das migrações.

Mesmo no campo ficcional do cinema e da televisão, muitos trabalhos foram feitos abordando este tema. Alguns exemplos notáveis são os filmes *Cartas do Saara* (2006), um dos destaques da 30ª. Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, dirigido por Vittorio De Seta, que apresenta o drama de imigrantes senegaleses clandestinos na sua viagem da África para a Itália, e *O Céu de Suely* (2006), da diretora Karim Aïnouz, que conta a vida de incertezas de uma migrante que retorna à cidade onde nasceu, Iguatu, no Ceará, depois de ter tentado a sorte em São Paulo; e as novelas da Rede Globo de Televisão, apresentadas entre julho de 2004 e novembro de 2005 — *Senhora do Destino*, de Aguinaldo Silva, que bateu recordes de audiência, com a história de Maria do Carmo, uma mulher pobre que vem do

Nordeste para o Rio de Janeiro e vence na vida, e *América*, de Glória Perez, que abordou o tema da migração sob a perspectiva de Sol, uma menina do subúrbio carioca que persegue “o sonho americano”, tentando o que seriam as oportunidades faltantes ao jovem no Brasil.

Em todas essas manifestações, acadêmicas ou não, entretanto, pouco tem sido discutido em relação à explicação da *mobilidade* com vistas ao entendimento crítico da crise do “sistema global da economia de mercado” (HEIDEMANN, 2004, p. 26-27). Por essa razão, o debate ganhou relevo, mas não profundidade, daí o caráter oportuno dessa pesquisa, cuja proposta metodológica segue a idéia de que “o ponto de partida da reflexão sobre a mobilização generalizada, migrações, restrições e resistências [deva] ser a longa história coercitiva e sangrenta da imposição do moderno sistema produtor de mercadorias”. E “o ponto de chegada [...] a crise fundamental contemporânea” (HEIDEMANN, 2004, pp. 26-27).

Tal opção implica certamente pensar a *mobilidade do trabalho* contextualizada na crise que a repercute de forma ímpar na periferia do mundo capitalista, muito embora também atinja o centro com extrema violência. Crise esta encarada como estrutural e articulada no processo geral que mantém em movimento a *sociedade do trabalho* (KURZ, 1993), à medida que este [o trabalho] é exposto a uma forte desvalorização, em face da concorrência fratricida, que tem levado ao descarte milhões de pessoas no mundo inteiro, condenadas ao desemprego, e para quem o único meio de vida que resta está nas reservas da auto-expição alheia, ou ainda no que está posto à disposição pelo sistema de seguridade social herdado de outros tempos, ou na recorrência ao “dinheiro sujo”⁵ das organizações mafiosas e do tráfico em todas as suas modalidades.

A propósito dessa crise, Kurz (1993) afirma que o aumento da produtividade determinado pelo avanço das forças produtivas transforma-se negativamente em perda progressiva de valor contido nas mercadorias, pois quanto maior a produtividade no “chão da fábrica”, em consequência das mudanças nos processos de produção e da adoção de tecnologias mais modernas, menor será a quantidade de trabalho a elas agregado.

⁵ O cinismo de algumas expressões revela a natureza do sistema que se tenta justificar. “Dinheiro sujo” pressupõe a existência de um “dinheiro limpo”, um dinheiro ganho honestamente, ou de acordo com a ética capitalista. Nesse sentido, convém lembrar a expressão cunhada pelo imperador Vespasiano, na Antiga Roma, há quase dois mil anos. O contexto é mais ou menos o seguinte: o referido imperador criou uma taxa que incidia sobre os usuários dos mictórios públicos da cidade de Roma; o seu filho, Tito, sentindo-se humilhado com as piadas e protestos feitos a partir da aplicação dessa taxa, foi ter com o pai. Para dissuadi-lo da ira, este então lhe entregou uma moeda de ouro e pediu que cheirasse; ao fim, comentou: “Pecunia non olet”, ou seja, “Dinheiro não tem cheiro”.

Do ponto de vista histórico tal contradição seria compensada pela expansão do capitalismo e pela produção contínua de novas necessidades, que é uma característica intrínseca do próprio sistema. Entretanto, segue Kurz,

está aqui estabelecido um limite interno lógico. A qualquer momento deixa de valer a pena entulhar o mundo com mercadorias. [...] Na terceira revolução industrial a equação já não dá certo: ao desemprego global em massa corresponde a desvalorização interna das mercadorias. [...] O dinheiro, porém, como “equivalente geral”, não é senão a mercadoria destacada como mercadoria do rei. Em última instância, a função do dinheiro como “meio de conservação do valor” requer uma substância de valor própria. [...] À desvalorização da força de trabalho corresponde à desvalorização das mercadorias e esta leva à desvalorização do dinheiro. Com isto é a relação social fetichista da modernidade em geral que passa à disponibilidade⁶.

Sob este aspecto, emerge uma questão essencial para o entendimento da crise, que é objetivo dessa pesquisa responder, a partir das reflexões teóricas e das observações empíricas, particularmente àquelas em torno da teoria do valor-trabalho de Marx. Trata-se de uma questão diretamente ligada à temática da reestruturação produtiva e seus efeitos sobre a produção da mais-valia.

Na citação de Kurz vê-se que o trabalho, ou seja, o tempo social gasto na produção de mercadorias vem sofrendo uma profunda desvalorização em relação ao fato de ser a condição básica da produção capitalista. Em outras palavras, o *trabalho* teria deixado de ser a substância do valor, de onde brota a riqueza. Uma questão polêmica, haja vista que o tempo de trabalho não parece ter deixado sua função de medida do valor. Isto traz consequências de grande alcance para entendimento da história e da geografia das populações para hoje e para os próximos anos, porque, se de um lado sobra cada vez mais *na gôndola* a mercadoria diferenciada que é a força de trabalho, criando assim um exército industrial de reserva sem finalidade, por outro, “as populações, mobilizadas e flexibilizadas na famigerada globalização, permanecem presas à forma moderna do sistema produtor de mercadorias e à sua própria forma de sujeito sujeitado” (HEIDEMANN, 2004, p.27).

Uma outra posição teórica, entretanto, destaca a necessidade de se pensar a produção da mais-valia através da própria dinâmica da reestruturação, o que leva a refletir sobre o processo, desde a compreensão do desemprego⁷ e do que seriam as novas condições

⁶ Robert Kurz. “A desvalorização do valor”. Exit! Crise e crítica da sociedade da mercadoria. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz199.htm>>. Acesso em 28/12/2006.

⁷ De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), há aproximadamente 180 milhões de pessoas em situação de desemprego “aberto” (aqueles que procuram, mas não acham emprego) em todo o mundo. Esses números são ainda mais dramáticos quando a eles somam-se a população que caiu no desalento, e já não tem esperança de achar trabalho remunerado, e os que ingressam no subemprego como meio de obter dinheiro e garantir a vida.

concernentes à composição do exército industrial de reserva, conforme concebido por Marx. Sob este ponto de vista, é inconcebível a idéia de que haja perda de centralidade da categoria *trabalho* nos moldes do capitalismo avançado, pois

Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção [...] Os produtos criados pela Toyota, Benetton ou Volvo, por exemplo, não são outra coisa senão *mercadorias* que resultam da interação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto*, capital variável e capital constante. Mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado (onde se pudesse presenciar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado da *articulação* entre os trabalhos *vivo* e *morto* (ANTUNES, 1995, pp. 75-76)

De acordo com essa proposição teórica, a eliminação de direitos sociais e trabalhistas conquistados seria possível apenas com a minimização ou anulação do papel dos sindicatos operários e a cristalização de uma ideologia neoliberal cuja esfera econômica mantivesse um tipo de “sistema automático de coordenação”, que submetesse toda a sociedade ao “poder cego do mercado”. Cego, como afirma Milton Santos (1999, p. 11), “porque não olha ao redor”, embora seja absolutamente criterioso e racional, por exemplo, ao escolher “lugares aqui e ali” para a valorização do seu capital, do mesmo modo que “desertam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer [tal resposta]”.

Por fim, aponta-se aqui como indispensável para discussão a ênfase de Gaudemar (1977) à economia política herdada por Marx dos clássicos, a quem este confere substanciais rupturas que lhe permitiram discutir as quatro teses centrais sobre a mobilidade:

- 1 – O capital não só provoca a procura de trabalho de que tem necessidade, mas produz também a oferta, pela criação ininterrupta de operários supranumerários [...]
- 2 – Os homens não se deslocam [...] por melhores salários, mas para satisfazerem as exigências do capital; exigências que, porque o capital se estabeleceu como modo de produção dominante, são também as suas, isto é, as exigências da sua subsistência.
- 3 – Daí resulta o papel e as formas da mobilidade do trabalho na reprodução alargada do capital e no processo de conjunto da sua acumulação. Um papel essencial: não há acumulação, especialmente de capital adicional, sem mobilidade do trabalho [...].
- 4 – Tudo o que fica dito conduz finalmente, e necessariamente, à luta do capital contra a baixa tendencial da taxa de lucro. A mobilidade do trabalho [...] permite uma baixa relativa do valor da força de trabalho, a redução da mão-de-obra permanente, a submissão efetiva do trabalho às exigências sempre novas do capital [...] (GAUDEMAR, 1977, pp. 277-279).

Metodologia, fontes e procedimentos

A considerar que o fenômeno moderno da migração não ocorre propriamente por motivações pessoais, como simples expressão da liberdade humana, nem é ela essencialmente determinada por catástrofes naturais, e sim pela forma econômica dominante, atribui-se aqui ao fenômeno um caráter estrutural dinâmico, o que implica estudá-lo a partir da crise objetivada nos processos de acumulação. Isto posto, são relacionadas a seguir as três etapas em que se desenvolveu este estudo.

A primeira delas foi dedicada à análise da crise, e por isso propôs-se a leitura e a crítica, tendo como referência as transformações recentes no modo de produzir mercadorias e suas repercussões na *sociedade do trabalho* e na produção do valor. A opção adotada referencia-se no cruzamento da leitura de autores às vezes contraditórios entre si e na avaliação que fazem do tema, como Ricardo Antunes e Robert Kurz.

Na segunda etapa o objetivo era discutir e entender a composição da geografia econômica de Santo André, do ABC paulista e da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) como um todo, em especial a porção leste-sudeste do município de São Paulo, notadamente os distritos de Sapopemba, São Mateus e Parque São Rafael, com os quais Santo André mantém fortes vínculos de territorialidade. Com isso, buscava-se o entendimento dos processos referentes à produção de uma geografia do lugar, de onde se alicerça a proposta metodológica para uma história do território andreense, até a eclosão do atual processo de reestruturação produtiva, visível na paisagem urbana e confirmado na intensificação da mobilidade das populações.

Para desenvolver este item, foram utilizadas como fonte de pesquisa reportagens e artigos publicados na imprensa local (*Diário do Grande ABC*, revista *Livre Mercado*, boletim *Observatório Econômico*, entre outros), na grande imprensa nacional (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Valor Econômico*, *Gazeta Mercantil*, *Revista Exame*, *Carta Capital*, etc.), e nos *sites* de diferentes instituições como os sindicatos patronais e de trabalhadores, além de revistas de divulgação das empresas, teses e dissertações sobre o tema.

Além disso, foi de grande importância nessa dissertação a pesquisa acerca das razões que levaram Santo André e o ABC a se tornarem centrais na geografia industrial brasileira, seja em função do desenvolvimento humano ou do mercado consumidor, considerado o terceiro maior do país. Nesse caso, as principais fontes de pesquisa foram Taunay (1953; 2003), Gaiarsa (1968) e Médici (1990; 1992).

Igualmente oportuna, a leitura do Plano Diretor e dos dados estatísticos do município de Santo André, disponíveis na prefeitura e nos sumários publicados pela Secretaria de

Orçamento e Planejamento Participativo (SOPP), permitiram ampliar o conhecimento dos aspectos relativos à ação do Estado e seu vínculo com o capital, apesar da perspectiva social surgir muitas vezes como condição motivadora.

As outras fontes referem-se à leitura, interpretação e re-elaboração do material cartográfico disponível no Museu de Santo André, Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa).

No mais, como material de apoio, foram feitas entrevistas e compostas algumas fotografias dos lugares estudados, ambos servindo bem para definir um quadro de referências panorâmicas do território andreense e seu imediato geográfico, conforme reportado anteriormente.

Em relação à periodização, inicialmente a opção era utilizar a proposta de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, pp. 23-54), que define o processo histórico brasileiro em “três grandes momentos” responsáveis pela sucessão de meios geográficos na formação territorial do país. Posteriormente, tomou-se isso com algumas ressalvas, em face de sua contradição com a proposta geral da pesquisa. Por isso, a opção final foi pela releitura crítica e uma abordagem mais heterodoxa da idéia de periodização.

A terceira etapa da pesquisa foi dedicada essencialmente aos estudos migratórios. Nela apoiou-se a leitura crítica das diversas abordagens sobre movimentos populacionais, de Ravenstein (1980) a Gaudemar (1977), mas igualmente incluindo os estudos demográficos desenvolvidos a partir dos censos e demais estatísticas populacionais. A opção teórico-metodológica por Gaudemar teve como motivo a possibilidade de dispor os elementos de fundamento que se julgou mais coerentes para uma crítica social, não obstante as razões e fatores associados aos deslocamentos humanos sejam os mais variados⁸.

Por fim, constituíram ainda o conjunto de fontes dessa pesquisa, a leitura crítica da documentação do Centro de Estudos Migratórios (CEM), do Museu do Imigrante, do Museu de Santo André, e toda aquela presente nas revistas acadêmicas (Travessia, Estudos Avançados, Ciência Hoje, entre outras), e nas entrevistas com migrantes que vivem e/ou trabalham em Santo André.

⁸ É o que se conclui, por exemplo, do depoimento de uma das pessoas entrevistadas. Nele surge o inusitado motivo da migração do Ceará para São Paulo, em 1974: *a desilusão amorosa*. Uma observação mais atenta, no entanto, evidencia que a escolha de São Paulo como destino está antes de tudo implicada nas determinantes socioeconômicas de que fala Gaudemar (1977).

A pesquisa de campo

O objetivo da pesquisa de campo é pôr à prova os pressupostos teóricos, formulados de antemão e que conduzem esta tarefa no seu momento inicial. Ao definir como seriam encaminhadas as atividades de campo, tinha-se em mente o propósito de coletar as informações que possibilitassem a análise do fenômeno migratório desde a perspectiva do trabalho, já que a questão central formulada baseia-se na tese da mobilidade dos trabalhadores em função dos interesses do capital (GAUDEMAR, 1977).

Partindo de uma análise como essa não é possível negligenciar a complexidade da realidade social, mas, ao contrário, deve-se abarcá-la da forma mais ampla possível, daí a opção ter sido desenvolver atividades de campo principalmente de caráter qualitativo, sem abrir mão dos aspectos quantitativos. Para isso, era fundamental realizar atividades que levassem em conta a dinâmica entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos que o compõem. Tal abordagem permitiu a análise das informações colhidas no campo com o suporte do método dialético, sem ser este único e exclusivo.

A idéia de que a migração não resulta de decisões individuais simples e de que, por isso mesmo, não deve ser analisada fora do contexto socioeconômico, determinou uma estratégia de pesquisa na qual fosse possível observar empiricamente o movimento migratório e suas correlações com os fatores imperativos gerados a partir da economia. Com isso concluiu-se que havia duas possibilidades de encaminhamento: uma, através de entrevistas diretas, e outra, através de sondagens junto a um determinado grupo social, no caso, os alunos matriculados e freqüentes no período noturno de uma escola estadual situada no centro da cidade de Santo André ou em sua periferia⁹.

Embora no final das contas os dois caminhos tenham sido realizados, as sondagens foram utilizadas apenas para balizar o conteúdo das entrevistas, sendo os seus resultados pouco explorados. Elas foram feitas num primeiro momento como experiência, com a aplicação de questionários a três turmas da suplência II, do período noturno do “Américo Brasiliense”, no segundo semestre de 2006, com correções e uma nova aplicação no ano seguinte, também no segundo semestre, e extensiva a todas as turmas do período, incluindo alunos do curso regular, num total de quinze classes ou cerca de 600 alunos.

⁹ A escola escolhida como referencial para pesquisa acabou sendo a tradicional “Américo Brasiliense”, localizada no centro de Santo André, num ponto altamente privilegiado, confluência de linhas de ônibus, trólebus e trem, ao lado da Prefeitura Municipal e do centro comercial da cidade.

As entrevistas, por outro lado, foram feitas praticamente ao longo de todo o processo de pesquisa: nos três primeiros semestres de uma maneira mais informal, e nos dois semestres seguintes de forma mais sistemática. O objetivo era registrar um pouco da vida de migrantes em situações diferentes, por isso os lugares variaram: ora, as pessoas eram entrevistadas na escola, e tinham com ela algum vínculo; ora, eram entrevistadas fora da escola, e já não tinham qualquer vínculo com ela.

Do mesmo modo, foram aplicados ainda dois outros tipos de questionários, com objetivos distintos: um, apenas para os alunos das séries finais do ensino médio, cujo objetivo era proporcionar subsídios estatísticos para o estudo relativo às perspectivas dos estudantes ao término do curso; e o segundo questionário, extensivo a todos os alunos do período, cuja finalidade era obter dados sobre o deslocamento até escola — com perguntas do tipo: “onde você mora?” — pois é sabido que o “Américo Brasiliense” (nome da escola escolhida para a pesquisa) recebe alunos dos mais variados bairros de Santo André, além de outros municípios.

Através desse questionário, aproveitou-se também para perguntar o local de nascimento do aluno, o que proporcionou um quadro geral da migração que fez da escola, em certo momento, uma efetiva referência empírica da pesquisa. Entretanto, as dificuldades burocráticas e o desenvolvimento da análise implicou outros caminhos. Os resultados obtidos foram traduzidos em relatórios que deram suporte às intervenções posteriores, nas entrevistas e na elaboração final dos capítulos.

A elaboração das entrevistas

A primeira fase de entrevistas foi vivenciada com mais liberdade, sem compromissos formais com regras ou técnicas de entrevista que pudessem dificultar o acesso às informações necessárias para seqüência dos estudos e definição dos rumos da pesquisa. Ao mesmo tempo, buscava-se encontrar o ritmo certo para uma abordagem capaz de tornar explícito o problema em questão.

Realizou-se, assim, uma série de conversas informais, basicamente conversas com pessoas cuja história de vida fosse marcada algumas vezes por idas e vindas à terra de origem, ou por uma constante mobilidade a qual se identificou ser uma das características desse tempo em que se coloca dúvida sobre o fôlego do processo modernizante.

De todas as conversas, inicialmente encaminhadas, três destacaram-se, às quais vieram somar-se outras cinco entrevistas colhidas na segunda fase, a partir do final de junho de 2007, já com vistas à conclusão da pesquisa. Para este fim foi definido um roteiro com intervenções

pontuais dos entrevistados, ora sugerindo correções na sua fala registrada no gravador, ora acrescentando informações que passaram em branco num primeiro momento. Desse encaminhamento, em alguns casos, derivou um segundo no qual foram propostas questões complementares, com base na audição, transcrição, correções e acréscimos à primeira entrevista.

No que tange às distorções inerentes ao processo de entrevista, conforme sugere Thiollente (1981), é indispensável colocar-se sempre diante delas, controlando-as, para que o discurso do entrevistado não seja tomado como verdade definitiva, e sim uma impressão pessoal. Por isso a decisão de ampliar o universo de pessoas entrevistadas e a insistência às vezes aparentemente exagerada, em algumas perguntas, como modo de sanar eventuais conflitos na fala.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação divide-se em cinco capítulos: o primeiro deles voltado à elaboração de um quadro teórico de referência, e os três seguintes mais diretamente à explicação do tema em estudo. Assim, de um lado, refaz-se o caminho histórico e geográfico necessário para o entendimento do processo econômico do qual resultou a reestruturação produtiva em questão, com todas as suas implicações no mercado e na *sociedade do trabalho*, e, do outro, avalia-se a *mobilidade do trabalho* em Santo André e entorno imediato, e suas variações de fluxo e ritmo, a partir da intersecção do primeiro elemento ou, de uma maneira mais completa, da crise do sistema mundial produtor de mercadorias, conforme propõe Kurz (1993; 2000). Por fim, o quinto capítulo discute as entrevistas cotejando alguns dados da realidade e cruzando-os com as subjetividades postas em ênfase.

As questões da pesquisa são bastante abrangentes, e isso obrigou a elaboração de uma trilha investigativa igualmente extensa e abrangente, cuja análise significou lançar mão de uma base de dados de difícil acesso. Para tanto, decidiu-se começar a pesquisa por uma revisão bibliográfica que permitisse traçar um rumo teórico e metodológico acerca do qual a dissertação se desenvolvesse com coerência. Este processo foi permanente e, até a conclusão, motivo de uma série de considerações e reorientações.

O segundo passo foi ampliar os conhecimentos sobre a história e a geografia de Santo André. Afinal, não há desenrolar da história sem um território, e os acontecimentos — aquilo a que se chama história — vão sempre carecer, na prática, de um par com o qual possam *interagir*, ou seja, um território. De tal sorte, procurou-se dessa maneira manter a integridade

e o valor da ciência geográfica, mesmo quando a ênfase era dada aos aspectos históricos que definem a formação de uma territorialidade¹⁰.

No capítulo I, *Fundamentos teóricos*, a discussão gira em torno do conceito de *mobilidade*, apresentado por Gaudemar (1977) em sua tese *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. A partir daí busca-se estabelecer a relação de um “fato social” sensível, que é a *mobilidade do trabalho*, com a temática contemporânea da reestruturação produtiva. Nesse sentido, não é circunstancial a referência às mudanças por que vem passando o movimento operário, sob o impacto da revolução da microeletrônica e da ascensão do neoliberalismo como pressupostos dos governos para enfrentamento da crise, opinião que se disseminou como erva daninha em todos os meios, em especial na grande mídia, mas também nas universidades e mesmo os sindicatos de trabalhadores.

No capítulo II, *Trabalho livre para o capital*, o ponto de partida é o momento histórico no qual o “trabalhador livre” se põe “em movimento” e “a serviço do capital”, abandonando “voluntariamente ou pela força o seu estatuto anterior, servo, aldeão, artesão, companheiro, etc., para se [tornar assalariado]” (GAUDEMAR, 1977, p. 264). Com isso, procura-se demonstrar o capital como força impulsionadora de um processo que implica a formação do mercado de trabalho e sua correspondente subordinação à lógica acumulativa. No caso brasileiro ou, mais especificamente, no de Santo André, do ABC e de seu entorno geográfico imediato, a cidade de São Paulo, isso tem origem na transição do trabalho escravo para o trabalho livre e nas políticas de incentivo à imigração com vistas a solucionar o problema da mão-de-obra nas fazendas de café, e posteriormente nas fábricas. Sob esse aspecto, procura-se analisar três fases da *mobilidade do trabalho*, a partir de 1872, tendo como fio condutor a idéia de que a exploração da força de trabalho sob o capitalismo depende da existência de um exército de reserva, cujas determinações em tempos mais recentes parece ter perdido sentido.

No capítulo III, *O território andreense no contexto do ABC e da metrópole*, apresenta-se o processo de formação territorial de Santo André, tendo em vista a história do município, desde a constituição da vila histórica de João Ramalho, passando pelas interações com São

¹⁰ A propósito, as categorias território e territorialidade constituem os elementos unificadores da correlação de duas outras categorias de análise, à primeira vista desconexas, e que são a base dessa pesquisa: a reestruturação produtiva e a *mobilidade do trabalho*. De acordo com Sack (1986), o território pode ser definido como “um dado segmento do espaço [...] que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição [...] O território apresenta, além do caráter político, um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos, religiosos ou de outras identidades.” Ao passo que a territorialidade consiste em “uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto social na qual se insere [...] uma estratégia de poder e manutenção independente do tamanho da área a ser dominada ou do caráter meramente quantitativo do agente dominador”. Zeny Rosendahl (2000). “Território e territorialidade: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião” Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/12.shtml>>. Acesso em: 31/12/2007.

Bernardo e São Caetano, a implantação da estrada de ferro ligando Santos a Jundiaí, a construção da represa Billings, o *imbroglio* político que definiu a reorganização e a série de desmembramentos territoriais cuja consequência foi a formação dos sete municípios do ABC, as ondas de industrialização e o deslocamento da centralidade econômica, que põe em disputa acirrada os três municípios mais ricos dessa sub-região da metrópole paulistana. Por fim, procura-se entender os aspectos demográficos do ABC e sua importância como estoque de mão-de-obra para o capital.

No capítulo IV, *Reestruturação produtiva e mobilidade do trabalho*, a idéia é discutir como se deu, a partir de meados dos anos 80, mas principalmente na década seguinte, a inserção do ABC paulista no quadro geral das economias industrializadas, diante de um cenário de profundas transformações estimuladas pela onda de novos conceitos de produção e produtividade que tendem a maximizar o uso de tecnologias com base na microeletrônica e, ao mesmo tempo, reforçar a convicção no neoliberalismo e na competitividade a qualquer preço. Busca-se assim entender também o impacto desse processo na mobilidade do trabalho, conferindo dessa forma uma avaliação crítica dos fluxos migratórios hoje dominantes.

No capítulo V, *Experiências de mobilidade*, conclui-se o propósito dessa dissertação com a apresentação e análise de alguns dos relatos colhidos durante a pesquisa que refletem sua preocupação elementar: compreender como os processos estruturais interferem e restringem o papel das subjetividades, e ainda assim como essas pequenas fagulhas de vida intensa fustigam e penetram o sistema e, sem que tenham consciência disso, relutam fazer parte de um mundo sem sentido.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

I.1. O conceito de mobilidade

O termo mobilidade implica inúmeras interpretações, as quais decorrem de uma dupla indagação fundamental: *mobilidade do quê e em relação ao quê?* Mobilidade pressupõe instabilidade, volubilidade, um *estado de coisas* que obedece às leis gerais do movimento. Daí se dizer que a mobilidade é inerente aos processos, sejam eles quais forem.

Na geografia, há do mesmo modo diversas situações nas quais se usa a palavra mobilidade. Por exemplo, quando se deseja tratar dos aspectos da dinâmica do território ou das populações. E isso não se restringe à *physis* nem tampouco àquilo que constitui o espaço antropomorfizado. Tudo é movimento, tudo está sujeito a transformações, tudo é móvel na sua relatividade perene¹¹.

Diante de tantas alusões possíveis, cabe aqui é delimitar a extensão daquilo que se pretende apresentar neste estudo. São os recortes epistemológicos, que permitem maior fluência na pesquisa e compõem um roteiro básico para a explicação de um fenômeno, uma premissa, um acontecimento.

No caso, o primeiro recorte indica que a noção de mobilidade a ser tratada refere-se aos deslocamentos populacionais, genericamente entendidos como migração. Esses deslocamentos têm razões distintas e muito complexas. Três delas são de grande relevância nos dias de hoje: muda-se de um lugar para o outro sobretudo por causa de trabalho, guerras e catástrofes ambientais¹².

Isto posto, surge o imperativo de um segundo recorte, que visa definir o fator determinante da mobilidade populacional. Ou seja, é preciso dizer qual a raiz dessa mobilidade humana cuja repercussão se faz sentir em todos os cantos do mundo.

A noção de mobilidade relacionada aos deslocamentos humanos tem seu nexos explicativo primacial na economia política. Por isso o entendimento da questão passa pelo

¹¹ Tal idéia foi sintetizada nos versos do poeta português Luís Vaz de Camões: Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, / Muda-se o ser, muda-se a confiança; / Todo o mundo é composto de mudança, / Tomando sempre novas qualidades...

¹² Há ainda outros motivos normalmente classificados como *particulares*, apesar do caráter social das relações que os induzem. Por uma questão de método, optou-se nessa pesquisa adotar tais variáveis apenas como aporte para análise da questão migratória.

materialismo histórico dialético de Marx, proposto como uma visão crítica dessa mesma economia política.

A partir disso, pretende-se explicar a migração moderna como sendo a marcha incessante de indivíduos “livres como passarinhos”, mas ao mesmo tempo presos a uma inadiável necessidade de “escolha”, que não é outra coisa senão encontrar a quem vender sua força de trabalho, mesmo quando se tornam cada vez mais escassos os compradores dessa mercadoria.

De tal modo, Gaudemar (1977, p. 265) destaca um aspecto peculiar dessa liberdade, definida por Marx em *O Capital*:

O capitalismo liberta os trabalhadores [dos] entraves herdados da época feudal, suprimindo até a sua expressão jurídica, riscando-os do corpo das leis. Dissolvendo o modo de produção, o capitalismo torna o trabalhador livre, móvel. Livre, isto é, livre de se vender, livre de se vender apenas ao capital. Móvel, isto é, capaz de ir sozinho ao mercado para se vender e se submeter à exploração capitalista.

Acrescente-se a essa noção preliminar de mobilidade, que é essencialmente o deslocamento humano de uma para outra parte ou região geográfica (migração), a noção complementar de que isto implica considerar também no âmbito da *mobilidade do trabalho* a mudança em relação à posição do indivíduo no processo produtivo, e outras formas que não aparecem explícitas, mas constituem condição para o uso do capital. Nesse sentido se diz que,

com a “mobilidade” do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada. (GAUDEMAR, 1977, p. 19)

É lícito supor que a *mobilidade do trabalho* interesse ao capital. Ela é por assim dizer, a condição *sine qua non* para sua valorização. Mobilizada, a força de trabalho rende-se ao processo de mercantilização, que é na prática o momento em que se constitui a moderna sociedade produtora de mercadorias, conforme assinala Kurz (1993). Assim, todo o contexto histórico das migrações sob o capitalismo assume esse caráter combinado de deslocamento humano (enquanto força de trabalho) em favor das necessidades do capital.

Por esse motivo, se a busca por melhores condições de vida e salário impõe o desejo de migrar, isso deve ser entendido apenas sob a ótica individual e subjetiva do migrante, já que objetivamente é o processo estrutural do desenvolvimento capitalista que força as pessoas à migração (GAUDEMAR, 1977).

A compreensão do conceito de mobilidade circunstanciada como *mobilidade do trabalho*, pressupõe o entendimento de que os deslocamentos humanos estão submetidos às exigências e necessidades do capital, sempre no primeiro plano. Este é o sentido inequívoco do termo mobilidade, empregado neste estudo.

I.2. A mercadoria força de trabalho e sua mobilidade

Marx admite que a força de trabalho, como toda mercadoria, possui em si um duplo caráter, determinado de um lado pela sua utilidade, em função de seu uso ou consumo, e do outro pela relação quantitativa que estabelece com outros valores de uso, quando disposta no mercado para a troca. Ou seja, possui o duplo caráter das mercadorias, que consiste no fato de conter, ao mesmo tempo, um valor de uso e um valor de troca; considerando-se, além disso, que para realizar-se como tal deve estar disponível no mercado, o que se dá em função da sua liberdade de ir e vir. Nesse sentido, haveria uma terceira característica da mercadoria força de trabalho, que a diferencia das demais, é o fato dela ir sozinha ao mercado. Distingue-se das outras mercadorias também pelo fato de ser a única capaz de produzir *valor* — o componente responsável pela mediação de todas as trocas feitas no mercado capitalista. Por sua vez, o valor que produz a força de trabalho pode ser apresentado de maneira simplificada como sendo o “preço relativo” das mercadorias. Ou, como explica Paul Singer (1987, p. 19), “o preço de cada produto em relação aos outros”¹³.

Em suma, é o trabalho quem produz o duplo caráter representado nas mercadorias (valor de uso/ valor de troca). Da mesma forma, “são os homens que, pela sua mobilidade, alimentam o mercado das suas forças de trabalho” (GAUDEMAR, 1977, p. 201). Ressalte-se mais uma vez aqui a expressão *homens livres*. E como tais, ora também se apresentam como anti-mercadorias que se rebelam contra a condição imposta, ao se imobilizarem e constrangerem o funcionamento da máquina capitalista.

Todos esses argumentos constituem o ponto central da tese da *mobilidade do trabalho*, segundo a qual há uma cooperação orgânica entre a acumulação do capital e a *mobilidade do trabalho*, de forma que o primeiro fator não apenas induz à demanda por trabalho, do qual evidentemente necessita, mas também à oferta, que tende a surgir como contrapeso, com vistas a ampliar o grau de competição entre os trabalhadores, de forma que “nem oferta nem procura de trabalho [sejam] movimentos independentes”, pois “o capital age dos dois lados ao mesmo tempo” (GAUDEMAR, 1977, p. 277).

I.3. Mobilização e mobilidade são fenômenos combinados

A *mobilidade do trabalho* proporciona ganhos tanto intensivos quanto extensivos ao capital. Historicamente, o deslocamento em massa de populações do campo, expropriadas no processo de mobilização, para as regiões que se transformaram em grandes centros urbanos e industriais estimulou uma cooperação que permitiu ao capital “alargar o seu campo de intervenção [...] [e] sua capacidade reprodutiva, concentrando a força de trabalho sem pagar o produto desta concentração” (GAUDEMAR, 1977, p. 226).

Dá para especular o quanto isto foi importante para aceleração do processo de modernização e imposição da *sociedade produtora de mercadorias*. A centralização do capital, conforme aponta Marx (1990), permite a criação de enormes exércitos industriais de reserva “que espantam a vista e parecem sair da terra”. Desprovidos de quaisquer meios para obtenção de sua sobrevivência, tais “exércitos” constituem a forma elementar da exploração capitalista, cuja realização dá-se pela mobilidade forçada.

A mobilização consiste no processo que atribui ao *ser* mobilidade. A mobilidade da força de trabalho subjaz como elemento indispensável para a exploração capitalista. A mobilização implica a formação de uma massa “livre” (mas sem meios de produzir sua subsistência) de pessoas forçadas a moverem-se. Com isso, conclui Heidemann (2004), “modernizar é mobilizar” — um fenômeno impõe-se ao outro como causa e consequência. Afinal, mobilizar também é modernizar.

O aumento da acumulação capitalista resulta em novas demandas de trabalho que impõem a necessidade de mais mobilização para recomposição do quadro de operários de que a grande indústria prescinde, assim como proporciona o surgimento das “novas classes sociais”, cuja função primordial é garantir uma “nova configuração da divisão e organização do trabalho assegurando as tarefas de direção, de coordenação e de vigilância” (GAUDEMAR, 1977, p. 227).

Como influência sobre a geografia dos lugares, a *mobilidade do trabalho* produz territórios conforme orientação e exigências do capital, e também recria, em condições cada vez melhores (e mais rápidas), os meios para circulação das mercadorias banais e dela própria, mercadoria força de trabalho.

Numa perspectiva social, a complexificação do processo iniciado com a mobilização camponesa para as cidades, ou seja, com a expropriação, ofereceu ao capitalista num dado momento a possibilidade de libertar-se do trabalho manual (MARX *apud* GAUDEMAR, 1977, p. 228). E, nesse caso, dois aspectos da mobilidade se apresentam, como mobilidade

vertical, quando se observam trabalhadores remanejados de funções produtivas para outras de comando, coordenação ou vigilância, e como mobilidade horizontal, que é o primeiro caso, do camponês transformado em operário.

Observe-se, entretanto, que Gaudemar (1977) considera ambas as formas constituintes de um processo único de mobilidade social, pois “a instalação da estrutura hierárquica das oficinas abre uma nova era para todos os efeitos da possibilidade de formas verticais da mobilidade social do trabalho” (p. 230).

I.4. Reestruturação produtiva, mais-valia e mobilidade do trabalho

Quando a questão é pensar os impactos da reestruturação produtiva na *mobilidade do trabalho*, põe-se em relevo um dos elementos-chave da tese de Gaudemar (1977, p. 213-262), exposto no capítulo 6, intitulado “*Mobilidade do trabalho e produção de mais-valia*”, e igualmente ao que é abordado no capítulo XV de *O Capital*, de Marx, que trata de “Mecanização e Grande Indústria”.

Entre os conceitos fundamentais da teoria marxista, a mais-valia é um dos mais relevantes. De maneira sucinta, pode-se dizer que ela corresponde à diferença entre o valor produzido pelo operário e o salário que lhe é pago, efetivamente. Em outras palavras, a mais valia é o excedente de valor do qual se apropria o capitalista, quando aumenta a duração do trabalho (mais-valia absoluta) ou intensifica o uso de técnicas mais eficientes de produção, por exemplo, com o aumento da divisão do trabalho e de sua intensidade (mais-valia relativa).

Para Pereira (1993), a mais-valia é o mecanismo descoberto por Marx que garante a extração do excedente produzido, através da troca de equivalentes no mercado, tornada possível pelo simples fato de que “o valor da força de trabalho não depende de quanto o trabalhador produz”, mas de quanto é necessário para sua reprodução enquanto classe¹⁴. Como ele produz sempre mais do que o necessário para sua reprodução, há um excedente de valor — base da acumulação capitalista — que lhe é tirado.

No Brasil, a apropriação do excedente através do mecanismo da mais-valia torna-se dominante com a generalização da mercadoria e do trabalho assalariado. É, portanto, um fato recente historicamente. Tornou-se dominante nas cidades a partir dos anos trinta, e no campo, provavelmente, só a partir dos anos cinquenta ou sessenta, no sul do Brasil (PEREIRA, 1993, p. 36).

¹⁴ Vale lembrar, porém, que outros mecanismos igualmente complexos compõem esse quadro da economia determinante dos salários e dos preços. A redução do salário abaixo do valor real da força de trabalho, por exemplo, conforme análise de Gaudemar (1977, p. 331), seria um dos impactos daquilo que se denomina formas “circulantes da mobilidade do trabalho”.

Fato recente e incompleto, dado o caráter tardio do processo de modernização nos países da periferia. Em relação a isso, considera Pereira (1993) que as velhas formas mercantis de apropriação do excedente, seja através do lucro especulativo, seja através da violência direta, ainda estão presentes e muito vivas no Brasil.

Do mesmo modo a acumulação primitiva segue sua trajetória de expropriação pura e simples ou escamoteada em políticas públicas que beneficiam setores altamente capitalizados como o da soja, produzindo, de um lado, concentração e centralização do capital, e, do outro, mobilização e formação de um proletariado sem perspectivas, correndo em busca de um mercado cada vez mais restrito e exigente¹⁵.

De outra parte pode-se encarar a reestruturação produtiva como um esforço do capital para ganhar tempo e viabilizar a competitividade das empresas frente a um cenário de crise, que revela a configuração de uma nova divisão internacional do trabalho com repercussões bastante significativas não apenas na técnica, mas também na geografia e na organização da sociedade.

Foram sucessivas as reestruturações ao longo da história do capitalismo, coincidindo sempre com os momentos limites entre uma crise e outra (*Cf.* teoria dos ciclos). No caso brasileiro, é possível verificar que a atual reestruturação produtiva está diretamente vinculada à abertura do mercado, sendo uma de suas conseqüências “inevitáveis”, dada a crueza do processo, que atingiu inicialmente o setor de autopeças e, posteriormente, todos os demais.

Sob pena de serem eliminadas pela competitividade externa, ampliada com a abertura econômica dos anos 90, a estratégia adotada pelas indústrias (notadamente as do ABC paulista) não poderia ter sido outra, no âmbito do capitalismo, senão a de acelerar a “reestruturação organizacional da produção”. E se tal estratégia, a princípio, é saudável ao capital, do ponto de vista da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1995; 1999), constitui essencialmente uma tragédia, sobretudo em razão do corte ostensivo de postos de

¹⁵ Ainda pairam dúvidas sobre a existência *stricto sensu* de uma sociedade salarial no Brasil e em outros países da América Latina, como o Chile, a Argentina e o México, aos moldes do que ocorre na Europa. Isto produz incongruências na forma da análise disponível, truncando muitas vezes a compreensão dos problemas econômicos e sociais, se não há cuidado na hora de fazer as generalizações. Afinal, como lembra Kowarick (2002, p. 16), uma sociedade salarial “supõe não apenas uma força de trabalho majoritariamente empregada de maneira permanente e regular quanto à legislação vigente, mas também percursos profissionais protegidos por contratos coletivos que levem à ascensão social e econômica ou, pelo menos, garantam certos direitos aos que nessa trajetória forem alijados do mercado de trabalho. (...) No Brasil jamais houve instituições políticas, sindicais ou comunitárias com força suficiente para garantir a efetivação de direitos básicos do mundo do trabalho ou proteger das intempéries do mundo urbano o morador, transeunte e usuário de serviços básicos.” As exceções ficaram restritas às “ilhas de modernização econômica e dinamização social”, sobretudo dispostas no ABC, nos anos 70 e 80, que marcaram um momento de grande efervescência do movimento sindical brasileiro, associado à toda sorte de movimentos populares com ênfase reivindicativa nos direitos.

trabalho no setor produtivo. Além disso, motivadas pela “guerra fiscal”¹⁶, observa-se que muitas empresas decidiram deslocar suas fábricas para outros municípios e Estados, tendo em vista o barateamento dos custos de produção e uma relativa melhora de sua competitividade.

Com isso se inicia a articulação de uma nova geografia metropolitana, na qual o ABC se reconfigura econômica e socialmente, acoplado ao processo mais geral que define as mudanças a partir do centro da metrópole, elevada à condição de “espaço transnacional” na sua relação com o mercado, conforme afirma Saskia Sassen (1998, p. 12). Mudanças percebidas na paisagem, nas estatísticas demográficas e setoriais, e que também se cristalizam na série de estudos feitos nas duas últimas décadas sobre a metrópole.

Porém, é preciso ir além da aparência e da forma. A produção de uma nova geografia metropolitana não significa supor a globalização como um processo absolutamente distinto das fases anteriores do capitalismo, mas sua continuação ampliada ou, por assim dizer, um “novo imperialismo”, como analisa Heidemann (2004).

Rogério dos Santos Acca (2006, pp. 119-157) que já há algum tempo dedica atenção ao tema relativo à “Dinâmica Industrial Recente da Metrópole Paulista”, em artigo publicado na Revista Ciências Sociais aponta três linhas de pesquisa atualmente desenvolvidas para o entendimento da questão.

A primeira considera a evasão industrial um fato indiscutível, uma decorrência do processo de encarecimento da metrópole concomitante à perda da sua capacidade dinâmica, tanto para manutenção quanto para expansão industrial.

A segunda indica uma tendência de que a metrópole deixou de ser o lugar da indústria, para tornar-se centro de um terciário avançado, mas também de prestação de serviços tradicionais. Nessa linha, podem-se incluir pensadores de peso como Milton Santos, para quem a metrópole de São Paulo superou a sua condição de capital industrial, saltando para além disso, ou seja, para uma outra condição: de “capital relacional [...] centro que promove a coleta das informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 210).

Já a terceira proposição, sustentada por Acca (2006), define a manutenção da indústria como um dos motores principais do desenvolvimento regional, em toda a metrópole, não obstante o setor tenha realmente passado por um processo de reestruturação, que significou a saída de várias unidades fabris, especialmente do ABC. Para ele, “as transformações

¹⁶ Este assunto é abordado no Capítulo IV.

socioeconômicas da metrópole não se dão contra ou a favor da indústria, mas basicamente por causa dela” (ACCA, 2006, p. 120).

De uma maneira mais direta e mais afinada ao caminho teórico-metodológico adotado nessa pesquisa, talvez o melhor fosse dizer que as tais transformações “não se dão contra ou a favor da indústria”, mas em função do capital. É este quem busca os meios mais prodigiosos para se reproduzir e garantir a acumulação.

E qual a repercussão disso na *mobilidade do trabalho*? O que sobra para o grosso da população que não tem outra alternativa senão colocar no mercado sua força de trabalho, mesmo muitas vezes sem nele encontrar quem se interesse? População que migra, que se qualifica, que se atira à lógica competitiva com todas as suas armas, que se torna mais e mais móvel e à disposição do deus capital. O que lhe sobra?

É a partir dessas condições que se pretende analisar como a *mobilidade do trabalho*, nesses tempos de grande transformação econômica e social, ainda serve para garantir a sobrevivência de um sistema moribundo, que à mercê de tudo isso exhibe ares de vigor renovado e auto-suficiência, apesar das recorrentes evidências que dão conta de um aumento do nível de barbarização e perda de sentido das coisas.

Tendo por referência teórica a *mobilidade do trabalho* em face da desagregação das condições fundamentais de reprodução do capitalismo, ou seja, diante daquilo que Heidemann (2004) chama de “contradição insanável” sintetizada na crise da *sociedade produtora de mercadorias*, busca-se compreender como estas questões desembocam no real, que se apresenta como forma e aparência e cujo decifrar solicita um mergulho em águas muitas vezes incertas.

A complexidade do fenômeno migratório é posta, a partir desse ponto de vista, como uma das expressões da *mobilidade do trabalho*. Em que pese a variedade de elementos e fatores que a influenciam e determinam, é ela parte não apenas figurante na história e na elaboração dos territórios, e na sua diferenciação e heterogeneidade cambiante. Por isso, passa a atuar como “agente de transformação”, ao mesmo tempo em que é “a dimensão espacial, traduzida como conjunto de relações sociais” (SALIM, 1992, p. 127).

A intensificação da mobilidade da força de trabalho expressa na migração em massa e nos fluxos intermitentes de indivíduos sem rumo que caracterizam as migrações de hoje, atestam a crise e o “fracasso da modernização”. Conforme sugere Kurz (1993, p. 195),

A maioria da população mundial já consiste hoje (...) em sujeitos-dinheiro sem dinheiro, em pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, nem na pré-capitalista nem na capitalista, e muito menos na pós-capitalista,

sendo forçadas a viver num leprosário social que já compreende a maior parte do planeta. Não fala a favor da compreensibilidade do mundo que ele fique observando esse espetáculo há mais de duas décadas e continue praticando impassivelmente e sem crítica precisamente aqueles negócios cujo andamento apenas acelera cada vez mais o desastre, que por fim não poupará ninguém.

I.5. A crítica do valor e a solução operária

Ora se aproximando, mas principalmente se afastando da maior parte das idéias que caracterizam a esquerda no mundo todo, e também no Brasil, no ABC paulista, berço do “sindicalismo autêntico”, tanto em relação às possíveis causas da crise do movimento operário, e ainda mais quanto aos remédios a serem adotados para a sua superação, está a crítica do “valor”, apresentada por Robert Kurz — ao lado de outros intelectuais que originalmente integravam o Grupo Krisis¹⁷ — como elemento principal de sua proposta teórica de análise da atual crise econômica e social.

Nessa perspectiva, conceitos relegados ao segundo plano na tradicional crítica marxista, como “fetichismo” e “valor”, ganham a qualidade de conceitos fundadores e definitivamente essenciais para a compreensão da crise e formulação de uma crítica radical.

O “fetichismo”, lembra Anselm Jappe (1997), não pode ser visto mais apenas como um “fenômeno da consciência”, e sim uma realidade dada pela autonomização da mercadoria. Sob o fetichismo, define Marx (1983, p. 71), “os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens”. Ou seja, como mercadoria, o produto do trabalho humano adquire um caráter metafísico que não deriva de seu valor de uso, mas dessa sua forma mesmo, quer dizer, “do caráter peculiar do trabalho que produz mercadorias”. Ou ainda como está proposto nos *Manuscritos de 1844*:

A produção produz o homem não apenas como uma mercadoria, como mercadoria-homem, como homem em função de mercadoria, mas o produz, além do mais, de acordo com esta determinação, como um ser desumanizado tanto física como espiritualmente. (...) Seu produto é a mercadoria com consciência de si mesma e atividade própria (...) a mercadoria humana (MARX *apud* SILVEIRA, 1986, p. 43).

Por essa via, admite Kurz (1993) que o movimento operário constitui-se hoje como ilusão de *ser sujeito*, dada sua estratégia de luta contra a violência da exploração e as

¹⁷ O grupo Krisis surgiu na Alemanha em 1986, a partir da publicação da revista teórica *Krisis*, destacada por sua ênfase na crítica do valor. Em abril de 2004, problemas internos levaram o grupo a um cisma devastador com a exclusão de dois de seus expoentes — Robert Kurz e Roswitha Scholz — os quais acabaram fundando uma nova revista, voltada para a discussão do mesmo tema: a revista virtual *Exit*.

circunstâncias históricas que lhe impõe limite no agir. Antes, porém, ele referenda e projeta o sujeito mercantil, ao mesmo tempo em que hesita entre a reforma e a revolução. Ilude-se poder decidir, ser sujeito da história, quando só pode ser, em face das condições históricas, um *sujeito sujeitado*, coisificado e alienado pelo capital (aparentemente, o dinheiro).

Conforme os articuladores da crítica do valor, em razão de todas estas questões, o momento é mesmo de agonia e crise para o movimento operário, ao lado do *welfare state*¹⁸ e do paradigma keynesiano. Desde esse ponto de vista, as lutas envolvendo o interesse de classe ficaram anacrônicas demais para dar o resultado esperado.

O conceito de “reforma social” transformou-se no seu exato oposto e foi semanticamente ocupado pela contra-reforma neoliberal, que aos poucos vai liquidando todas as conquistas sociais, sistemas de segurança social e serviços públicos. O paradigma neoliberal já não é uma posição diferente, mas um consenso suprapartidário, que atinge grande parte da esquerda. E a resistência torna-se cada vez mais fraca, até mesmo grandes greves e incendiários movimentos de massas terminam sistematicamente em derrota e resignação (KURZ, 2006).

Uma aparente vitória do capitalismo, que impõe sua “lei natural” do mercado e a desmesurada perspectiva de competitividade, cujo subproduto é a “autodestruição social e ecológica”. Ou simplesmente, a barbárie. É o fracasso real de uma “civilização” que se apoiou cegamente num projeto de progresso no qual o gênero humano sempre esteve desfocado, convertido em fator de produção. Daí a necessidade de se voltar à crítica da economia política, num sentido de superação do marxismo que dominou por longos anos a solução operária. Trata-se de buscar aquela

dimensão da teoria de Marx que na esquerda até hoje existente permaneceu completamente obscurecida, ou que, numa minoria de reflexões teóricas avançadas, no melhor dos casos foi desterrada para um arrazoamento “filosófico” abstrato, diferindo a sua eficácia prática para um futuro imaginário; ou seja, trata-se da crítica do fetichismo moderno, da crítica da produção de mercadorias como sistema, da crítica da “valorização do valor” como “sujeito automático” da sociedade (KURZ, 2006).

Isso implica submeter “as categorias básicas do moderno sistema produtor de mercadorias”, como o “trabalho”, a uma crítica radical, que põe em questão sua positividade ontológica. Nesse sentido, faz-se necessário historicizar o conceito, condicioná-lo às sociedades modernas, tirar-lhe a qualidade de ser ele o responsável pela humanização do

¹⁸ Para Kowarick (2002), no Brasil, esse “estado de bem-estar social” sequer passou de um arremedo do *welfare state* europeu, posto que atrofiado e incompleto, o que pode-se definir como uma das características básicas da modernização retardatária (KURZ, 1993).

homem, e não confundir esse “trabalho” com as atividades corriqueiras não criadoras de valor. É o que tentam demonstrar Robert Kurz, Roswitha Scholz, entre outros dessa corrente de pensamento contra o trabalho:

[A] política e suas formas de existência institucionais, Estado, democracia e nação, formam apenas o outro pólo do sistema de fetiche moderno, que é constituído pela forma jurídica dos sujeitos burgueses. [...] O moderno sujeito de todas as classes é um esquizo-sujeito, dividido entre *homo economicus* e *homo politicus*, entre bourgeois e citoyen. A esquerda sempre quis domesticar o bourgeois através do citoyen, dirigir o mercado através do Estado, regular a economia do “trabalho abstracto” através da política, formar os sujeitos do dinheiro através da nação. Mas a questão é abolir por igual ambas as faces do fetichismo moderno, em vez de jogar uma contra a outra. [...] O marxismo tradicional fez da forma e do conteúdo do fetichismo moderno condições ontológicas e trans-históricas, a suposta *conditio humana*. [...] A crítica do capitalismo do marxismo tradicional restringia-se à crítica do invólucro jurídico superficial da propriedade privada, enquanto a forma e o conteúdo da própria reprodução capitalista eram positivadas acriticamente. [...] O programa da crítica não deve ser a distribuição justa do valor, mas sim a sua abolição, por ser a forma irracional de uma “riqueza abstrata” destrutiva. Nem o “ponto de vista do trabalho”, nem o “orgulho pela criação de valor” conduzem para além do capitalismo, mas sim a crítica radical das modernas “abstrações reais” de trabalho e valor¹⁹.

Tendo em vista estas questões, o antigo movimento operário, de base marxista, compõe um dos pilares nos quais ascendeu e se impôs o capitalismo e o fetiche da mercadoria, de modo que a esquerda, sendo ou não sua intenção, constituiu-se em alavanca do processo de modernização no qual está assentada a *sociedade produtora de mercadorias*.

A luta por reconhecimento da classe operária, por isso, acabou sendo antes de tudo uma luta por um tipo de reconhecimento jurídico, o de fazer dos trabalhadores cidadãos na forma burguesa de ser, incorporados ou, para usar um termo da moda acadêmica, *incluídos* no processo de reprodução social. Da mesma forma pode-se pensar os movimentos pela independência na África e na Ásia, as revoluções russa e chinesa, cuja consequência real foi a de facilitar a instalação de *formas sociais* avançadas do moderno sistema produtor de mercadorias, conforme aponta Kurz, de modo particular quando discute o fracasso da modernização (1993, pp. 165-197).

I.6. Conclusão

Ao definir a *mobilidade do trabalho*, Gaudemar (1977) identifica-a como um “fato social” muito mais complexo que a “questão migratória”. Não se trata apenas de demonstrar

¹⁹ Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/exit_projecto_teorico.htm> Acesso em: 24/06/2006.

que o capital impõe-se sobre o trabalho e direciona seus fluxos, mas principalmente que ele tende a homogeneizar e a produzir um discurso único, uma relação social totalizante capaz de capturar os indivíduos em sua *natureza livre* e submeter a todos, sem exceção, ao território de ação do mercado. Assim, à maneira de Foucault, surge o que Gaudemar chama de “uso capitalista das disponibilidades dos homens, da docilidade dos seus corpos” (p. 17), pois é na *mobilidade do trabalho* que reside a submissão de homens e mulheres “livres” ao interesse do capital.

Há nisso o que Kurz (2003) chama de “coerção interna”, que intensifica a competitividade em todos os níveis, *entre classes*, mas também *intra-classes*. Em nome de um “fundamentalismo de mercado”, cujo objetivo único e exclusivo é a produção do valor, dispõe-se imensa massa de desesperados, absorvidos pela idéia e pela necessidade de vender seus tempos em troca de tempos abstratos, subtraídos na relação capital.

Nesse sentido, toda reestruturação — seja ela industrial, política, econômica ou territorial — constitui interferência na *mobilidade do trabalho* para assegurar a valorização do capital e a imposição de limites cada vez mais nítidos à *contra-mobilidade*, o que põe em xeque as formas tradicionais de luta por emancipação levadas pelo movimento operário. Daí a necessidade de uma crítica radical, sem no entanto perder o significado estratégico de uma luta imediata contra a mobilidade. De tal modo, a apropriação do “trabalho excedente” pelo proletariado, mais do que sua *realização* como classe, deve concretizar o seu fim e a emancipação total do trabalho.

TRABALHO LIVRE PARA O CAPITAL

“Os proletários, se pretendem afirmar-se como pessoas, devem abolir a sua própria condição de existência anterior, que é simultaneamente a de toda a sociedade até os nossos dias, isto é, devem abolir o trabalho.”

MARX e ENGELS, *A ideologia alemã*²⁰.

II.1. Livre, mas para o capital

A categoria *trabalho* não é abordada aqui como um pressuposto ontológico, uma pré-condição da existência humana, tampouco como auto-atividade basilar para a elaboração do *ser social*, como propõe Lukács (1978). Antes, vê-se o *trabalho* como uma decorrência histórica do desenvolvimento da sociedade produtora de mercadorias, conforme propõem Kurz (1993) e Postone (2000).

Considera-se que somente a partir da modernidade, o trabalho constituiu-se num fator estruturante não apenas da vida econômica, mas também política e social. A existência humana (toda ela), desse momento em diante, passou ao campo da produção do valor.

Com ênfase na análise dos textos de Marx, Postone lembra que o valor constitui

uma forma social que expressa o, e está baseada no, dispêndio de trabalho direto. [...] Como uma categoria das relações sociais fundamentais que constituem o capitalismo, o valor expressa o que é, e permanece sendo, o fundamento básico da produção capitalista (POSTONE, 2000, p. 119).

Como parte do estudo desenvolvido nesta pesquisa, observa-se que o processo de formação territorial da metrópole paulistana, como de resto toda a produção do espaço geográfico brasileiro, constitui momento fundamental da história do trabalho livre no Brasil e, conseqüentemente, da própria modernização que aqui se fez desde a desarticulação do sistema colonial escravista, o qual anteriormente havia proporcionado uma base de contribuição

²⁰ Para a maioria dos marxistas, quando Marx falava em “abolir o trabalho”, ele estaria se referindo a uma certa modalidade de trabalho, própria do capitalismo, que é o “trabalho abstrato”. No entanto, há controvérsias importantes, como a proposta por Kurz, para o qual o adjetivo “abstrato” é mera redundância, servindo apenas como pretexto para a defesa de uma suposta necessidade natural e eterna do homem trabalhar.

bastante generosa para a acumulação primitiva, dentro e fora do país. A propósito, não foi por acaso que este sistema se desenvolveu no Brasil e também em outras regiões da América.

Mas, se a consolidação do modo de produção capitalista implicou superação radical das antigas formas feudais, inclusive determinando a formação de uma massa de “trabalhadores livres” disponíveis para o serviço do capital, a acumulação primitiva significou uma enorme concentração desse mesmo capital oriundo do roubo, do genocídio, das guerras, da exploração das colônias e feitorias e da sujeição de negros e índios ao trabalho escravo, tendo em vista um mercado externo geograficamente muito distante e sedento por novas mercadorias.

A matéria deste capítulo aponta para uma questão central na análise do processo que, principalmente a partir de 1850, irá resultar nas grandes migrações de mão-de-obra livre com destino a São Paulo²¹. Indica também o elemento conceitual principal da tese de Gaudemar (1977), na qual ele expressa sua preocupação em entender o processo determinante das migrações, numa perspectiva que vai além das observações até mesmo idealistas, sobretudo focadas na vontade do sujeito ou nas condições do ambiente.

A *mobilidade do trabalho* consiste num processo cujo fim é disponibilizar “os homens, os seus corpos e os seus espaços de vida [para a contínua] valorização do capital” (GAUDEMAR, 1977, p. 58). Diz-se *disponibilizar* porque ao homem desprovido de quaisquer recursos para manutenção de sua vida, transformado pelo processo de modernização, nos termos de Kurz (1993), em simples indivíduo “mônada-dinheiro-mercadoria”, não resta alternativa senão dispôr-se *docilmente* a um sistema de contradições e imposições, como o que comanda a *sociedade produtora de mercadorias*. “Mônada-dinheiro-mercadoria” porque sua relação com o outro e o seu entorno deixa de ser uma relação direta e imediata, para ser uma relação que só acontece através das mercadorias e do dinheiro.

A fim de compreender a *mobilidade do trabalho*, referenciada em um contexto geográfico relativamente restrito, foi desenvolvido aqui um quadro sucinto das fases históricas nas quais a industrialização surge e se consolida na cidade de São Paulo e espalha-

²¹ O século XIX marca historicamente a transição do trabalho escravo para trabalho livre no Brasil. Trata-se, na verdade, de uma *transição lenta e gradual*, como sempre ocorreu nesse país para resguardar “interesses maiores”. Iniciada em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, essa transição foi concluída apenas em 1888, quando da assinatura da Lei Áurea. Mas, como propõe Gebara (1986, p. 27), foi a Lei do Ventre Livre, de 1871, o componente político decisivo que demarcou e selou o fim da escravidão e a organização de um mercado de trabalho livre.

se pelos subúrbios de São Caetano e Santo André²², levando adiante à conformação do espaço que muitos hoje chamam de “região do ABC”²³.

Nesse movimento, que desde o início se mostra como uma marcha em direção à capital do dinheiro, o que aparenta mera coincidência, definitivamente não é. Afinal, os homens e as mulheres mobilizados o são como uma estratégia do capital para ampliar as possibilidades de acumulação, e também por isso

não passam de instrumentos, e a força de trabalho não é mais do que um “continuum móvel”. O trabalhador move-se apenas ao serviço da máquina e do capital que a possui. Num tempo e num espaço que é desapossado. Peão num tabuleiro, ponto ínfimo nas curvas de crescimento, [...] sujeito aos movimentos alternativos da expansão do capital (GAUDEMAR, 1977, p. 35)

II.2. A vez dos braços estrangeiros (1872-1929)

Em 1872, de acordo com o primeiro censo realizado no país²⁴, viviam na cidade de São Paulo 31.385 pessoas — número inferior ao verificado em nove das vinte e uma capitais brasileiras. Menor do que Rio de Janeiro, à época a maior cidade do país, com 274.972 habitantes; menor do que Salvador, Recife, Belém, Niterói, Fortaleza, Porto Alegre, Cuiabá e São Luiz.

Contudo, entre os anos de 1890 e 1900, a população de São Paulo cresceu de forma extraordinária a uma taxa média anual de quase 14%, saltando de 64.934 habitantes, em 1890 para 239.820 habitantes, em 1900. Comparativamente, no mesmo período, a Capital Federal, à época, o Rio de Janeiro, embora mantivesse uma população maior, cresceu menos de 3% ao ano, passando de 522.561 habitantes, em 1890, para 811.443 habitantes, em 1900.

²² Se a indústria moderna instalou-se primeiro na cidade de São Paulo, sua expansão imediata deu-se no sentido do espaço que viria a ser, anos mais tarde, o ABC paulista — notadamente Santo André e São Caetano, às margens da estrada de ferro Santos-Jundiaí, *o subúrbio* como definiu José de Souza Martins (1992). “Em Santo André, os italianos [que formavam a maioria da população] iriam ocupar-se de atividades urbanas. Seriam oleiros, sapateiros, comerciantes, proprietários de pequenas manufaturas e operários” (Ver *Santo André, Cidade e Imagens*. Santo André, Prefeitura Municipal de Santo André, 1991, p. 39).

²³ A expressão “região do ABC”, como é proposta por Kuvshney (1996, p. 4) não é o que se possa propriamente definir como conceitual. De fato, o ABC não se constitui uma região, mas uma sub-região, tomada a partir do núcleo original que é a “Aglomeração Paulistana” e, mais tarde, a metrópole de São Paulo ou RMSP, instituída com o propósito de intervenção estatal, em face da necessidade de planejamento e controle do espaço geográfico. Para Haesbaert (1988, p. 25), a região pode ser definida como sendo “um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução”.

²⁴ Dados publicados no *Anuario estatístico do Brasil 1908-1912*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927. Estatísticas do século XX. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculooxx/default.shtm>> Acesso em: 25/12/2006.

O gráfico II.1 mostra alguns outros números que ajudam a compreender as características e a dimensão dessa explosão demográfica de impacto decisivo para a mudança do destino da cidade de São Paulo e de seu entorno, no início do século XX. Nota-se, por exemplo, que tal crescimento foi sobretudo significativo e bastante atípico entre 1872 e 1900, quando houve um aumento de quase 700% da população da cidade.

Gráfico II.1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Gráfico elaborado pelo autor.

A considerar que o crescimento vegetativo por si só seria incapaz de repercutir com tamanha rapidez uma expansão populacional desse porte, fica evidente que as migrações constituíram o fator determinante do fenômeno. Assim, identificam-se predominantemente, nessa fase, duas correntes migratórias para a cidade de São Paulo: uma “interna” e outra “externa”, mas ambas constituídas na sua grande maioria por estrangeiros, vindos da Itália.

A “corrente migratória interna” tinha como pontos de partida as regiões cafeicultoras do Oeste Paulista e era formada por colonos descontentes com as péssimas condições de trabalho e a baixa remuneração, que implicavam altíssima rotatividade da mão-de-obra²⁵. Ou ainda por aqueles que, em razão das crises de superprodução, como a de 1898, responsáveis por uma acentuada depreciação do café e da força de trabalho, se punham em busca de outras oportunidades, como o trabalho na indústria, na capital.

²⁵ Conforme tese de Gaudemar (1977, pp. 376-392), não se pode admitir este “descontentamento” como fator explicativo preponderante da *mobilidade do trabalho*.

Já a “corrente migratória externa” era composta por trabalhadores oriundos das regiões rurais do Sul da Europa, que não chegaram a ir para as fazendas de café. Uma outra parte era constituída por artesãos ou pessoas com alguma experiência de trabalho em pequenas oficinas e manufaturas. E havia ainda uma terceira parte formada por trabalhadores sem qualquer qualificação profissional ou experiência urbana, mas que, por não terem sido subsidiados em relação ao transporte da Europa para o Brasil, não tinham vínculos com os fazendeiros do café, o que os levava a engajarem-se em atividades econômicas urbanas.

A partir de 1880-1890, os empregos urbanos-industriais começaram a se expandir, bem como a saída de imigrantes para o exterior, que, no início do século XX, superou o número dos que desembarcaram em Santos. [Entretanto] estes movimentos jamais foram significativos a ponto de escassear a mão-de-obra nas zonas cafeeiras. Ao contrário, a expansão cafeeira e a indústria nascente sempre contaram com vasta oferta de braços, pois as levas de estrangeiros que entravam sempre foram bastante superiores quando comparadas às dos que partiam do Brasil (KOWARICK, 1987, p. 94).

O certo é que para ambas as “correntes migratórias”, a indústria foi um fator econômico relevante, que não apenas permitiu mas também impulsionou essa mobilização de trabalhadores rumo à cidade de São Paulo e seu entorno, assim como é, em grande medida, a responsável pela forte presença de estrangeiros nesses espaços no limiar do século XX.

Um crescimento prodigioso como este, além do mais, só poderia resultar da articulação dos interesses hegemônicos do capital, de um lado a suscitar a procura de trabalho e, do outro, literalmente, a controlar sua oferta. Um jogo compensatório cuja finalidade era impedir o encarecimento da mercadoria força de trabalho e permitir a máxima extração da mais-valia absoluta. Desse modo, nem sobrepopulação nem desemprego podem ser considerados apenas “efeitos colaterais” ou “fatalidades econômicas” do avanço capitalista em terras brasileiras, e sim condicionantes da luta de classes, como fora interpretado por Marx em *O Capital* (GAUDEMAR, 1977, p. 280-281).

Junto com a cidade cresceu também a organização operária responsável por algumas das primeiras greves modernas de que se tem notícia no país, com especial destaque para a de 1917, que se iniciou como uma “greve solidária” mas rapidamente se alastrou por toda a São Paulo, paralisando fábricas e oficinas.

Entre as principais reivindicações dos operários, apenas uma poderia ser diretamente negociada entre patrões e trabalhadores — o aumento de até 35% para os salários —, as demais envolviam a regulamentação do trabalho e, portanto, obrigatoriamente traziam para as negociações o Estado, do qual se cobrava a proibição do trabalho para crianças com idade inferior a 14 anos, o fim do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos, a fixação

da jornada de trabalho para 8 horas, o direito de associação sindical, o congelamento dos preços dos alimentos, o descanso semanal remunerado, o seguro contra acidente de trabalho, a redução dos aluguéis em 50%, entre outras.

O impasse se prolongou por uma semana com vários choques entre a polícia e os grevistas e um saldo de muitos mortos e feridos. Entre 50 e 70 mil operários participaram do movimento, mas os números finais dos conflitos nunca foram precisados (FAUSTO, 1976). De qualquer forma, tais acontecimentos, ilustram bem os primeiros passos da industrialização paulistana, e indicam caráter histórico desse processo como alavanca para a modernização.

A violência de um Estado que não hesita pôr em ação sua mão pesada — cassete e armas de fogo —, quando a questão é a *luta de classes* e, por conseguinte, a manutenção de uma determinada ordem social, essa violência de sangue apenas revela um dos aspectos essenciais da formação da *moderna sociedade produtora de mercadorias*, que tem como marca principal e definitiva a generalização da forma-mercadoria. É, nesse sentido, a mercadoria como forma social, elemento articulador fundamental da sociedade moderna, e não apenas uma possibilidade residual, na qual se estabelece a troca por equivalentes de trabalho.

Não obstante a mobilização de tantos trabalhadores para as lavouras de café no Oeste paulista beneficiasse, em primeira mão, os fazendeiros, posteriormente ela também serviu para formar o excedente de mão-de-obra necessário para a acumulação capitalista centrada na atividade urbano-industrial, que viria a ocorrer nas décadas seguintes.

Conforme Boris Fausto (*apud* KOWARICK, 1987, p.105), muito provavelmente antes da “decisiva arrancada da industrialização”, em 1905, a cidade de São Paulo já apresentava “indícios da formação de um exército industrial de reserva”. Tanto que não se registrou “nenhuma crise de mão-de-obra” na cidade, e sim um gradual amortecimento das ações do operariado — apesar das greves aqui mencionadas —, seja em função de sua baixa capacidade organizativa, seja em relação ao seu fraco poder de barganha na hora de ajustar salários e direitos.

Este quadro favoreceu sobremaneira a expansão do número de fábricas instaladas na cidade de São Paulo, além do número de operários empregados na produção industrial. Assim, após uma relativa dispersão geográfica, em pouco tempo, a indústria instalada no país começa a concentrar-se no perímetro urbano da jovem São Paulo modernista, onde no início da década de 1930 já se podiam ver inúmeras chaminés, anunciando um novo tempo.

A pressa, o ritmo alucinante e a indiferença tornam-se símbolos da cidade que parece multiplicar-se da noite para o dia. “Sobe-e-desce de gente que vai pras fábricas. Pralapracá de

automóveis. Buzinas. Letreiros [...]” Conclui o poeta Cassiano Ricardo em seu poema, *Café Expresso*, publicado em 1928: “Ó cidade dos homens que acordam mais cedo no mundo!”

II.3. A vez dos braços nacionais (1930-1979)

Beneficiada pelos fluxos migratórios estrangeiros, para o campo e para cidade, a economia paulista conseguiu sobreviver por um bom tempo sem precisar submeter a força de trabalho nacional, pois havia uma constante reprodução das condições que garantiam a exploração e a espoliação dos colonos nas fazendas (KOWARICK, 1987, p. 114).

Ainda não totalmente mobilizada para o serviço do capital, a mão-de-obra nacional livre, aos poucos começou a ser fustigada pelo sistema produtivo hegemônico. Sem constituir propriamente um exército industrial de reserva, na acepção de Marx, tratava-se de uma espécie de reserva para capitalização futura.

Recusando o trabalho disciplinado nas fazendas, pôde dispor da fertilidade das terras, da pesca, caça ou coleta, que proporcionavam o mínimo para viver com larga margem de ócio e lazer. Fugindo dos rigores da produção organizada, passou a ser visto pelos dominantes como inútil, ralé instável, vadio que para nada servia. Durante os horrores da escravidão, foi forçado à vida errante, ao expediente ocasional ou até mesmo à esmola, pois trabalhar significava a degradação de sua liberdade. [...] Nesses tempos, o desamor ao trabalho organizado serviu para fundamentar a ideologia da vadiagem e, em contrapartida, para reforçar a ordem escravocrata, pois, como refugava o trabalho, era necessário que fosse este compulsório. (KOWARICK, 1987, p. 115).

Nota-se que não há como falar em excluídos do processo, ou livres do processo. A expressão “trabalho livre” flui nesse caso apenas como força de retórica. O trabalhador é “livre” porque, em princípio, pode escolher a quem alienar seu trabalho, e do mesmo modo pode-se dizer “livre” por não estar preso juridicamente a ninguém, embora seja forçado pelas estruturas a alienar parte de seu tempo para obter os meios de subsistência, e por isso a liberdade de escolha tenha limites muito estreitos. “Livre” em dois aspectos, porque “ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho” (MARX, 1983, p. 140).

Entretanto, problemas internos acumulados desde a grande seca que atingiu o Sertão Nordeste, em 1887, além da desvalorização do açúcar no mercado internacional, motivada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e em seguida a seca de 1932, desencadearam migrações em massa de trabalhadores livres e sem dinheiro, vindos principalmente do Nordeste e do Norte de Minas Gerais para São Paulo, constituindo-se uma nova tendência

migratória com vistas à formação de um mercado de trabalho mais em conta, em termos econômicos, tanto para o campo quanto para a cidade²⁶.

Trata-se de um fenômeno combinado, no qual se observa, ao mesmo tempo em que o interior ainda capitaliza o grosso dessa mão-de-obra para as lavouras de café, a expansão da indústria na capital, a requerer cada vez mais força de trabalho. A própria cidade no seu ritmo de crescimento já suscita a contratação de outros trabalhadores, seja para a construção civil, para o comércio ou para os serviços.

Para tanto, além do nordestino e do mineiro cujas imposições e premências já os tinham há mais tempo mobilizado, um outro personagem surge como migrante recorrente na cidade de São Paulo, capturado pela máquina capitalista, desterrado de sua condição anterior, aquele que Candido (1997, p. 82) definiu, a princípio, como “caçador subnutrido, senhor do seu destino [que] graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil”.

É a partir do projeto de fazer do Brasil um país urbano-industrial e moderno que este personagem definitivamente começa a se incorporar à cidade e à lógica do mercado. No filme *A Marvada Carne* (1985), de André Klotzel, essa passagem da condição de “caipira”²⁷ a de trabalhador é construída de maneira sutil. Do bairro rural à periferia de São Paulo, os elementos fundamentais da vida de matuto vão se decompondo em favor da modernidade, do contratual, da indiferença, apesar de permanecerem introjetados no seu hábito e na sua forma de viver.

Mas, lembra Kowarick (1987, p. 124), essa passagem exigiu uma depuração. O antigo discurso dominante que tinha como objetivo estigmatizar o “braço nacional” foi sendo substituído por um outro, agora redentor, que visava criar um estereótipo positivo para o lugar do “caipira”, o estereótipo de um novo herói brasileiro. Por isso, aquilo que é identificado

²⁶ Vale destacar que, em pesquisa sobre o processo de mobilização dos nordestinos para São Paulo, GOMES (2007, p.35) lembra que “Mesmo estigmatizados pela elite paulista em relação à sua capacidade de adaptação ao trabalho regular, os migrantes nacionais participaram juntamente com o imigrante europeu, na conformação do trabalho-livre, abaixando os custos de reprodução da cafeicultura”.

²⁷ A expressão “caipira” é usada aqui para referir-se ao tipo de habitante do interior de São Paulo, cuja origem remonta os tempos dos primeiros contatos dos bandeirantes (colonizadores portugueses) com os nativos da terra (os índios), e que veio a formar uma amálgama de culturas, ainda mais complexa a partir da extensão desse contato com o negro africano convertido em escravo no Brasil. “Com o advento da sociedade industrial”, lembra Roberto Pinho (*in* Documentário *O Povo Brasileiro*), “houve um impacto muito grande sobre essa sociedade que nós podemos chamar de arcaica, onde aquilo que a sociedade consumia praticamente era produzido pelos próprios habitantes. Quer dizer, não havia supermercados, havia feiras; não havia fábricas, havia artesanato...” Impôs-se dessa forma o moderno que empurrou o “caipira”, sobretudo a partir dos anos 50, para a margem grande cidade.

como “indolência” deixa de ser pelo menos enquanto um “mal congênito”, para ser antes uma consequência do abandono social.

Sua desambição passa a ser encarada com a parcimônia de alguém que se contenta com pouco, não busca lucro fácil, e, sobretudo, não reivindica; a inconstância traduz-se enquanto versatilidade e aptidão para aprender novas tarefas, e o espírito de indisciplina metamorfoseia-se em brio e dignidade. [...] (KOWARICK, 1987, pp. 124-125)

Tudo isso, porque se tratava

de reativar o mercado de trabalho a fim de continuar dispondo de vasta oferta de braços, condição indispensável para o sistema produtivo manter inalterada a feroz exploração do trabalho que os movimentos grevistas, em vários momentos haviam colocado em xeque. (KOWARICK, 1987, p. 125)

Como consequência desse esforço, intensificam-se as novas correntes migratórias, vindas do interior do país com destino a São Paulo. Ainda de acordo com Kowarick (p. 127), “estava em gestação uma mudança radical na ampliação do mercado de trabalho, referente à substituição do estrangeiro pelo nacional”. A tabela II.1 permite ter uma noção mais ampla da crescente escassez da mão-de-obra estrangeira no Estado de São Paulo, dada a drástica redução do movimento, a partir do final dos anos 20, quando se encerraram os subsídios do governo a este tipo de imigração. Por isso, na década seguinte, as migrações internas ganharam fôlego tornando-se ainda mais frequentes e corriqueiras. Afinal, prosseguia a pressão dos fazendeiros paulistas por mão-de-obra barata.

Na anos 40, período no qual foi bastante reduzida a entrada de estrangeiros em São Paulo, cerca de 400 mil trabalhadores vindos de outros Estados passaram pelo Serviço de Imigração e Colonização (SIC)²⁸, localizado na antiga Hospedaria dos Imigrantes, na Mooca, hoje Memorial do Imigrante, sendo de lá embarcados para vários municípios do interior, com vistas ao trabalho na lavoura cafeeira. Dados de 1950 sobre imigração indicam que o Estado de Minas Gerais era o principal fornecedor de mão-de-obra para São Paulo, com 47,48% do total. A Bahia aparece como o segundo maior fornecedor, com 17,56%. A Região Nordeste, como um todo, era responsável por quase 32% do total dos migrantes entrados no Estado de São Paulo.

²⁸ Criado em 1939, o SIC substitui as funções do Departamento de Terras, Colonização e Imigração (DTCI), responsável pela administração da Hospedaria do Imigrante, desde 1905.

Tabela II.1

**ENTRADA DE IMIGRANTES ESTRANGEIROS
NO ESTADO DE SÃO PAULO (1885-1939)**

Anos	Números Absolutos
1885-1889	167.664
1890-1894	319.732
1895-1899	415.253
1900-1904	171.295
1905-1909	196.539
1910-1914	362.898
1915-1919	83.684
1920-1924	197.312
1925-1929	289.941
1930-1934	128.899
1935-1939	69.215
1940-1944	12.764
1945-1949	41.228
1950-1954	198.042
1955-1959	166.961

Fonte: Memorial do Imigrante. Departamento de Museus e Arquivos, da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Elaboração própria.

Com o desenvolvimento da indústria a *mobilidade do trabalho* passou a atender às novas demandas em alta, agora do setor industrial e todos os outros seus complementares. Em 1950, a metrópole paulistana que tinha aproximadamente 3 milhões de habitantes e concentrava um terço dos estabelecimentos e empregos desse setor, em todo o Brasil, já anunciava um pujante crescimento econômico e urbano também no ABC (BERNARDES; ALMEIDA *apud* SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 43).

Segundo Fundação Seade, a cada ano da década de 1960 chegaram à cidade de São Paulo, em média, 128 mil migrantes²⁹. Um número sem comparação com qualquer outra cidade brasileira. Tudo isso, obviamente, se reflete no espraiamento da metrópole, já que esses migrantes na sua maioria destituídos de recursos monetários suficientes para habitar áreas mais valorizadas, próximas ao centro, tiveram de se deslocar para as periferias, abrindo caminho para um processo que viria a se consolidar nas décadas seguintes: a dispersão geográfica da atividade industrial na metrópole expandida (LENCIONE, 1991) ou o chamado “entorno metropolitano”, dando origem a um espaço geográfico de grandes proporções e complexidade econômica: a macrometrópole (MEYER *et al.*, 2004; mapa II.1).

²⁹ Somados, os anos 60 e 70 marcam um período no qual a RMSP, segundo os analistas demográficos, apresentou um saldo migratório de quase dois milhões de pessoas.

Mapa II.1

A MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Fonte: Emplasa, 2008. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/index.asp>> Acesso em: 31/08/2008. Elaborado pelo autor.

No mais, a idéia de espraiamento da metrópole sugere uma outra questão que sob o domínio do capital se apresenta ainda mais perversa. Tal questão é analisada no livro *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza* (CAMARGO *et al.*, 1976, pp. 21-63), em especial no capítulo 2, “A lógica da desordem”, que cruza o primeiro tema relativo ao crescimento geográfico da metrópole com a perspectiva do capital, tendo em vista como isso favorece o mercado e sua fúria acumulativa.

O vertiginoso crescimento demográfico [da RMSP], que entre 1960-1970, foi de 5,5% ao ano, junto com o processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes. Amontoam-se populações em áreas longínquas, afastadas dos locais de trabalho, impondo-se distâncias de deslocamento cada vez maiores. Acentua-se o processo de criação de “cidades-dormitório” [...]

Em 1969, os números relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, por sua vez, indicavam que o Estado de São Paulo concentrava 35,6% da renda nacional, de modo que o rendimento por habitante alcançava quase duas vezes a média do resto do país. Mas, como se sabe, essa concentração da riqueza não resultou em enriquecimento da população, em geral. As desigualdades socioeconômicas é que ganharam proporções preocupantes. A renda *per capita*, lembra Camargo *et al.* (1976, p. 14), apenas indica “a quantidade de rendimentos auferidos no Estado, em relação com o número de seus habitantes, independentemente da distribuição desses rendimentos”. O crescimento econômico suscitou a formação de vagas para vários tipos de empregos e maiores facilidades para a população migrante, mas apenas até um certo ponto, já que o analfabetismo, os problemas de habitação, transporte e saúde mantiveram a estrutura social mais ou menos do mesmo jeito, com mais ou menos avanço, dependendo do momento histórico. Ou seja, no Brasil, a contrapartida para o rápido crescimento da economia que mobilizou enormes massas de trabalhadores para as grandes cidades foi dada em pobreza, ao que se soma todo tipo de problema vivenciado pelos recém-chegados — além dos obstáculos econômicos, o preconceito lingüístico e a sensação de inferioridade diante de um mercado moderno e competitivo, mediado por relações igualmente modernas e competitivas.

Por esse tempo, é o afluxo de nordestinos que se torna predominante em São Paulo (capital e interior). E toda a carga de preconceitos estigmatizantes novamente vem à tona. Esse é um dos assuntos tratados criticamente pelo filme “O homem que virou suco” (1980), de João Batista de Andrade — a cidade a serviço do capital que consome os homens e os iguala a suco de laranja. Assim, como se fosse um todo homogêneo, dois “Silvas” são confundidos e viram o mesmo homem. Da frase eivada de preconceitos do personagem do policial, que diz sem a menor preocupação que “Todo pau-arara é Silva”, à cena da rua com o personagem Deraldo sendo importunado pelos fiscais da prefeitura e a polícia que querem ver seus documentos, a ironia da crítica ao moderno, que a tudo reduz ao abstrato dos números.

Pois é desse modo que a cidade cresce abarrotando as estações de trem e de ônibus, mais seu entorno e adiante os terrenos baratos da periferia, onde se reproduz rapidamente o supranumerário da classe trabalhadora, cada vez mais mergulhada numa luta ferrenha para manter-se em condições de valorização.

O resultado disso é um poder de compra declinante, sobretudo para os trabalhadores sem qualificação profissional, os sazonais e os trabalhadores de obras — pressionados pela sobrevivência que lhes impõe a submissão a salários defasados, mesmo considerando alguns

picos de recuperação como ocorrera no que se convencionou chamar de “anos dourados da economia brasileira”. Na média, os salários mantiveram-se quase sempre abaixo do padrão inicial, de 1940 (Gráfico II.2).

Gráfico II.2

**VARIAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO,
ENTRE 1940 E 1980 (REFERÊNCIA JULHO DE 1940 = 100)**

Fonte: Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Gráfico elaborado pelo autor.

Notadamente é na década de 1950 que os valores do salário mínimo, fixados pela primeira vez através do Decreto-Lei nº. 2.162 de 1940, atingem os níveis mais altos, acompanhando uma tendência mundial de crescimento econômico, que no Brasil se faz sentir com a modernização implementada sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1961). E mesmo no período curto de aceleração do crescimento econômico, os anos do “milagre” (1968-1973), quando a taxa média de crescimento anual do PIB ficou acima dos 10%, a correção do salário mínimo no município mais rico do país foi bem pouco expressiva.

Diante desse quadro, a quantidade de tempo necessário para a reprodução da força de trabalho se elevou significativamente, bem como o tempo médio de cada trabalhador gasto em atividades complementares ou horas extras, ou ainda a extensão compulsória do trabalho remunerado para outros membros da família como mulheres e crianças, inclusive com a participação em serviços ilícitos etc.. Conforme Camargo *et al.* (1976, pp. 69-70) “essa expansão do volume de trabalho social posto à disposição do capital amplia ainda mais a massa de lucro, já que o custo de manutenção do trabalhador não se eleva”.

Tal era a condição de grande parte dos migrantes deslocados para São Paulo, tendo em vista a seqüência ao processo industrial, a partir dos anos 50. Mais uma vez, é patente o

descompasso entre a oferta e a procura de trabalho, assim como entre as formas de remuneração, que fazem os trabalhadores extremamente vulneráveis diante do mercado.

A quantidade de “material humano” disponível para o capital, permite ao sistema produtivo escolher, conforme a conveniência, os critérios para contratação dos trabalhadores, incluindo nisso as formas mais inusitadas de juízo em relação a sexo, idade, cor da pele, origem, padrão de beleza, simpatia etc., o que por outro lado faz crescer os desajustes sociais e a crise como um todo, repercutindo com intensidade ainda maior sobre os migrantes, em especial os nordestinos, considerados o elo mais fraco desse processo.

Como afirma Camargo *et al.* (1976, p. 80), a discriminação econômica potencializa a discriminação social e vice-versa, ou seja, elas “reforçam-se mutuamente” provocando desigualdades e disputas entre os trabalhadores, cuja consequência mais evidente é a sua desvalorização no mercado.

Outro fator que influencia o destino da força de trabalho no mercado refere-se ao “diferencial de oportunidades sócio-econômicas transmitidas por ‘herança’” (CAMARGO *et al.*, 1976, p. 94), o que na Grande São Paulo tornou-se notável, entre tantos motivos pela fragmentação do território e pela baixa mobilidade social da população, em face de mecanismos concentradores de renda tão eficientes, como os aqui adotados.

Assim, para os filhos da classe trabalhadora é destinada uma escolarização rudimentar, precocemente profissionalizante, em que tanto a formação sócio-cultural como o adestramento prático visam à sua inserção nas tarefas de menor qualificação. (...) Por outro lado, para os descendentes das camadas médias criam-se novas atividades técnicas e administrativas no setor público e no privado que, freqüentemente, supõem formação universitária (CAMARGO *et al.*, 1976, p. 94).

Se a escassez de informações censitárias sobre a origem étnica da população metropolitana dificulta o entendimento da questão aqui abordada, ela não impede concluir, por observação empírica, que também a herança étnica interfere no padrão distributivo da renda, e de algum modo produz uma geografia de “cores”, dadas as características do racismo no Brasil (DAMATTA, 1986).

Assim, nota-se significativa a participação de negros e pardos entre os milhares de migrantes que chegaram a São Paulo, a partir dos anos 40³⁰. Estes reconstruíram sua cultura originária com as adaptações da nova realidade da qual se cercaram, fundamentalmente

³⁰ De acordo com estudo de Jordão Neto, A. *Aspectos Econômicos e Sociais das Migrações Internas para o Estado de São Paulo*. São Paulo, 1973, pp. 11-122 (mimeo), *apud* Camargo *et al.*, 1976, p. 99, os negros e os pardos correspondiam a 49,06% do total dos migrantes residentes na cidade São Paulo.

ajustada às condições da sociedade do trabalho — na construção civil e nas fábricas, mas também nas feiras e no comércio ambulante, nos serviços domésticos e na segurança privada.

Enfim, vale constatar que da mesma maneira que aconteceu com a imigração italiana, que, deslocada para a capital, se subdividiu em duas vertentes — uma vinda do interior e outra diretamente da Itália —, essa “nova corrente migratória”, que começou a chegar à cidade de São Paulo e seu entorno, desde meados da década de 1930, também se subdividiu em duas vertentes: uma vinda do interior do Estado de São Paulo, em grande parte formada por migrantes de outros Estados, que após um período de tempo na lavoura buscaram trabalho na capital, e outra vinda diretamente dos seus Estados de origem. Lembre-se ainda que parte da migração interiorana paulista, notadamente no caso de Santo André, continuou sendo formada por famílias italianas e seus descendentes.

II.4. A terceira fase: a mobilidade do trabalho em tempos de reestruturação produtiva

Os censos de 1991 e 2000 apontaram algumas tendências importantes no que se refere à migração para a cidade de São Paulo e o entorno metropolitano. Uma delas refere-se à queda no ritmo de crescimento populacional da região, tida como a principal área de destino de imigrantes dos mais variados lugares, atraídos pelos investimentos do capital e, conseqüentemente, pela oferta de trabalho.

Pois se, entre 1970 e 1980, a taxa de crescimento populacional da metrópole foi de 4,4% ao ano, no período censitário seguinte a mesma taxa caiu para 1,89%, e, entre 1991 e 2000, para 1,63%. Um dos fatores que explicam essa mudança é a queda geral das taxas de fecundidade no Brasil, especialmente nas grandes metrópoles, como São Paulo. O outro fator diz respeito ao aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Combinados, os dois fatores são determinantes para uma outra tendência que é a do envelhecimento da população, que por sua vez irá repercutir novamente sobre o primeiro fator, criando um círculo vicioso.

Entretanto, o que mais se evidencia na tendência de redução do ritmo de crescimento da metrópole é que nele está uma mudança na característica dos fluxos migratórios com destino à RMSP. A considerar que, a partir da década de 1980, há uma outra tendência importante em relação ao crescimento populacional da metrópole, configurada no fato das cidades maiores crescerem proporcionalmente menos do que as médias e pequenas, depreende-se que a imigração teria tomado um outro destino: as cidades da periferia da metrópole, o que se confirma nas estatísticas (ver Tabela II.2). Porém, apenas isso não teria sido suficiente para provocar queda nos números totais da região, como ocorreu.

Tabela II.2

**COMPARATIVO DOS CINCO MUNICÍPIOS DA RMSP COM MAIOR E MENOR
TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (TGCA) ENTRE 1991 E 2000**

Municípios com menor TGCA (%)		Municípios com maior TGCA (%)	
Vargem Grande Paulista	8,36	São Caetano do Sul	-0,72
Santana de Parnaíba	7,89	Santo André	0,57
Caieiras	6,90	São Paulo	0,88
Itaquaquecetuba	5,75	Osasco	1,55
São Lourenço da Serra	5,40	Santa Isabel	1,28

Fonte: IBGE (1991-2000). Tabela elaborada pelo autor.

Um entendimento possível, depois da leitura dos dados relativos aos censos, da interpretação das falas dos migrantes coletadas nas entrevistas, e também depois de caminhar à procura de elementos que pudessem elucidar as dúvidas aqui levantadas, é de que a migração se apresenta hoje como um fenômeno muito mais intenso do que fora no passado. Ao contrário do que se poderia imaginar, à primeira vista, como sendo uma tendência de “imobilidade populacional”, ou simplesmente de redirecionamento dos fluxos migratórios principais para outras regiões, surge como bastante plausível a redefinição dos ritmos migratórios e uma maior circularidade, um ir e vir circunstanciado num menor intervalo de tempo entre a partida e o retorno, e que pode levar à idéia meio apressada de um arrefecimento do processo migratório e da *mobilidade do trabalho*.

A crise econômica e o relativo esgotamento da metrópole, nos anos 80, acabou influenciando diretamente sua capacidade de atrair população, em vista da drástica redução da oferta de empregos formais, que nos anos 90 viria a acentuar-se com a saída de várias unidades fabris instaladas na região, notadamente no ABC, e também com a reestruturação produtiva poupadora de mão-de-obra, induzida e incrementada pela política de abertura comercial e financeira dos governos que se sucederam ao longo dessa década.

Além disso, merecem destaque, a ampliação das áreas de garimpo no interior do país, a abertura de novas fronteiras agrícolas, o desenvolvimento da agroindústria, o crescimento da importância econômica da Zona Franca de Manaus, a disseminação da violência para além dos grandes centros, capitaneada pelo tráfico de drogas, que a transformou num importante “vetor empregatício” (CANO, 1996, p. 9), a expansão do turismo etc..

No mais, e com base apenas no Estado de São Paulo, observa-se ao longo das décadas de 1980 e 1990 uma “interiorização do desenvolvimento econômico”, a qual decorre de uma série de fatores como, por exemplo, a política de incentivo às exportações, adotada a partir de

1981, para fazer frente ao pagamento dos juros e amortizações da dívida externa; os investimentos da Petrobrás em Paulínia e São José dos Campos, com a instalação de refinarias; os incentivos ao Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), logo após o segundo choque do petróleo (1979-1980); a expansão dos investimentos dos governos em infraestrutura fora da RMSP; os problemas ligados aos custos da aglomeração urbana (trânsito, preço da terra, violência); a mobilização dos sindicatos operários, com maior tradição de luta e organização, que impõe um padrão salarial em média superior ao das outras regiões etc. (CANO, 1996, pp. 9-10).

Essas e outras mudanças certamente repercutiram nos números e na qualidade das migrações nas últimas décadas. Em relação à imigração interestadual, nos anos 70, chegaram à metrópole paulistana cerca de 2,2 milhões de pessoas; número que, nos anos 80, declinou para 1,5 milhão de pessoas; mas novamente subiu, nos anos 90, para aproximadamente 1,8 milhão de pessoas; fenômeno que, segundo Baeninger (2005, pp. 90-91), pode ser interpretado como uma “retomada da força da RMSP na recepção” desse tipo de imigrantes.

Veja-se, pois, outros dados do Censo 2000 e da Fundação Seade, no qual a metrópole de São Paulo é apresentada como a região do Estado que recebeu o maior número de imigrantes, entre os anos de 1995 e 2000: cerca de 890 mil imigrantes. Destes, 720 mil vieram de outros Estados. Em contrapartida, no mesmo período, deixaram a região mais de um milhão de pessoas, sendo 562 mil com destino a outros Estados, principalmente do Nordeste (262 mil), o que para alguns analistas sinaliza uma tendência à chamada “migração de retorno”. Mas, é o interior do Estado quem mais se destaca como área de destino dos emigrantes da RMSP: do total dos deslocamentos, 468 mil dirigiram-se para o interior; dos quais 144 mil para a região administrativa de Campinas (ver Tabela II.3 e Mapa II.2).

Outro elemento importante na caracterização e análise da atual fase migratória, vivenciada na metrópole, a partir dos anos 80, diz respeito ao declínio da atividade industrial como geradora de empregos — o que entretanto já estava presente na década anterior, quando teve início um aumento significativo da participação dos empregos no setor de serviços, sobretudo os chamados “serviços produtivos”³¹, com reorganização do mercado de trabalho e perspectiva de ampliação das possibilidades de emprego para trabalhadores com maior qualificação profissional.

³¹ “Serviços produtivos” ou “serviços de empresa”, cf. Meyer (2004, p. 110), são os “serviços nobres” que exigem uma mão-de-obra altamente especializada e envolvida com os processos de inovação. “Inclui-se nessa categoria os serviços de assessoria, consultoria, advocacia, publicidade, etc.”

Tabela II.3

**FLUXO MIGRATÓRIO ENTRE A RMSP E O INTERIOR DO
ESTADO DE SÃO PAULO (1995-2000)**

Região Administrativa	Imigração	Emigração	Saldo Migratório
Araçatuba	4.771	13.636	-8.865
Barretos	2.060	4.650	-2.590
Bauru	5.319	20.015	-14.696
Campinas	29.162	143.524	-114.362
Central	4.623	15.662	-11.039
Franca	2.481	5.477	-2.996
Marília	6.996	20.793	-13.797
Presidente Prudente	6.775	15.968	-9.193
Registro	2.569	8.257	-5.688
Ribeirão Preto	5.096	11.852	-6.756
RM da Baixada Santista	18.824	60.188	-41.364
São José do Rio Preto	8.394	29.068	-20.674
São José dos Campos	14.366	46.277	-31.911
Sorocaba	17.429	72.927	-55.498
Sem especificação	43.268	-	-43.268
Total Geral	172.133	468.294	-296.161

Fonte: IBGE; Fundação Seade. Tabela elaborada pelo autor

Não se trata de um fato isolado, e sim um fato de grande importância para a compreensão do que se vem constituindo a partir daí no quadro geral das migrações, ou como têm mencionado alguns especialistas em demografia a tendência de “inversão de sinal”, já que para muitos imigrantes, a perspectiva de trabalho com uma remuneração condizente com suas necessidades diminuíram, em razão da baixa qualificação dessa força de trabalho.

Nesse sentido, a partir dos anos 80, surge com relativa força em São Paulo, em alguns bairros como Bom Retiro, Brás, Pari e Vila Guilherme, e outros até bem mais afastados, como Cachoeirinha, São Mateus e Guaianases, e em outros municípios como Santo André, Diadema, Guarulhos e Osasco, uma outra corrente migratória que tende a disponibilizar trabalho a preços bastante reduzidos. Trata-se dos bolivianos³², que trabalham, “em sua maioria no setor da costura, [...] segmento do mercado de trabalho que não exige experiência prévia nem idade mínima [...] e cuja] produção se dá com base na quantidade de peças que o trabalhador é capaz de costurar” (SILVA, 2006, p. 161). A precariedade das condições que marcam o trabalho desses bolivianos no Brasil, envolve inúmeras denúncias. Destas não raras são as situações inclusive de “trabalho escravo”, ou “escravidão por dívida”.

³² O número exato de bolivianos em São Paulo é desconhecido. De acordo com estimativas do Centro Estudos Migratórios (CEM) haveria entre 60 a 80 mil na cidade, sendo um quarto deles ilegais, condição que aumenta a sua vulnerabilidade socioeconômica, principalmente nas relações de trabalho.

II.5. Conclusão

A *mobilidade do trabalho* é o conceito marxista fundamental para o entendimento dos imensos fluxos de população que migra em busca de trabalho, sorte e oportunidade, que foge de catástrofes naturais, guerras e desilusões, mas que permanece presa às determinações de uma estrutura alicerçada na indiferença e na liberdade. Liberdade que nesse contexto possui um duplo sentido. Trata-se aqui da liberdade do trabalhador (a pessoa que possui a mercadoria mais importante do processo de valorização), que é por um lado a liberdade de dispor sua mercadoria e vendê-la da melhor forma que puder; e por outro uma imposição que é a obrigação de vendê-la, já que está posto numa sociedade mediada pela troca, e não lhe resta outra alternativa senão estabelecer a troca de seu trabalho por dinheiro, a fim de assegurar sua reprodução social.

É nesse processo que se conforma territorialmente o ABC, articulado à industrialização de São Paulo, e cujo apoio inequívoco das grandes massas trabalhadoras faz-se presente também na formação de um exército industrial de reserva que a partir dos anos 80 é forçado a buscar um novo significado, dada a crise que atinge o centro do capitalismo com interferências na composição do valor. Por essa razão, a análise dos movimentos migratórios *para e da* RMSP, com destaque para o ABC, leva à constatação de que há mudanças importantes no quadro geral dos deslocamentos, com muito menos permanência e muito mais mobilidade.

Mapa II.2

**DESTINO DE QUEM EMIGROU DA RMSP PARA O INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO,
CONFORME REGIÃO ADMINISTRATIVA (1995-2000)**

Fonte: IBGE / Fundação Seade. Elaborado pelo autor.

O TERRITÓRIO ANDREENSE

III.1. Santo André da Borda do Campo, lugar de duração efêmera

A formação do território andreense é capítulo à parte na história da ocupação portuguesa dos *Campos de Piratininga*. Quase um ano antes da fundação de São Paulo, é fundada a vila de *Santo André* — a primeira vila colonial localizada no planalto.

Desde a consolidação nos termos cartoriais da descoberta do Brasil, os portugueses pouco puderam fazer para se apropriar das terras e das riquezas da imensa colônia. De sorte que somente a partir de 1532 teve início a colonização, com a implantação do sistema de capitanias e a fundação da vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa.

Pouco próspero e diante da ameaça de perda dos territórios achados para nações rivais, tal empreendimento político teve de ser alterado. Optou El-Rei, D. João III, pelo sistema de capitanias hereditárias, concomitante à instalação do Governo Geral do Brasil, em 1549, para o qual nomeou Tomé de Sousa.

Articulada ao interesse do Estado português, a Igreja e, muito particularmente, a Companhia de Jesus viam na colonização a possibilidade de expandir a obra das catequeses em terras distantes. Nesse contexto surgem as figuras emblemáticas dos padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta que definirão novos rumos para a história dos campos do planalto paulista. Como ressalta Taunay (2003), Manuel da Nóbrega percebeu rapidamente

que a região litorânea não era a zona propícia para a grande obra que se ia empreender; daí a escolha de um local além da Serra do Mar, onde se fundasse, “de novo, um povo principiado em sinceridade, verdadeira religião e amor de Cristo” (...) Nada mais precário, aliás, então, do que a vida na costa por aqueles anos em que aos perigos da proximidade do tamoio, indomável e valoríssimo, juntavam-se os da presença, no Rio de Janeiro, de seus aliados, os franceses de Villegaignon (p. 211)

Consta, no entanto, que por volta de 1520, já vivesse no referido planalto entre os índios guaianases um certo João Ramalho, o fundador da vila de Santo André da Borda do Campo, cujo reconhecimento propriamente dito dar-se-ia apenas em 1553, com a concessão do governo-geral, em troca do auxílio de João Ramalho no amansamento dos índios arredios, com os quais o controverso protagonista dos primeiros anos da história andreense mantinha ótima relação.

Deu João Ramalho cumprimento a estas condições, fazendo à sua custa a trincheira, baluartes, igreja, cadeia, e mais obras públicas necessárias. Depois de tudo

concluído, subiu à Serra Antonio de Oliveira, Loco-Tenente de Martim Afonso, acompanhado do Provedor da Fortaleza Real Braz Cubas, e levantou Pelourinho na Povoação de Ramalho aos 8 de Abril de 1553, em nome daquele Donatário, dando-se o título de Vila de *Santo André*. Dela ficou sendo Alcaide-mór o referido João Ramalho, que já exercitava o cargo de Guarda-mór do Campo (TAUNAY, 1953, p. 51)

Sobre ele, se por um lado muitos foram os cronistas que se limitaram a construir uma imagem negativa traduzindo-o como contrabandista, ladrão, degredado, traficante de índios, náufrago ou tão somente aventureiro; por outro, sua imagem é constituída do mais exasperante heroísmo, como aparece no trecho a seguir:

João Ramalho, afrontando as serras e as matas, com tantos passos difíceis de varar pela trilha dos índios, galgou-as e dominou-as e ao natural da terra se ligou para vencer o “campo” que se lhe abria largo ante os olhos, para, a seguir, com a geração mameluca da qual foi o patriarca, vir iniciar o domínio do sertão. Era sedução da natureza ou pendor de sua aventura acompanhar a corrente dos rios em busca do interior; daí a “bandeira”; daí o paulista; daí o Brasil que amanhecia! (GAIARSA, 1968, p. 3)

Provavelmente nenhuma coisa nem outra. O que se sabe é que a vila dos Ramalhos (consta que tivera inúmeros filhos com as índias guaianases), a Santo André da Borda do Campo, não durou muito tempo. Com a fundação de São Paulo de Piratininga, em 1554, os esforços por manter no planalto duas fortificações coloniais, em condições tão precárias, tornavam-se cada vez inconvenientes, diante do objetivo traçado por um governo-geral politicamente influenciado pelos jesuítas.

As condições em certo sentido “melhores” do aldeamento de São Paulo, assim como o sempre prestativo contato dos jesuítas com os “doentes e necessitados” de Santo André, segundo o Padre Manoel da Nóbrega, despertara o interesse de muitos destes pobres diabos se deslocarem para a vila jesuíta, deixando para trás aquele lugar de “tantas misérias” (TAUNAY, 2003, p. 256).

Assim, em 1560, Mem de Sá, então governador-geral do Brasil, ordena que João Ramalho e todos os seus juntem-se a São Paulo. E a vila de Santo André, dar-se-á aos poucos como desaparecida, esquecida, “adormecida” por praticamente três séculos³³. Nada ficou como registro físico de sua localização:

Santo André, como um ninho de escravismo e foco de turbulências, desapareceu sem deixar vestígios, como se de vez a arrasara um braço exterminador. Nas margens do

³³ Em seu estudo, Taunay lembra, entretanto, que “Nas *Atas da Câmara de São Paulo* nada há sobre os motivos da extinção de Santo André. Nelas apenas existe uma alusão ao despovoamento definitivo da vila ramalhense, por ordem de Mem de Sá, alusão preciosa como fixadora da data de tal acontecimento” (p. 257) Fato que corrobora para ainda mais indefinições é o sumiço do livro da série de vereações de São Paulo, de 1560 a 1562.

Guapituba, que flui para Piratininga, cerca de légua da [...] Vila de São Bernardo, o viajante debalde procura um trecho de velho muro que lhe recorde esse baluarte do alcaide-mor da Borda do Campo. Como se fora edificada na areia movediça, onde um sopro de desolação tudo subvertera e apagara, nem mesmo a tradição da vila mameluca se salvou na memória dos raros habitantes destas paragens. É que as cidades também se apagam na vida, como se apagam as iniquidades dos homens (SAMPAIO *apud* TAUNAY, 2003 pp. 261-262)

III.2. Caminhos do mar, caminhos do planalto

Apesar do fato consumado, o lugar, em toda a sua extensão conhecido como “Borda do Campo” — que atualmente compreende os municípios de Santo André, Diadema e São Bernardo —, continuou existindo como trecho de passagem entre o litoral e a *Villa de Piratininga*.

A abertura de trilhas no meio da mata densa e a resistência aos rigores do clima, compunham o quadro de alternativas que o conquistador das terras brasileiras teve de lançar mão. Assim ele se dá conta da geografia que melhor lhe convém, por onde constrói os acessos e as vias que lhe permitem manter um contato, mínimo que seja, com a sua outra ponta, de além-mar.

Por muitos anos os acessos disponíveis entre o litoral e o planalto continuaram sendo aqueles mesmos utilizados pelos índios guaianases e também os tupiniquins (GAIARSA, 1968). O “velho” caminho do mar teria sido usado por Martim Afonso de Sousa em companhia de João Ramalho, já em 1532. Mas, segundo Gaiarsa (pp. 20-21), esse caminho foi abandonado tão logo se fixou São Paulo como único aldeamento branco do planalto. Aliás, a denominação da localidade litorânea conhecida ainda hoje como “Piaçaguera” remete justamente à expressão indígena, que significa “passagem do caminho que existiu” (Mapa III.1).

Um outro caminho, chamado de “novo”, a oeste da foz do rio Perequê, subia pela serra de Cubatão, seguindo no planalto os rios Pequeno e Grande, até o Jurubatuba e o Pinheiros, e de lá para São Paulo. Apesar de também ser usado pelos “bugres”, conta o frei Gaspar da Madre de Deus, tal caminho teria sido melhorado por Anchieta, tendo em vista a redução dos constantes ataques que sofriam dos inimigos, tornando-se por isso a via de comunicação oficial a ser utilizada por viajantes e tropeiros na rota entre o litoral e o planalto (GAIARSA, 1968, p. 21).

Em 1669, este caminho, após uma série de obras de recuperação e remodelação, a qual foram incluídas a construção de setenta pontes, por ordem dos procuradores das Câmaras da

Capitania, passou a ser pedagiado para compensar os vultosos gastos na reforma, com a cobrança feita em função da carga transportada (GAIARSA, 1968, p. 22). A repercussão desse tributo não foi nada boa, mas vê-se nele a evidente interferência de uma forma de relação totalmente distinta daquela dominante na situação anterior à chegada dos portugueses, e cuja projeção futura dar-se-á como totalidade, emersa no significado abstrato do valor.

Mapa III.1

A LOCALIZAÇÃO DE SANTO ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO

Fonte: Jean Luciano no livro "Cubatão na Obra de Afonso Schmidt" (1974). Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/enigma10.htm>>. Acesso em: 10/02/2008.

Não obstante todas as reformas que se sucederam também no século seguinte, e apesar da alternativa do pedágio (caro demais para a realidade da época), as estradas continuaram sendo um problema. Com a expansão dos canaviais *sertão adentro*, e com a demanda pelo açúcar aumentada, em 1788, o então governador da capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena deu início à construção de uma nova estrada, com nove quilômetros de extensão e três metros de largura, calçada e capaz de suportar muito melhor o tráfego das tropas de mulas entre o alto da serra e o litoral.

A Calçada do Lorena, como ficou conhecida, foi inaugurada em 1792, e se tornou confluência de vários caminhos que chegavam de São Paulo e de outras regiões do interior paulista. A obra inteira se estendia desde o pé da Serra do Mar, próximo ao rio Cubatão, até o topo onde, posteriormente, deu-se a construção da Estrada Velha de Santos (SP-148), inaugurada em 1844 com objetivo era melhorar as condições de tráfego de carroças e diligências entre o planalto e a Baixada Santista.

Na região que viria a se formar o ABC, ao longo dos trajetos, várias áreas foram convertidas em locais de pastagens para as mulas e de pouso e alimentação para os tropeiros, originando algumas importantes freguesias e vilas, como foi o caso de São Bernardo (TAUNAY, 1953). Vale anotar que o fator impulsionador desse empreendimento já não era a simples necessidade de abastecer povoados do planalto, mas havia um interesse cada vez mais dominante de se fazer circular as mercadorias produzidas a partir da colônia para a metrópole e vice-versa, dentro de uma lógica de troca desigual que caracterizou a divisão do trabalho na economia colonial. Por outro lado, lembra Ferreira (2006), a passagem das terras da “Borda do Campo” à Ordem de São Bento³⁴, na primeira metade do século XVII, também consistiu num fator determinante para mudanças significativas na economia desse espaço.

Nas mãos dos beneditinos, após um longo período de estagnação, as terras da antiga sesmária foram desmembradas, formando basicamente duas grandes fazendas, a de São Bernardo e a de São Caetano, “as quais se dedicavam à produção agrícola, à criação de animais e à produção de cerâmica. Juntaram-se aos índios livres e aos índios administrados, portugueses e mamelucos, os negros trazidos para trabalhar nas terras e olarias de propriedade dos monges” (FERREIRA, 2006, p.16). Tais fatos levaram essa área a uma relativa expansão econômica, que propiciou o desejo de bairros prósperos, como São Bernardo, se emanciparem. A luta empenhada garantiu já em 1812 sua elevação à condição de freguesia.

³⁴ Em 1561, essas terras haviam sido concedidas como sesmária à família de Amador de Medeiros, à época ouvidor da Capitania de São Vicente (KLEEB, 2006, p. 20)

Como a capela de São Bernardo da fazenda dos beneditinos era particular, pertencia à Ordem, os monges cederam ao vigário da nova paróquia um terreno distante da sede da fazenda para que ali fosse construída nova matriz [...]. Com isto houve a mudança do nome da paróquia para Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem. A construção da Igreja Matriz de São Bernardo iniciou-se em 1814 e foi inaugurada em 1825. (FERREIRA, 2006, p.17)

Ao mesmo tempo, teve início uma forma de povoamento mais urbano no antigo bairro, e doravante freguesia, com a abertura das primeiras ruas, articuladas ao Caminho do Mar, que passou a ser conhecido como Estrada do Vergueiro. Essa estrada, após melhorias através de obras realizadas entre 1860 e 1863, favoreceu a partir daí a circulação de transportes mais pesados, e valorizou bastante o entorno, abrindo fronteiras para o tão desejado “progresso”³⁵.

Entretanto, foi só com a construção da estrada de ferro da *São Paulo Railway Company Ltd.*(SPR), iniciada em 1860, que grandes mudanças começaram a ocorrer no lugar onde surgiria um esboço do que viria a ser a atual Santo André, cujo núcleo de povoamento dar-se-ia à margem ferroviária.

III.3. A estrada de ferro, a eletricidade e os novos tempos

Entre os fatores determinantes para o florescimento do industrialismo andreeense, Gaiarsa (1968) destaca dois como fundamentais: o primeiro refere-se à construção da estrada de ferro da SPR que, a partir de Santo André até o bairro próximo das “colinas da Luz”, ocupou os terraços do vale do Tamanduateí, como alternativa da engenharia para neutralizar os efeitos das cheias periódicas do rio; o segundo refere-se à instalação da usina de eletricidade da Light & Power no pé da Serra do Mar em Cubatão, sendo as águas utilizadas para tanto oriundas do território que hoje corresponde ao município de Santo André.

Constatação simples é a de que o espaço geográfico onde estão os sete municípios do ABC converteu-se em área de expansão da indústria paulistana, tendo como principal eixo de referência a estrada de ferro da SPR, cujo percurso ligando Santos a Jundiaí foi concluído em 1867.

A implantação dessa estrada de ferro em boa parte deveu-se ao empenho e à persistência do empresário Irineu Evangelista de Souza — o Barão de Mauá. Conforme se sabe, foi ele a pessoa responsável por convencer o Imperador D. Pedro II a assinar o decreto

³⁵ Obviamente, não se imagina em momento algum a partir dessa análise que o “progresso” buscado muitas vezes de forma obsessiva, no decorrer da história brasileira, possa ser identificado como um acontecimento neutro, isento de uma perspectiva lógica que é a da moderna sociedade produtora de mercadorias.

que concedia a um grupo de empreendedores, o privilégio de construir e explorar o transporte ferroviário entre o litoral e o planalto, inicialmente, por um prazo estendido de noventa anos³⁶.

Assim, a 15 de maio de 1860 começaram as obras da “Ingleza”³⁷, como ficou popularmente conhecida a ferrovia cujo trecho inicial, e mais complicado, referente à transposição das escarpas da Serra do Mar, estaria pronto em 1864. Caso desse o lucro esperado, Mauá acreditava que este empreendimento permitiria grande solidez para seus negócios, por muitos anos.

Para vencer a “muralha” de cerca de 800 metros de altitude entre o litoral e o planalto, a solução encontrada pelos engenheiros que trabalharam no projeto foi o desenvolvimento do sistema funicular, que consistia na utilização de cabos de aço movimentados por máquinas a vapor fixadas em quatro subestações ao longo dos planos inclinados construídos para auxiliar o tráfego das composições.

Como suporte à obra e à manutenção das operações, foi instalado um acampamento para os operários e engenheiros, junto à primeira estação do planalto, então batizada de Alto da Serra, e, posteriormente, Paranapiacaba (*do tupy*, “lugar de onde se avista o mar”).

Pode-se dizer que esta foi a primeira e significativa mobilização de trabalhadores livres e assalariados dentro do atual município de Santo André, sob a égide do capital. A maior parte dessa força de trabalho era composta por imigrantes vindos de Portugal, Itália e Espanha, mantidos sob a orientação rigorosa dos engenheiros e técnicos ingleses³⁸.

Ao se aposentarem, muitos desses trabalhadores, cujos filhos optavam por seguir o mesmo ofício, preferiam manter-se próximos à vila, até mesmo porque lá havia como obter trabalho e sustento. Mas como não podiam, na condição de aposentados, continuar morando nos alojamentos da SPR, situados no lado leste da estação, decidiram por conta própria iniciar a formação de uma “segunda vila”, na parte elevada de Paranapiacaba (a oeste da estação), cujos traços arquitetônicos, no estilo dos vilarejos de Portugal, tanto no casario como no arruamento estreito, ainda podem ser percebidos, em contraste com as casas de madeira da “vila original” — marca inconfundível da influência inglesa na construção da ferrovia.

³⁶ A implantação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí visava facilitar o escoamento da produção cafeeira realizada em larga escala no interior paulista ao sul da serra da Mantiqueira (Campinas, Piracicaba, Itu e Jundiaí, principalmente). O objetivo de Mauá era a partir daí controlar as principais linhas-tronco do país (CALDEIRA, 1995, p. 319).

³⁷ O apelido se deve ao fato de que eram os ingleses os principais acionistas da empresa, formada em 1859, com sede em Londres.

³⁸ Consta que, além dos trabalhadores livres, também “negros de ganho” foram utilizados como mão-de-obra na fase mais dura da construção.

O segundo trecho foi concluído e inaugurado, em caráter provisório e precário, em fevereiro de 1867, com duas viagens diárias, entre o litoral e o planalto, intercaladas por algumas paradas necessárias para o “descanso” e manutenção das máquinas. Foi numa dessas estações que começou a se formar o bairro que deu origem ao centro histórico da cidade de Santo André³⁹, cujo nome traria à lembrança a extinta vila de Santo André da Borda do Campo, fundada por João Ramalho no século XVI.

No entanto, este nome seria assumido pela localidade apenas em 1910, com a criação do Distrito da Paz de Santo André, anexo ao município de São Bernardo, criado em 12 de março de 1889, de acordo com a Lei nº. 38, ainda sem o designativo *do Campo* (o qual veio a aderir com sua emancipação em 1º. de janeiro de 1945).

Em 1895, devido à crescente demanda provocada pela expansão da economia cafeeira e o capital disponível para novos investimentos, teve início a construção de uma nova linha para o trecho de serra, paralela à anterior, porém, agora dividida em cinco patamares e planos inclinados servidos por máquinas mais sofisticadas e potentes.

O sistema inaugurado em 1901 e que durou até 1974, apresentava algumas novidades em relação ao primeiro funicular, entre as quais a mais importante referia-se ao fato de funcionar por meio de cabos de aço dispostos de forma contínua que permitiam a tração de dois conjuntos de composição colocados em sentidos contrários, um servindo como contrapeso ao outro — para a subida e para a descida, favorecendo assim o menor desgaste das máquinas fixas, postadas nas subestações da serra⁴⁰.

Em 1946, quando do encerramento do prazo de concessão à SPR, a velha ferrovia passou ao controle do governo federal sob a nova denominação de Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, uma tendência que no Brasil já se apresentara desde a década anterior por força da política industrial de Vargas. O Estado assumia com isso praticamente todos os investimentos importantes em infra-estrutura e na indústria de base.

Nesse momento, a indústria de Santo André, assim como toda a organização política administrativa e territorial da região já havia mudado, ou estava em adiantado ritmo de mudança. De modo que, em 1938, graças à notável vantagem estatística de Santo André sobre São Bernardo (Tabelas III.1 e III.2), a sede do município enfim se transferiria para perto da

³⁹ Àquele momento, porém, a estação foi batizada de São Bernardo, uma referência à vila que era o núcleo de povoamento mais próximo, cerca de seis quilômetros a sudeste dali. Conforme anotações do Dr. Francisco Perrone, recolhidas por Gaiarsa, “a modificação do nome [da estação, mais tarde], deve-se a ilustre facultativo de Santo André, quando exerceu mandato de vereador na edilidade de S. Bernardo. Atendendo à sugestão do legislador andreense, a SPR modificou o nome da estação, no dia 18 de julho de 1929” (GAIARSA, 1968, p. 43).

⁴⁰ A partir de 1974, passou a funcionar um novo sistema, de tecnologia japonesa, conhecido como sistema cremalheira-aderência, com funcionamento semelhante ao das escadas rolantes, com engrenagens ajustadas às locomotivas, as quais são dotadas de uma terceira roda dentada, no meio da composição.

estação ferroviária⁴¹.

Tabela III.1

ARRECAÇÃO MUNICIPAL POR DISTRITO NO ABC, EM 1938

1º. Santo André	48%
2º. São Caetano	33%
3º. São Bernardo	12%
4º. Ribeirão Pires	4%
5º. Mauá	2%
6º. Paranapiacaba	1%

Fonte: Gaiarsa (1968, p. 120). Reprodução.

Tabela III.2

POPULAÇÃO DE SANTO ANDRÉ POR DISTRITO, EM 1941

1º. Santo André	38.206
2º. São Caetano	27.568
3º. São Bernardo	11.561
4º. Ribeirão Pires	5.486
5º. Mauá	4.522
6º. Paranapiacaba	3.293

Fonte: Gaiarsa (1968, p. 145). Reprodução.

O fato não foi bem digerido por bernardenses tradicionais⁴² que, em 1945, depois de muita pressão política alcançam sua emancipação de Santo André, dando origem à municipalidade de São Bernardo do Campo. Em 1948, o mesmo se sucede com São Caetano do Sul; em 1954, com Mauá e Ribeirão Pires; em 1959, Diadema; e finalmente, Rio Grande da Serra, em 1964 (Mapa. III.2).

Quanto ao segundo fator decisivo para a expansão, tanto demográfica quanto econômica de Santo André — a produção de energia elétrica na Baixada Santista, a partir das águas do planalto —, também envolveu vultosos investimentos e interesses multinacionais. Assim como a construção de ferrovias foi, em um determinado momento, uma das principais formas de “fazer fortuna”, em todo o mundo, também a produção da eletricidade, mais do que uma demanda social, mobilizava o capital acumulado sedento por novas formas de valorização, e desse modo chegava aos lugares mais remotos. O uso do território dá-se assim

⁴¹ Cf. Decreto Estadual nº. 9.775, de 30 de novembro de 1938.

⁴² Em 1943, “funda-se a Sociedade dos Amigos de São Bernardo, a 2.ª do mesmo gênero e com a finalidade de pugnar pela separação da antiga sede municipal que já não gozava do mesmo prestígio perante Santo André”. (GAIARSA, 1968, p. 148).

através do dinamismo da economia e da implantação da infra-estrutura (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21).

Pelo pioneirismo na questão energética, no Brasil, o engenheiro canadense Asa White Kenney Billings é muitas vezes identificado, de forma ufanista, a exemplo do Barão de Mauá, como um “visionário”. Nas palavras entusiasmadas de Gaiarsa (1968), Billings teria possibilitado transformar São Paulo no mais importante parque industrial da América Latina, com especial destaque para Santo André. No livro, *A cidade que dormiu três séculos*, capta-se um pouco desse “ufanismo andreense”, característico de Gaiarsa, e ainda muito presente na fala de alguns moradores históricos, para quem a cidade decerto carrega no seu “código genético” uma espécie de *liga de progresso*, e por isso retém a perspectiva de se lançar sempre à frente, como se guardasse um espírito vivo e permanentemente renovado do mito João Ramalho:

Para os moradores da antiga Santo André constitui orgulho e privilégio poder afirmar que “são originários dos seus mananciais e dos rios que correm pelo triângulo industrial moderno, os impulsos dinamizadores que movimentam as máquinas, as indústrias sedeadas na região e na capital do Estado de São Paulo”. Todas as nascentes ficam situadas dentro das divisas da antiga vila fundada por João Ramalho, compreendendo todos os seus distritos e subdistritos. Desde Paranapiacaba, onde nascem os tributários do rio Grande, passando depois por Ribeirão Pires, onde nascem o Tamanduateí e seus tributários menores assim como em Mauá, e Santo André e São Bernardo do Campo que recolhem e acumulam o elemento líquido numa bacia de 130 quilômetros quadrados ou pouco mais, oferecemos o quinhão que se transforma em milhões de quilovates ao pé da serra. Lá onde nossos maiores colonizadores e desbravadores tantas vezes ficaram deslumbrados diante da paisagem que se estende na serra sem fim, quase permanentemente envolta em brumas cinzentas que alimentam os mananciais serra-acima. (GAIARSA, 1968, pp. 58-59)

À parte todo ufanismo, a implantação do projeto de eletrificação do planalto e da baixada, a partir da década de 1920, contou com gigantesco capital multinacional da Light & Power, incluindo aí a construção da represa Billings, que determinou mudanças substanciais na geografia econômica de toda região posteriormente constituída como metrópole, e ainda mais na sub-região correspondente aos *sete municípios* do ABC paulista.

Evidentemente que a prosperidade do café na segunda metade do século XIX, até a crise de 1929, permitiu a acumulação de capitais traduzida em fôlego para a expansão da indústria que começa a ganhar força junto à capital. Mas, do mesmo modo, também viabilizaram essa trajetória a farta mão-de-obra imigrante disponível e a substituição de importações nos momentos de crise. E como condição especial, dois fatores que provocaram rupturas na estrutura econômica das oligarquias rurais, baseada no latifúndio e em relações

sociais quase imóveis. O primeiro fator refere-se ao aparecimento de um empresariado industrial imigrante bastante inovador para época e que se fixou na capital e seu entorno imediato; o outro se refere à nova condição social de uma parte dos colonos do café convertidos em proprietários de terra (MAMIGONIAN, 1976).

No caso do ABC paulista, doze anos antes da abolição da escravidão, o governo designou a aquisição das fazendas dos monges beneditinos localizadas em São Caetano e São Bernardo para torná-las núcleos de colonos recém-chegados. Grande parte deles acabou se radicando na região, entregando-se ao “trabalho rude do desmatamento e construção dos primeiros casebres, levantando os alicerces dos atuais municípios” (GAIARSA, 1968, p. 48). Produziam além de lenha e carvão, tijolos, e também uva, reconhecida pela boa qualidade. Porém, “as más condições de vida e a inaptidão das terras para cultivo”, segundo KleeB (2006, p. 25), “fizeram com que muitos imigrantes abandonassem seus lotes e buscassem no núcleo urbano outro tipo de atividade que lhes garantissem o sustento”.

Por fim, o governo priorizou a imigração como meio para o fornecimento de mão-de-obra barata para as grandes fazendas cafeicultoras. O ir e vir dos imigrantes, principalmente os italianos, garantiu o tom da vida do lugar na passagem do século XIX para o XX, o que está patente nos sobrenomes de grande parte dos moradores até hoje: Dulcin, Garbeloti, Furlan, Martorelli, Moretti, Bortolini, d’Agostino, Braidó, Fiorotti, Peruche, Botan, Garbelotti, Gallo, de Nardi, Leoni, de Savi, Sala, Castelotti, Pontano, de Martino, Pessoti, Perin, Martinelli, Rossi, Roveri, Baraldi, Coppini, Carnevalli, Ferrari, Madella, Vicentini, Modesto, Coppini, Guazzelli, Zaniolli, Fabri, Furini, Magini, Bovo, Gaiarsa, Pelegrini, Cataruzzi, Giroto, Rocco, Cazza, Cestari, entre outros. (GAIARSA, 1968, pp. 47-48).

Mas também é certo dizer que esse processo não teria ido adiante sem a energia elétrica produzida na represa Billings. Ou, dito de outra maneira, sem a expansão inicial da indústria, também não haveria a necessidade da Billings. De qualquer forma, é isso: ao mesmo tempo um fato explica e justifica o outro. É por onde segue a modernização, atrelando Estado e capital, como uma amálgama na qual se presume hegemônico o interesse deste último, ideologicamente disfarçado como desejo de toda a sociedade, o que se põe, nesse caso, escancarado na forma do discurso ufanista.

Mapa III.2

SEQUÊNCIA DE DESMEMBRAMENTOS DOS MUNICÍPIOS DO ABC

Fonte: EMPLASA, 2000; SUMÁRIO DE DADOS (PMSP), 2006. Sequência de mapas elaborada pelo autor.

III.4. A chegada da fábricas

A Santo André industrial propriamente começou a surgir no final do século XIX. Para tanto contribuiu a sua localização, às margens da ferrovia, e também o fato de ser um dos pontos de parada das composições que circulavam entre o planalto e o litoral. Nos arredores da antiga estação São Bernardo, a partir de 1867, formaram-se pequenos núcleos residenciais, comerciais e de serviços, como barbearias, funilarias, alfaiatarias, sapatarias, restaurantes e outros ainda de natureza extrativista como serrarias, cerâmicas e cimento (FERREIRA, 2005; PASSARELLI, 1994).

Em 1895, instalava-se a primeira fábrica da futura cidade, a cerca de um quilômetro ao sul da estação, no lugar que hoje está o final da rua Gertrudes de Lima, confluência com a avenida Perimetral. Trata-se da histórica Tecelagem Silva Seabra & Cia., conhecida como a Fábrica do Ypiranguinha, que funcionou até 1970, quando então foi transformada no supermercado Baleia (atual Extra Perto, da rede Pão de Açúcar).

Depois vieram outras fábricas de notável expressão na história andreense, como é o caso da Companhia Streiff, inaugurada em 1899, e da Bergman, Kowarick & Cia., em 1901. A Streiff produzia cadeiras e a princípio se utilizou fartamente da matéria-prima (madeira) que era abundante nas matas do entorno⁴³. Seu primeiro endereço foi a rua Coronel Oliveira Lima, de onde se mudou anos mais tarde para a avenida Queiroz dos Santos, onde hoje funciona uma das unidades da rede de supermercados da Cooperativa da Rhodia (COOP). Já a Kowarick fabricava casemiras — um tipo de fazenda fina de origem inglesa. Ela estava localizada em um gigantesco edifício no lado leste da estação, onde após seu fechamento no início dos anos 70, também surgiu um supermercado — o Jumbo —, que já em meados da década seguinte encontrou dificuldades para manter-se, devido ao aumento da concorrência no setor, mas também por conta da sua localização, oposta ao centro de maior movimento e apartada pela linha do trem, cuja passagem de nível fora eliminada no final da década de 1970⁴⁴.

Após a instalação dessas três primeiras fábricas, outras vieram a incorporar-se ao espaço que começava a tomar a forma urbano-industrial (Mapa. III.3). Em 1908, surge a Fiação e Tecelagem Santo André, vendida em 1943 para um grupo da capital, o Giorgi, que transferiu a fábrica para o distrito de Capuava. Segundo relato de Gaiarsa,

⁴³ Importante observar que o atual centro de Santo André corresponde à área do Caaguaçu, como era conhecido primitivamente o rio Tamanduateí. Nos estudos de José de Souza Martins, uma imensa área, a partir da várzea do rio para sul, constituía a “zona da mata”, em oposição aos campos que seguiam no sentido de São Paulo (MÉDICI, 1992).

⁴⁴ No final de 2007, no mesmo galpão, passou a funcionar uma das unidades da rede atacadista Assai.

Fala-se desta firma, que jamais os seus operários fizeram greve. A gerência sempre reconheceu nos seus colaboradores, o mérito e o valôr que nunca foram negados, pagando-lhes salários justos e antes que leis especiais fossem votadas (GAIARSA, 1968, p. 55).

Se isto é fato, o mesmo não se pode dizer da Streiff. Em 1906, os trabalhadores dessa empresa foram severamente reprimidos e, após 35 dias de greve, vencidos pelo desgaste e pela violência de uma força policial deslocada de São Paulo, especialmente para este fim. Nas palavras de Ademir Médici (1990), “Os dirigentes da greve, que estavam todos presos, além de espancados pela polícia, foram despedidos. Os operários e suas famílias [logo começaram a passar] necessidade, pois o comércio local já não fornecia mais alimentos fiados para os grevistas”.

Mapa III.3

**ESBOÇO DA ESTRUTURA URBANA DE SANTO ANDRÉ
COM A LOCALIZAÇÃO DAS TRÊS PRIMEIRAS
FÁBRICAS INSTALADAS NA CIDADE (1906)**

Fonte: SOUZA *apud* MELO, 2003, p. 30. Re-elaborado pelo autor.

De qualquer forma, impulsionado em parte pela necessidade de tempos em tempos substituir importações, e em parte pelo próprio dinamismo interno, crescia a passos largos o empreendimento industrial em Santo André. Assim, em 1919, instalava-se junto à várzea do Tamanduateí a Companhia Química Rhodia Brasileira que, já em 1936, contava com aproximadamente 680 trabalhadores, sendo 600 deles empregados na produção. Em 1923, outra grande empresa, dessa vez do ramo de metalurgia, chegava à cidade: a Companhia Brasileira Fichet & Schwartz-Haumont, especializada na fabricação e montagem de estruturas metálicas, cofres, esquadrias, pontes rolantes etc.; e também a Pirelli — esta voltada à produção de pneus e condutores elétricos.

Em 1929, foi a vez da Companhia Brasileira Rhodhiaceta, dedicada à produção de fios sintéticos, como o *nylon*, o *valisère* e o *albene*. A empresa mantinha anexa ao galpão principal uma tecelagem moderna que utilizava a matéria-prima industrial produzida para fabricação de roupas, empregando “milhares de operários” (GAIARSA, 1968, p. 61)

Por conta deste rápido desenvolvimento, no final da década de 1920, de todo o município de São Bernardo, que se estendia por mais de 800 km², a área contígua ao bairro da estação era a mais próspera, fato que certamente acabou por desencadear o processo do qual resultaria na transferência da sede do município para o atual centro histórico de Santo André, próximo à estação, em 1938. Não obstante tudo isso, novos bairros começavam a ser formados para além da várzea do Tamanduateí, tanto para norte (Parque das Nações, Santa Terezinha e Vila Camilópolis) como para sudoeste (Vila Príncipe de Gales e Vila Sacadura Cabral), dando ao espaço uma finalidade essencialmente urbana.

Nesse ínterim, vieram juntar-se ao parque industrial andreense, outras empresas de porte, como a Estiragem de Fios Santo André, a Fiação e Tecelagem Begliomini & Filhos, a Sociedade Industrial Tetracap, a Moinho Fanucci, a Fábrica de Fiação e Tecelagem Tognato, além da Laminação Nacional de Metais e da Firestone.

As grandes indústrias coexistiam com as médias e pequenas, mantidas com poucos empregados ou com mão-de-obra do grupo familiar. Entre as primeiras, algumas foram consideradas modelo, como a Atlantis, por possuir “banheiros, toiletes, facilidade de água quente e fria, enfim todo o conforto possível aos operários”, demonstrando a adoção de uma mentalidade empresarial moderna no que se refere aos recursos humanos (RELATÓRIO 1924 *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1991, pp 51-52).

Os sinais do “progresso” de Santo André se espalhavam rapidamente, conforme se constata no crescente número de veículos automotores licenciados, no número de prédios construídos, na necessidade crescente de aumentarem as vagas nas delegacias e hospitais, e

também no índice de alfabetização, considerado em reportagem (s/data) pelo jornal “Folha da Manhã” uma consequência do maior número de estabelecimentos industriais localizados na cidade (Tabela III.3).

Tabela III.3

**MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO COM MAIOR ÍNDICE
DE ALFABETIZAÇÃO, EM 1942, EXCETO A CAPITAL**

1°. Santo André	77,08 %
2°. Sorocaba	72,08 %
3°. Jundiaí	70,00 %
4°. Americana	68,00 %
5°. Bauru	66,00 %
6°. Limeira	62,00 %
7°. Araraquara	61,00 %
8°. Taubaté	60,00 %

Fonte: “Folha da Manhã, (s/d) *apud* Gaiarsa (1968, p. 120). Reprodução.

Como forma de garantir a força de trabalho necessária para tocar a produção nas fábricas e não cercear o desenvolvimento acelerado que provocou grandes mudanças urbanas no ABC, em meados da década de 1930, as empresas passaram a ter um estímulo a mais da prefeitura, a exemplo do que já ocorria em São Paulo, que era a isenção do imposto territorial aos “que construíssem grupos de residências com vinte ou mais unidades para alugar a preços módicos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1991, p. 108). Desse modo surgiram as primeiras vilas operárias de Santo André, que rapidamente se tornaram um reforço financeiro extra ao caixa das empresas, dada a alta valorização do mercado imobiliário, à medida que escasseavam os terrenos vagos próximos ao núcleo urbano mais antigo.

Mais uma vez nota-se perfeita sintonia entre o Estado e o capital na articulação de estratégias com vistas a ampliar as formas de acumulação. As vilas operárias, cujo fim primeiro era favorecer a *mobilidade do trabalho* para a indústria, atraindo as pessoas com a perspectiva de aluguel barato e casa perto do emprego, serviam antes de mais nada para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho. E conforme a cidade crescia elas também impulsionavam o mercado imobiliário em direção à periferia. Assim, já no final dos anos 30, uma outra opção de moradia para os trabalhadores ganha espaço: a autoconstrução. É o caso dos loteamentos abertos, a partir de 1938, na Vila Luzita, Vila Guarará e Parque Bandeirantes, à época considerados muito distantes do núcleo urbanizado, embora contíguos à malha viária existente (VALE, 2003, pp. 36-37).

Paralelamente a esse processo seguiram-se alguns anos de disputa política que implicaram, como se viu, a série de desmembramentos que originou os setes municípios do ABC. Após a emancipação de São Bernardo do Campo, em 1945, os movimentos autonomistas deslocaram-se para São Caetano, apoiados principalmente pela imprensa local, que destacava o “assalto aos cofres públicos”, ao repercutir a notícia de que os vereadores votaram, em benefício próprio, “subsídios de Cr\$ 3.000,00 e mais CR\$ 250,00 por sessão” (GAIARSA, 1968, p.185)⁴⁵. Entretanto, apesar dessa guerra declarada pelo controle da arrecadação, Santo André continuaria sendo ainda por bom tempo um dos mais promissores municípios industriais brasileiros. Em 1947, incluindo São Caetano (ainda não emancipado), havia 32.810 operários nas fábricas da cidade. A população operária de Santo André perdia apenas para as de São Paulo e Rio de Janeiro.

E se crescia a cidade, a população e o número de indústrias, crescia também a organização operária, sobretudo nos momentos mais críticos como as primeiras greves, em 1902; a histórica greve da Streiff, em 1906; as mobilizações contra a Lei Adolfo Gordo, criada para inibir os imigrantes estrangeiros de participarem de atos que, no entender das autoridades, pudessem comprometer “a segurança nacional ou a tranquilidade pública”⁴⁶; a greve geral de 1917, cujos conflitos entre trabalhadores e polícia resultaram em um grande número de feridos e o fechamento parcial do comércio em Santo André; e a greve dos tecelões, em 1919, na qual foi morto pela polícia o líder operário Constante Castellani. Nesse mesmo contexto, surgiram importantes organizações de apoio à luta operária, como a União dos Trabalhadores de São Bernardo, fundada em 1918, fechada em 1919, e restabelecida em 1928, com a denominação União Operária; o Partido Comunista do ABC, organizado entre os anos de 1925 e 1928; o sindicato dos metalúrgicos, fundado em 1933, o dos têxteis, em 1936, o dos químicos, em 1938 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1991, pp. 116-128).

Em 1948, pouco antes da emancipação de São Caetano, Santo André contava com 127.349 habitantes. Excluindo-se os distritos de São Caetano, Mauá e Ribeirão Pires a população do município era de 57.789, entre os quais muitos imigrantes italianos e seus descendentes, grande parte deles provenientes do interior do Estado de São Paulo, atraídos

⁴⁵ Essa foi uma das manchetes do *Jornal de São Caetano*, em maio de 1948.

⁴⁶ Em discurso proferido no dia 29 de novembro de 1912, o Deputado por São Paulo Adolfo Gordo, autor da Lei que recebe seu nome deixa absolutamente claro a quem ela se destina. “O que pretendeu a Comissão foi formular um projeto com disposições iguais às dos povos mais civilizados do mundo, com o intuito de evitar que o Brasil fique constituído em refúgio de anarquistas e de malfeitores profissionais! Agiu e está agindo para salvar o futuro do país e dominada por um dever de patriotismo”. Cabe lembrar que esta Lei (Nº. 1.641) é de 1907, e foi revista cinco anos depois, tendo como relator o próprio Adolfo Gordo.

pela oportunidade de emprego nas fábricas instaladas na região de São Paulo.

Entretanto, nos anos 50 e 60, os grandes investimentos multinacionais alocados no ABC — notadamente a indústria automobilística, que recebeu inúmeros incentivos por parte do governo federal —, tendem a distanciar-se um pouco da via férrea, referenciando-se num outro padrão logístico, que é o transporte rodoviário. São os anos de ouro de São Bernardo do Campo, município cujo crescimento foi fortemente influenciado pela localização da Via Anchieta (inaugurada em 1947), que rapidamente transformou-se numa ponta de lança para o estupendo crescimento econômico do município, inclusive influenciando a decisão do governo apoiar a instalação, ali, da indústria automobilística, com as grandes montadoras: Volkswagen (1953), Mercedes-Benz (1956), Willys (1957), Simca (1958), Toyota (1958), Karmann-Ghia (1960) e Scania-Vabis (1962)⁴⁷.

Como este setor depende de um intrincado conjunto de empresas fornecedoras, o crescimento industrial espalhou-se para os demais municípios do ABC. Isso provocou ao mesmo tempo diversificação e especialização da produção, tendo em vista a chegada e o desenvolvimento de outros setores industriais como o químico e o petroquímico, o setor de máquinas e equipamentos, da borracha e do plástico, de móveis e alimentos.

A razão que levou a maior parte dos investimentos se destinar, nesse momento, a São Bernardo do Campo é óbvia: a vantagem que o município tinha em relação à localização geográfica e à infra-estrutura de transporte. Ou seja, a Via Anchieta colocava o planalto e o porto de Santos muito próximos, considerando o tempo necessário para o traslado de mercadorias e o projeto de ampliar a produção industrial para exportação. E assim foram-se instalando inúmeras fábricas dentro dos limites do município de São Bernardo do Campo, levando-o a superar, em pouco tempo, todos os demais do ABC, em relação ao valor da produção.

Mesmo assim não se pode dizer que Santo André perdeu o seu aporte industrial. Ao contrário, o município continuou a atrair investimentos e população, tanto que em 1954 foi inaugurada, no distrito de Capuava, a Refinaria de Petróleo União S/A (atual RECAP), à época considerada a maior refinaria do país. Em 1966, foi a vez da Petroquímica União Ltda (PQU), empresa que se tornaria a maior do setor petroquímico em toda a América Latina, e cujas atividades iniciaram-se em junho de 1972.

A importância da PQU não se restringe ao fato de ser apenas mais um setor da

⁴⁷ A outra grande montadora do ABC, a General Motors, mantém fábrica de São Caetano do Sul, desde 1930.

economia produtiva atuante no ABC, mas sim um setor vital para a transferência de valores e complementação da atividade de inúmeras indústrias dos mais variados segmentos instalados no ABC e em toda a região metropolitana: autopeças, pneus, eletroeletrônicos, embalagens, brinquedos, tecidos sintéticos, móveis, cosméticos, produtos farmacêuticos, tubos e conexões, entre outros.

Em suma, observa-se três momentos distintos no que se refere à estruturação de Santo André como cidade industrial dentro da metrópole.

O primeiro momento contempla a instalação do sistema ferroviário, na segunda metade do século XIX, fato notável que propiciou o surgimento de um núcleo urbano nas proximidades da antiga estação Villa São Bernardo, e cujas características rapidamente moldaram-se às necessidades do capital, que assim atraiu inúmeros imigrantes, ao mesmo tempo em que se multiplicavam as fábricas instaladas.

O segundo momento ocorre na década de 1950 e é marcado pela perda relativa dos investimentos industriais novos no município, justamente à medida em que aumentava a importância econômica dos municípios vizinhos, em especial São Bernardo do Campo, que passou a abrigar a maior parte do complexo de indústrias do setor automobilístico. A inauguração da Via Anchieta, em 1947, foi decisiva para esse encaminhamento.

O terceiro momento, que será tratado no próximo capítulo, pode ser identificado com o início dos anos 80, quando se observa, não apenas em Santo André, mas em todo ABC e região metropolitana, uma forte desaceleração do processo industrial, com fechamento de fábricas e transferência de muitas delas para outras regiões, dentro e fora do Estado. Os efeitos imediatos dessa mudança podem ser balizados no aumento do desemprego, no avanço da informalidade e da precariedade reinante no mundo do trabalho, notadamente nos anos 90.

Há basicamente duas causas para esse problema: a primeira refere-se à forma como o governo brasileiro cedeu ao processo de globalização, ao promover reformas que destruíram boa parte do parque industrial que se havia constituído no país; a segunda causa refere-se à forma como se deu o desenvolvimento nas fases anteriores, intensificando a série de problemas que nos anos 80 implicou desvantagens econômicas para o capital.

O que se pode dizer, no entanto, é que essa situação envolve aspectos mais amplos e estruturais. Em que pese o elemento gestor ainda produzir situações que adiem ou amenizem o colapso, tudo aponta para uma batalha que tende a tornar-se cada vez mais cega e tensa, com “ampliação da instabilidade nas formas de governabilidade” (POCHMANN, 2002, p. 10) e extensão da barbárie, já que “o Estado não possui nenhum meio próprio de intervenção que não seja subordinado ao meio do mercado: o dinheiro” (HEIDEMANN, 2004, p. 35). Por

vezes, o que se sabe é que

[nas] condições atuais, as lógicas do dinheiro impõem-se àquelas da vida socioeconômica e política, forçando mimetismos, adaptações, rendições. Tais lógicas se dão segundo duas vertentes: uma é a do dinheiro das empresas que, responsáveis por um setor da produção, são também, agentes financeiros, mobilizados em função da sobrevivência e da expansão de cada firma em particular; mas, há, também a lógica dos governos financeiros globais, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, bancos travestidos em regionais como o BID. É por intermédio deles que as finanças se dão como inteligência geral (SANTOS, 2001, p. 100).

Nesse sentido, o dinheiro possui uma autonomia que o faz “principal regedor do território, tanto o território nacional como suas frações” (SANTOS, 2001, p. 101). A experiência da modernização em sociedades como a brasileira, revela-se por assim dizer como uma experiência de modernização tardia e precária, a qual inviabiliza, como sugere Kurz (1993), qualquer possibilidade de resolução dos problemas essenciais, pois projeta um desenvolvimento que não consegue se estender a todos.

III.5. O Estado a serviço do capital

Uma das características fundamentais do capitalismo é a competitividade acirrada entre os agentes econômicos. Característica que perpassa todas as esferas das relações tomadas num contexto de leis aparentemente naturais, mas que apenas representam um sistema anônimo e indiferente no qual a consciência do indivíduo se reproduz constantemente como instrumento a serviço da valorização do valor.

Não é de hoje que se realiza a chamada “guerra dos lugares” (SANTOS, 1994, p.198), tendo em vista a necessidade de se dotar os lugares de competitividade, possibilitando assim atrair investidores, seja para rolar o dinheiro, seja para disponibilizá-lo à produção de bens, o que envolve tanto a “edificação de uma densidade técnica nos lugares, por meio de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, geração de energia, terrenos preparados”, quanto “uma densidade normativa, que conceda e combine satisfatoriamente proteções e atrativos legais” (SILVEIRA, 1996; 1999 *apud* SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.115).

Mais do que um mero detalhe a considerar, a generalização das relações monetárias, como decorrência da produção extensiva e intensiva de mercadorias, opera-se a partir de uma lógica na qual o Estado, no caso brasileiro, após um longo período inicia uma mecanização seletiva do seu território, que vai ser concluída apenas na segunda metade do século XIX (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 29).

Na avaliação de Caio Prado Júnior (1967, pp. 257-258), foi determinante para esse

atraso no desenvolvimento industrial do país, além da deficiência de fontes de energia e da ausência de fábricas produtoras de aço, a inexistência de um mercado consumidor urbano significativo, pois além de pequena a população encontrava-se territorialmente muito dispersa, e não havia um sistema viário capaz de integrar as várias áreas econômicas. De sorte que os fatores colocados por Gaiarsa (1968), como responsáveis pela industrialização inicial de Santo André se fazem compreensíveis, ainda que insuficientes para a sua explicação, pois não resultam apenas de uma espécie de empreendedorismo abnegado, como ele tenta fazer crer.

Coube ao Estado criar historicamente algumas condições para o desenvolvimento capitalista no Brasil ensejando, através de ações articuladas com o capital oriundo das atividades agrário-exportadoras, a constituição de uma divisão territorial do trabalho condizente com o processo de modernização em curso. Trata-se, portanto, de um processo no qual o Estado viabiliza as condições para a sustentação das elites do país que, pouco a pouco, começam a deslocar-se em direção às cidades, juntamente com os milhares de indivíduos que, igualmente, buscam melhorar de vida, ou simplesmente fugir da miséria. A mobilidade do trabalho nesse caso é a condição imprescindível para a acumulação capitalista (MARX *apud* GAUDEMAR, 1977, p. 278).

Mas ainda conspirando contra a indústria no Brasil deve-se lembrar que sua tendência inicial à dispersão repercutia a carência de capitais e a lerdeza do processo de capitalização, resultante dos problemas estruturais e infra-estruturais do país (PRADO JÚNIOR, 1967, p. 263). Isto explica em parte porque a indústria moderna concentrou-se num primeiro momento em São Paulo.

Efetivamente, em face de uma conjuntura desfavorável ao comércio internacional, é só após a revolução de 1930 que se dá enfim a grande virada da economia no sentido da consolidação da atividade industrial no país. Inicia-se uma era de mudanças que influenciou diretamente a formação social, mas também geográfica, de um Brasil moderno, de relações de trabalho que tendiam ao trabalho assalariado, e atreladas a um Estado centralizador e responsável pela aceleração do processo de integração das economias regionais em torno de um centro econômico vigoroso comum, como já era São Paulo àquele tempo.

Tudo isso implicou uma maior mobilização de trabalhadores, com rápida proletarianização do campesinato, intensificada pelas migrações em massa em direção aos centros urbanos e industriais que, por isso, apresentaram grande expansão populacional, em um curto espaço de tempo.

De pequena e provinciana cidade que era São Paulo, em 1872, em menos de 30 anos,

houve um acréscimo de quase oito vezes no tamanho de sua população, já em decorrência de uma industrialização, incipiente, mas dinâmica e cercada de valores que nutriam o sentimento de modernismo, fundamental para aquisição da liderança nos anos seguintes. Haja vista tantas iniciativas de empresários locais, muitos deles imigrantes, as quais motivaram a rápida adequação técnica do território paulista às condições concorrenciais do capital, que o levaram a superar e distanciar-se de outros lugares, notadamente o Distrito Federal, o Rio de Janeiro que, em 1907, detinha 33% da produção manufatureira (PRADO JÚNIOR., 1967, p. 260).

Nas décadas subseqüentes, o crescimento populacional da cidade de São Paulo continuou rápido, em progressão geométrica, dobrando a cada vinte anos, até 1980, quando começou a desacelerar. Nesse processo, como já foi tratado, é possível observar duas fases: uma para a qual é absolutamente notável a participação do imigrante estrangeiro — até início da década de 1930 —, e outra para qual contribui decisivamente a migração interna, constituída por mineiros, nordestinos, paranaenses e “paulistas” do interior — mão-de-obra indispensável para o trabalho nas fábricas e na construção civil⁴⁸.

Em relação à Santo André, além dos italianos, até meados dos anos 20, afluíram imigrantes de várias outras nacionalidades, como “portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, iugoslavos, romenos, lituanos, sírio-libaneses e japoneses”. Nos anos 30 e 40, “o desenvolvimento industrial da cidade passou a atrair as migrações internas, especialmente do interior do Estado. Em 1947, as pessoas vindas desta região comporiam cerca de 66% da mão-de-obra operária local” (MÉDICI *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1991, p. 46).

O resultado geográfico dessa combinação de fatores foi a extraordinária expansão da mancha urbana, configurando espacialmente a metrópole, com extensão do parque industrial da capital para o ABC. Numa primeira etapa, entre as décadas de 1930 e 1960, ocupando os terrenos às margens do rio Tamanduateí e da antiga estrada de ferro da SPR (Santos-Jundiaí); e numa segunda etapa, avançando para os terrenos próximos ao eixo rodoviário da Anchieta e, posteriormente, também da Imigrantes (a partir de meados da década de 1950).

Obviamente, como já foi dito, esse “novo território industrial” que se vai constituindo também mantinha sustentação a partir do contato privilegiado com o Porto de Santos e da proximidade da Represa Billings, fonte de água e energia, fundamentais para funcionamento das fábricas ali instaladas. Mas também foi fundamental a existência de um mercado

⁴⁸ Este assunto é discutido com mais ênfase no capítulo anterior: “Trabalho livre para o capital”, que abre a polêmica relativa à questão da mobilidade proposta na tese de Gaudemar (1977).

consumidor bastante diversificado no entorno, cuja expansão igualmente se projetava muito rapidamente.

O crescimento urbano, por fim, repercutiu sobre as áreas menos valorizadas ao redor da capital, do mesmo modo que também cresciam as populações de alguns núcleos industriais, como é o caso do ABC que, durante anos vê sua população crescer de forma exponencial. Outros dados referentes ao número de estabelecimentos industriais e à centralização e concentração do capital certamente confirmariam a observação de Lênin, citada por Gaudemar (1977, p. 375), de que a mobilidade das populações, a constituição da força de trabalho e das relações de produção capitalistas e o desenvolvimento da grande indústria, são fatos integrados. Para todos os casos, entende-se aqui que o Estado seja o articulador do processo que irá implodir o isolamento colocando todos na condição de compradores e vendedores de mercadorias. Ou como propôs Altvater:

O Estado pode (...) ser entendido nem como um mero instrumento político nem como uma instituição social estabelecida pelo capital, mas antes como uma forma especial do cumprimento da existência social do capital ao longo e além da concorrência... Há essencialmente quatro áreas em que o Estado é primariamente ativo: 1. a criação das condições materiais gerais de produção; 2. a determinação e a salvaguarda do sistema legal geral (...); 3. a regulação do conflito entre salário e capital (...); 4. garantia e expansão do capital nacional total e o mercado capitalista mundial (*apud* PEREIRA, 1989, p. 116).

Robert Kurz (1997, pp. 95-125), por sua vez, discute não quatro, mas cinco níveis ou setores de atividade em que aparece o Estado moderno. No primeiro nível, o Estado se ocupa da formulação jurídica do Direito, porque tem de mediar as relações cada vez menos pessoais, e cada vez mais contratuais. No Brasil, a partir de Getúlio Vargas, isso passa a ser uma questão básica para o reconhecimento objetivo e subjetivo da existência de um Estado nacional com uma face abertamente moldada na perspectiva do Direito.

No segundo nível, a atividade estatal contempla os problemas sociais e ecológicos, constantemente vilipendiados pela indiferença dos mecanismos concorrenciais que regem o mercado. Trata-se de uma mediação cuja finalidade parece ser a de manter um mínimo grau de comprometimento “civilizado” entre as partes, resguardando-se de eventuais conflitos.

No terceiro nível aparecem “os agregados infra-estruturais”, ou em outras palavras, o sistema de transportes, de abastecimento de energia e água, as telecomunicações, as escolas e universidades, o sistema de saúde pública etc. “Todas essas áreas infra-estruturais desenvolveram-se com a crescente industrialização e cientificização da produção como necessidades práticas de uma produção total de mercadorias” (KURZ, 1993, p. 99).

No quarto nível, o Estado é o *Estado empresário*, produtor de mercadorias, *pessoa jurídica* que, para sobreviver como tal, deve ter a competência de assumir uma posição no mercado, igual a dos outros concorrentes, portanto de indiferença em relação ao seu conteúdo. Nos países “atrasados”⁴⁹, como é o caso do Brasil, esta função foi imprescindível para acelerar o processo de industrialização, exatamente como se vê entre os anos de 1930 e 1980. Segundo Pereira (1989, p. 119), o papel do Estado nesses estágios iniciais do processo de industrialização foi o de conseguir uma poupança forçada, tendo em vista o reinvestimento, seja de maneira direta ou indireta, por meio de financiamentos concedidos ao capital privado a longo prazo.

Por fim, no quinto nível o Estado se revela protecionista e zeloso pelas atividades econômicas essenciais, porém vulneráveis.

[...] ele pode influenciar indiretamente o processo de mercado da produção de mercadorias através da regulação meramente jurídica, garantindo formalmente a sobrevivência de empresas privadas através de subsídios e/ou protegendo as empresas, no seu território, da concorrência estrangeira através de medidas protecionistas (KURZ, 1993, p. 101) .

No Brasil, a intervenção estatal mais significativa, ocorreu a partir do segundo pós-guerra até o final da década de 1980, e teve como finalidade básica garantir a acumulação primitiva de capital. Por isso, possibilitou um ritmo de crescimento econômico que rapidamente colocou o país em uma condição privilegiada no cenário internacional⁵⁰. E foi São Paulo quem catalisou, desde o início, essas iniciativas, porém, sem que a concentração da riqueza resultante do processo determinasse uma qualidade de vida proporcionalmente superior para sua população, mesmo porque, essa mobilização do capital implicou expropriação, e esta encerra em si a mobilidade forçada daqueles que perderam seus meios de subsistir, cujas conseqüências no âmbito da reprodução da mercadoria-trabalho posta em movimento não são outras senão as de rebaixamento de seu preço relativo, em favor da acumulação.

Em 1959, de acordo com estimativas, 54,4% da produção industrial brasileira

⁴⁹ O termo usado aqui não tem nenhuma conotação pejorativa nem evolutiva, antes faz referência ao que o *senso comum* aceita: o “atraso” como uma condição anterior ao moderno, ao “evoluído”. A opção pelas aspas tenciona provocar reflexão sobre o equívoco que é o seu uso proposital com esse sentido.

⁵⁰ Naturalmente, não se deve considerar que o processo de ajustamento dos anos 90 tivesse proporcionado uma situação política equivalente à ausência do Estado na economia. O que se quer dizer nesse caso é que o período intervencionista dos anos 30 a 80 refere-se à ascensão do Estado empresário e regulador das relações entre o capital e o trabalho. De uma maneira aparentemente contraditória pode-se afirmar que a “não-intervenção” significa exatamente o seu oposto. E tudo isso amplamente pode ser compreendido como perda consentida de governabilidade.

realizava-se em São Paulo (NEGRI, 1996, p.117), com destaque para a capital, e ao longo da extensão da via férrea, no sentido de Santo André, para sudeste, e Osasco, para noroeste, mas também para outras cidades, localizadas junto a eixos rodoviários modernos como a Via Dutra, no caso de Guarulhos, e a Via Anchieta, no caso de São Bernardo do Campo.

Os meios de transportes mais ágeis, tornavam mais flexíveis as possibilidades de novos investimentos em áreas ao redor da capital paulista. Outro fator atrativo era a obtenção de vantagens fiscais e imobiliárias oferecidas pelas prefeituras dos municípios vizinhos. Com isso parcelas cada vez maiores do território da metrópole eram convertidas ao capital privado, propiciando um novo quadro favorável às empresas no que diz respeito à situação locacional das atividades fabris que, sabemos, não pode ocorrer de modo desarticulado, ou seja, sem uma relativa concentração de unidades produtivas, interligadas por uma rede logística capaz de proporcionar menores custos de produção (considerando-se todos aqueles fatores consagrados: disponibilidade de mão-de-obra, acesso às matérias-primas, fontes de energia e meio de transporte, proximidade ou facilidade de acesso ao mercado consumidor, legislação adequada aos interesses do capital etc.).

Tais condições, se não chegaram a configurar um processo de desconcentração industrial, podem ser identificadas com uma outra etapa relativa à distribuição geográfica da indústria, tomando-se como parâmetro a área urbana expandida da capital, na qual se consolida, a partir desse momento, a Grande São Paulo, como “centro hegemônico do processo de acumulação no Brasil”, cujo impacto se negativa a partir do aumento da desigualdade geográfica e social intra-região, mas também no nível nacional com a “pauperização relativa de outras regiões do país” (CAMARGO, *et al.*, 1976, p.16).

III.6. Industrialismo, greves e crescimento populacional do ABC

Em 1960, apesar da cidade de São Paulo ainda ser um símbolo do industrialismo, grandes investimentos no setor, como aqueles envolvidos na instalação da indústria automobilística, começam a ter como destino os arredores da cidade, sendo o ABC paulista um dos principais alvos, basicamente ao longo do eixo rodoviário da Anchieta, construído com a finalidade de melhorar o tráfego de veículos automotores entre a capital e a Baixada Santista. Isto favorece sobejamente os fluxos de turismo de veraneio, mas sobretudo estabelece uma via rápida para o escoamento e a chegada de mercadorias do Porto de Santos.

A partir daí o ABC passa a compor de vez o cenário industrial de ponta do Brasil. É verdade que Santo André, e mesmo São Caetano do Sul, já haviam despertado essa vocação

industrial há mais tempo, mas, com a instalação da indústria automobilística e de toda cadeia produtiva a ela associada, a mobilização de capital e trabalho para a região aumentou de forma extraordinária. Em pouco tempo, a região transformou-se no mais importante centro industrial e na principal concentração de trabalhadores organizados do país, o que motivou a ação de várias categorias profissionais, filiadas a sindicatos combativos, que marcaram época na história da *luta de classes* no país. Ainda mais pelo seu caráter político contestador, o que levou os trabalhadores a travarem uma luta cuja pauta de reivindicações não se restringia apenas ao âmbito trabalhista.

No final dos anos 70 e início dos 80, as greves operárias do ABC, assim como os movimentos populares a elas de algum modo articulados, estremeceram as bases do já capenga governo militar. Para Eder Sader (1988), esses movimentos que despontavam no Brasil, ainda sob uma ditadura, nasceram como formas de participação que vislumbravam principalmente a ampliação dos direitos de cidadania, o que na cabeça de cada um dos envolvidos na questão nem sempre implicava pensar mudanças radicais na estrutura da sociedade. Normalmente o que estava posto era a conquista do imediato, da benfeitoria, do serviço público, enfim, um objetivo concreto, tomado desde uma idéia abstrata como é a expressão cidadania. Ser cidadão parecia querer dizer algo como ter mais direitos, e era isso o que importava. De maneira textual, admite Eder Sader:

É difícil pensar-se num padrão homogêneo ou num modelo, que os representaria e que servisse de paradigma do imaginário das classes populares. As identidades constituídas nos clubes de mãe, nos grupos de fábrica, no “sindicalismo autêntico”, nas comissões de saúde, embora mutáveis e mutuamente influenciáveis, permaneceram diversas. Os acontecimentos cruciais, onde se encontraram e que constituíram “momentos de fusão”, produziram novas formas de identidade coletiva que criaram referências comuns mais abrangentes e vínculos maiores. Assim se deu basicamente nas greves de 1979-80. Mas não dissolveram a singularidade das múltiplas formas de movimentos (SADER, 1988, p. 312).

Com um poder de barganha relativamente maior que o de outras categorias de trabalhadores no Brasil, os operários das montadoras e demais empresas da cadeia produtiva instaladas no ABC cruzaram os braços e forçaram o aumento de sua parcela na riqueza produzida, influenciando na dilatação do nível de consumo *per capita* da população local, até hoje bastante superior à média brasileira. Isso estimulou a circulação de mercadorias e influenciou no arranjo da geografia formada pelos sete municípios, para o bem e para o mal — se é que se pode fazer uma distinção clara entre esses dois extremos sob o capitalismo.

A contrapartida foi, de imediato, o repasse dos custos de produção para os preços praticados nos mais variados níveis da circulação de mercadorias, o que rapidamente suscitou

a aceleração e a justificativa de um processo inflacionário (Tabela III.4) que já vinha sendo gestado desde meados da década de 1970, em razão do aumento dos juros internacionais, do endividamento externo, dos déficits de orçamento fiscal e monetário, além de outras questões de grande complexidade no tocante à política econômica dos países periféricos, em um contexto de forte crise irradiada desde o centro, que foge ao objetivo dessa pesquisa analisar.

Aqui, interessa apenas a observação sucinta de que o fenômeno da inflação no Brasil atingiu níveis alarmantes. No início dos anos 90, chegou a mais de 80% ao mês, ou precisamente, de acordo com o Índice de Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (ICV-DIESEE), à astronômica taxa de 2.579,33% de inflação, no ano de 1993.

Tal condição monetária altamente desvantajosa para quem vive da venda de sua força de trabalho, fez da luta dos trabalhadores por reajuste salarial uma questão de sobrevivência. Na verdade, punha-se em marcha uma corrida na qual os assalariados, via de regra, ficavam no prejuízo, já que os seus salários não podiam ser corrigidos na mesma velocidade e violência em que os preços eram remarcados pelos empresários, tendo em vista a manutenção das taxas de valorização do capital — o que também nem sempre era possível: haja vista o grande número de moratórias e falências decretadas, nas décadas de 1980 e 1990.

Tabela III.4

EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS 70 E 80

Ano	%	Ano	%
1970	19,3	1980	110,2
1971	19,5	1981	95,1
1972	15,8	1982	99,7
1973	15,5	1983	211,0
1974	34,6	1984	223,8
1975	29,4	1985	235,1
1976	46,2	1986	65,0
1977	38,8	1987	415,8
1978	40,8	1988	1.037,6
1979	77,2	1989	1.782,9

Fonte: Índice Geral de Preços (IGP/FGV – Fundação Getúlio Vargas) *apud* PEREIRA; NAKANO (1991). Reprodução.

Não é de se estranhar que o problema da inflação igualmente se tenha constituído num fator de aglutinação dos trabalhadores para resolução do que lhes era mais afeto. Assim, a recomposição das perdas salariais nas datas-base exigia-lhes um esforço concentrado, levando-os não raramente a radicalizar o movimento através de greves e ocupações de fábricas.

A inflação torna-se [...] um fenômeno intrínseco à economia brasileira. Uma forma, através da qual os grupos e classes sociais disputam a divisão da renda. A inflação em todos os casos é, em última análise, o resultado de uma luta distributiva. Quem tiver poder para subir mais e mais depressa do que os outros seus preços será o beneficiado, ganhará com a inflação. Os que elevaram seus preços, seus juros e seus salários e ordenados com atraso serão os perdedores. A inflação, em última análise, é uma luta pela apropriação do excedente econômico (PEREIRA, 1982, p. 129)

No Brasil, diante da profunda desigualdade que marca o jogo de forças entre as classes e suas “frações de classe”, a (hiper)inflação do final dos anos 80 e início dos 90 constituiu-se em mais um mecanismo de concentração e transferência de renda para os grupos capitalistas de maior poder e influência sobre o Estado (PEREIRA, 1982, p. 129). Para agravar a situação, o pífio crescimento da economia brasileira, que girou em torno de 2,6% ao ano, na década de 1980, foi menor ainda na década seguinte, quando essa média não passou de 1,9%, tendo como pano fundo uma economia ainda mais fragilizada pelas políticas de ajuste neoliberal, as quais definiram a razão de ser do “novo modelo econômico”, cuja perspectiva no discurso oficial era livrar o país dos malefícios da inflação. Afinal, de que precisava o Brasil, além de uma macroeconomia capaz de combater o “dragão inflacionário”?⁵¹

Uma outra questão importante refere-se à competitividade, ou, por assim dizer, à necessidade crescente de adequação dos níveis de produtividade aos novos patamares exigidos pela competição mais acirrada. Isso, porém, implicava desemprego, que de um lado aumentava a força do capital diante do trabalho, mas de outro poderia levar à formação de um círculo vicioso que desaguardaria em uma profunda recessão, fato confirmado ao longo da década de 1980.

Não obstante, no aspecto demográfico, observa-se no correr da década em questão, um incremento populacional bastante significativo para o ABC. Na tabela III.5 está evidenciado que, excetuando-se Santo André e São Caetano do Sul, todos os outros municípios da região apresentaram taxas geométricas de crescimento anual da população⁵² superiores à média tanto da RMSP como a do Estado, fato do qual pode-se inferir uma tendência continuada de expansão demográfica nesse período para a região, em grande parte abastecida pela perspectiva aberta de maiores salários, o que não só aconteceu, como fez aumentar, por exemplo, o número de moradias precárias tanto na área urbana, onde são bem mais fortes as

⁵¹ Anderson *et al.* (1996) chama a atenção para o fato de que o processo inflacionário, em marcha acelerada já na primeira “década perdida”, servia, antes de qualquer coisa, para abastecer de argumentos os neoliberais de plantão. Para eles, “o problema crítico do Brasil não era uma inflação demasiada alta, mas sim demasiado baixa...”, portanto, era necessário esperar que os “diques” rompessem, para assim, com uma hiperinflação “condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que [faltava] neste país”.

⁵² “A taxa geométrica de crescimento anual da população expressa em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado período de tempo. Geralmente, considera-se que a população passa por um crescimento exponencial também denominado como geométrico” (FUNDAÇÃO SEADE).

pressões do mercado imobiliário, como na área de mananciais, cuja ocupação é uma decorrência do déficit habitacional, mas sobretudo de uma política perversa que combina interesses hegemônicos do capital e cegueira voluntária do Estado.

A partir de 1991, entretanto, pode-se observar, ainda, uma tendência de relativa queda no ritmo de crescimento demográfico em todos os municípios do ABC, RMSP e Estado, porém, São Bernardo do Campo, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra mantiveram taxas de crescimento superiores à média geral.

Tabela III.5

**TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO
DO ABC, RMSP E ESTADO DE SÃO PAULO (EM %)**

Município	1980-1991	1991-2000	2000-2005
Diadema	2,66	1,79	1,33
Mauá	3,32	2,40	1,89
Ribeirão Pires	3,78	2,36	2,01
Rio Grande da Serra	3,66	2,49	2,09
Santo André	0,97	0,61	0,61
São Bernardo do Campo	2,63	2,46	1,84
São Caetano do Sul	-0,81	-0,70	-0,38
RMSP	1,86	1,68	1,39

Fonte: Fundação Seade/IBGE. Elaborada pelo autor.

Adiante, ao ser analisada a questão do impacto da reestruturação produtiva no mundo do trabalho e aprofundada a discussão sobre os movimentos migratórios nesse período, poder-se-á explicitar as causas dessas diferenças demográficas apontadas nessa última tabela.

III.7. Conclusão

A formação do território andreense coincide com a da metrópole paulistana, com alguns saltos prodigiosos que impulsionaram a visibilidade do município no cenário nacional. Em razão da industrialização, a partir do início do século XX, e sempre como extensão do crescimento da cidade de São Paulo, o lugarejo instalado ao lado da via férrea acabou por tornar-se rapidamente uma das bases do progresso fabril e da alteração profunda da paisagem da antiga Borda do Campo. A rápida ascensão econômica e demográfica de Santo André que, em grande medida se deveu às migrações internas e externas, na verdade define um padrão mais geral de expansão do capital e da submissão dos territórios.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOBILIDADE DO TRABALHO

IV.1. Impactos da reestruturação produtiva na economia do ABC

Uma das questões atuais mais controversas envolvendo o ABC paulista diz respeito a um possível processo de “desindustrialização”, em marcha desde o início da década de 1980, quando a competitividade entre empresas e os problemas de infra-estrutura da metrópole se agravaram. Além disso, o alto índice de sindicalização dos trabalhadores, os impostos elevados e o endurecimento da legislação ambiental teriam tornado o custo de produção nessa área menos competitivo, quando comparado ao de outros municípios do interior de São Paulo e de outros estados da Federação. Em razão disso, várias indústrias importantes teriam se evadido da “região”.

No entanto, os dados e as avaliações empíricas em que se apóia essa pesquisa indicam, que não se trata disso. Ao contrário, é possível constatar não apenas a persistência da indústria como atividade central no desenvolvimento do ABC — e nesse particular o município de Santo André —, mas também uma forte tendência de concentração e centralização do capital aplicado a este setor. Tal tendência implica complexificação da economia e maior relação e câmbios inter e intra-setoriais, o que não pode ser confundido com “desindustrialização”, a não ser que se a tome apenas como um fenômeno no qual se verifica, em escala, a diminuição relativa do emprego no setor industrial em favor de outros setores, principalmente o de serviços (ROWTHORN; WELLS, 1987 *apud* NASSIF, 2006). O que se sabe é que há outros fatores em jogo.

Os anos 80 marcam o início de um período de intensa reestruturação da atividade industrial, que continuou a se aprofundar na década seguinte, e cujas conseqüências econômicas e sociais, com desdobramentos na geografia das indústrias e do emprego foram bastante significativos. Em termos de emprego, só no ABC o déficit ocasionado a partir daí foi de cerca de 200 mil postos de trabalho, conforme estimativas do Dieese⁵³.

Gilberto Dupas (1998) assinala que tais mudanças determinaram a reordenação das

⁵³ Decerto a conta do desemprego não deve ser colocada toda na responsabilidade da reestruturação industrial. O desemprego é um fenômeno complexo que faz parte da lógica capitalista e que em grande parte também depende das ações políticas do Estado. Nesse sentido, a abertura da economia nos anos 90, indubitavelmente deve ser considerada como um dos fatores para o agravamento do desemprego nas regiões metropolitanas, especialmente no ABC paulista. Numa outra perspectiva, entretanto, a crise do emprego só pode ser entendida como uma decorrência de um processo mais amplo no qual se vislumbra o *colapso da modernização* (KURZ, 1993).

cadeias produtivas e da forma como os países e as firmas passaram a relacionar-se entre si — de como tomam posse da riqueza e redefinem o mapa da produção mundial, a necessidade de força de trabalho e a própria capacidade de resistência dos trabalhadores, em suas associações. Assim, as geografias se recompuseram num processo de fragmentação e dispersão, que certo modo reflete a submissão da política à economia.

A “política”, tende a reduzir-se de forma cada vez mais aberta e unidimensional a *política econômica*. Do mesmo modo que nas sociedades pré-modernas tudo tinha de ser fundamentado religiosamente, assim também tudo deve hoje ser fundamentado economicamente. Basta ouvir como o termo “economia de mercado” adquire um tom litúrgico na boca de todos os idiotas históricos desde 1989 [...]. Algo é bom porque ajuda e é útil “à economia de mercado”, e é louvável utilizar todas as coisas mortas e vivas para a economia de mercado⁵⁴.

Mais do que a disponibilidade de recursos naturais e mão-de-obra barata, o novo modelo de localização das firmas está assentado em “vantagens comparativas dinâmicas ou ‘socialmente construídas’ através do domínio de tecnologias avançadas” (BERNARDES, 1995, p. 13). Ou ainda, como considera Dupas (1998, p. 127), “Paralelamente à forte concentração no topo das cadeias [...] presencia-se uma forte fragmentação na sua base, por processos de franquias, terceirização, subcontratos e parcerias como forma de otimizar vantagens e custos de fatores de produção”.

É óbvio que isso tem implicações na geografia dos lugares e na sua conformação econômica, o que impõe analisar a questão do desemprego industrial não como um fato isolado, ou sinônimo de desindustrialização.

Os números significativos do desemprego no ABC nos anos 80 e principalmente nos anos 90 não revelam por si só um processo de “desindustrialização”, embora tenha repercutido consequências econômicas desastrosas para o padrão de renda da população local. Determinou, também, mais mobilidade da força de trabalho e fragilização de seu poder aquisitivo (PAMPLONA, 2001). Nesse caso, mobilidade intersetorial, com remanejamento dos trabalhadores da indústria para outros setores menos rentáveis em termos salariais⁵⁵ e mobilidade geográfica intra e inter-regional. Por outro lado, se considerarmos que o desemprego no ABC, em agosto de 1999, alcançou a marca de 23,1% da PEA (População

⁵⁴ Robert Kurz. *O fim da política. Teses sobre a crise do sistema de regulação da forma da mercadoria*. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz105.htm>> Acesso em: 20/03/2007.

⁵⁵ Para se ter uma idéia, no caso de Santo André, em dezembro de 2004, enquanto a indústria de transformação pagava em média R\$ 1.775,84, no setor de serviços, que é o que mais cresce, a remuneração média era de R\$ 1.043,27, ou seja, 41,25% menos. Em compensação foi a administração pública quem apresentou a maior remuneração média: R\$ 1.882,11 (RAIS/CAGED *apud* Observatório Econômico. Santo André, Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura de Santo André, nº 12, 2006).

Economicamente Ativa), temos aí um componente a mais para a composição dos preços da mão-de-obra, em face de sua desvalorização relativa.

O que se percebe a partir dos resultados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (Paep), divulgados pela Fundação Seade em 1999 confirmam o *status* do ABC como área geográfica de elevada concentração industrial, porém levam a uma segunda constatação importante:

as indústrias que se instalam no ABC não são capazes de oferecer grande número de empregos, e aquelas que permanecem no ABC, investindo em inovações e reestruturando seus processos produtivos, são descartadoras de mão-de-obra (SCHOEREDER, 2001, p. 132).

De fato, a principal crise do ABC está relacionada ao emprego, pois a atividade industrial não apresentou queda significativa nos últimos anos, embora seja incontestável o fato dela estar empregando cada vez menos. Por outro lado, lembra Schoerer (2001, p. 134), o setor de serviços não é capaz de absorver toda a mão-de-obra descartada pela indústria, mesmo tendo se tornado no início dos anos 2000 o mais importante setor do mercado de trabalho.

Por sinal, todos os dados apontam uma tendência de transformação deste mercado de trabalho no ABC e, principalmente, em Santo André. Nos últimos anos quem mais emprega são as empresas de serviço e comércio. A leitura do gráfico IV.1 mostra essa tendência de concentração da força de trabalho no setor terciário, tanto para a economia local como adjacente — os municípios com os quais a população do ABC mantém maiores contatos, em termos de produção, circulação e consumo de mercadorias.

Sozinhos, os serviços agregam hoje quase metade da força de trabalho de Santo André, tornando-se cada vez mais estratégicos no apoio à reestruturação produtiva, conforme indica estudo⁵⁶ sobre sua importância na economia do ABC. Boa parte desse setor é composta pelos “serviços produtivos”, cujos maiores clientes são a indústria de máquinas e equipamentos, a indústria química, as montadoras de veículos automotores, a indústria de artigos de borracha e plástico, e o setor de comércio, além das próprias empresas de serviços (informática, telecomunicações, educação etc.).

Tais considerações levam à conclusão de que esse avanço do setor de serviços não denota necessariamente esvaziamento da atividade industrial, e sim mudanças que atingiram

⁵⁶ Este estudo que é apresentado no boletim trimestral *Observatório Econômico* (nº 2, Ano 1, Setembro/Outubro/Novembro de 2003), baseia-se em dados da PED-ABC/SEADE/DIEESE do ano 2002, e também da Pesquisa da Atividade do Setor de Serviços Empresariais do Grande ABC (PASSE/ABC), publicado igualmente em 2002 pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.

sua estrutura em vários aspectos (produtivos, ocupacionais, sociais e territoriais). Isso permite afirmar como insuficientes os argumentos relativos à “desindustrialização”, com base apenas na constatação de declínio da oferta de empregos nas fábricas.

Gráfico IV.1

**PERCENTUAIS APROXIMADOS DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS,
POR RAMO DE ATIVIDADE EM SANTO ANDRÉ (31/08/2006)**

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2005 e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), agosto/2006 *apud* Observatório Econômico. Santo André, Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura de Santo André, nº 12, 2006

Entretanto, afora esta questão do emprego, têm sido apresentados outros números com os quais se busca provar a tese de “desindustrialização” do ABC. É a defesa que faz, por exemplo, Daniel Lima, da revista *Livre Mercado*⁵⁷. Seus argumentos estão apoiados em dados estatísticos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). De acordo com eles, analisa Lima, em 1970, do total do PIB brasileiro 4,57% tinha origem no ABC. Em 1996, a participação relativa da região caíra para 2,85%. Uma queda de 37,64%, contra 22,8% de perda na capital, no mesmo período. Enquanto isso, o PIB paulista teve sua participação praticamente inalterada — em 1970, representava 39,88% caindo, vinte e seis anos depois, para 39,56%.

Apesar de chamarem a atenção, estes números não constituem *per si* uma prova de que houve fuga de investimentos industriais do ABC, ou mesmo da região metropolitana, num patamar que caracterize “desindustrialização”. Nem tampouco em Santo André, um dos

⁵⁷ *Livre Mercado* é uma publicação mensal do Diário do Grande ABC em parceria com a Editora Livre Mercado, de Santo André. No mês de junho de 2001, a revista publicou um debate interessante sobre o tema, tendo como chamada de capa “Desindustrialização, com ou sem aspas? Mostramos que não há como manter aspas”. De um lado, João Batista Pamplona, do outro Daniel Lima. E a revista não refugou sua posição nesta disputa de idéias.

municípios com maior perda de investimentos e empregos industriais diretos nos anos 90. O certo é dizer que as inovações tecnológicas e organizacionais repercutiram sobre a *mobilidade do trabalho*, num primeiro plano, tratado aqui, como “mudanças inter e intra-setoriais nas estruturas de produção e ocupacional, associadas a alterações na base técnica da produção industrial” (ARAÚJO, 2001, p. 20). Do mesmo modo é certo dizer que em termos globais esse conjunto de alterações interferiu também no arranjo das cidades, e notadamente no papel desempenhado pelas metrópoles, frente às novas demandas do capital.

Para Pamplona (2001), a maioria das previsões e análises sobre o ABC confunde “transformação do tecido industrial” com “esvaziamento do tecido industrial”.

Quando comparada com a indústria de outras regiões do Estado de São Paulo, a indústria do ABC apresentou, de forma geral, um desempenho inovador superior [em 20%], revelando alto dinamismo. [...] Dessa forma, as pessoas estavam muito preocupadas com o fechamento de plantas industriais, mas o que tinha de fato grande relevância eram as mudanças que estavam ocorrendo dentro das plantas industriais em funcionamento. Isso foi especialmente válido para o ABC, onde os índices de deslocamento de fases do processo produtivo e/ou de linhas de produtos foram expressivamente superiores aos de outras regiões de São Paulo. No entanto, a região apresentou não só movimentos maiores de transferência (saída) como também de recepção (entrada)⁵⁸.

A manutenção da atividade industrial relativa à riqueza produzida está evidenciada nos dados sobre o valor adicionado fiscal (Vaf)⁵⁹ da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, os quais mostram que no correr dos anos 90 a participação da indústria do ABC permaneceu em torno de 15% do total do valor adicionado de toda a indústria paulista. E mais: dados da Pesquisa de Investimento no Estado de São Paulo (PIESP), colhidos pela Fundação Seade indicam que o destino dos investimentos na atividade industrial no ABC paulista, entre 1996 e junho de 2004, representou mais da metade de tudo o que foi investido no setor em toda a RMSP, ou seja, cerca de 12 bilhões de dólares, 87% do total de investimentos realizados.

No caso de Santo André, observa-se na tabela IV.1 que, dos dez maiores investimentos anunciados no primeiro semestre de 2006, os quatro primeiros correspondiam a investimentos industriais produtivos — ampliação ou modernização de fábricas. Do total dos investimentos anunciados, entre os dez maiores investimentos, 98,15% tinham origem na indústria. Outra

⁵⁸ João Batista Pamplona, in “Mitos e fatos da 'desindustrialização' do ABC”. São Paulo: Gazeta Mercantil, 02 de maio de 2001. Jel: D e L.

⁵⁹ O Valor Adicionado Fiscal é utilizado como um dos critérios para a definição do Índice de Participação dos Municípios na receita do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Ele resulta da diferença entre o valor das saídas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação prestados no município, e o valor das entradas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação adquiridos, em cada ano civil.

informação importante, que contraria a tese da “desindustrialização”, refere-se ao número de estabelecimentos industriais no município (Gráfico IV.2), que passou de 1.015, em 2000, para 1.022, em 2001; 1.038, em 2002; 1.058, em 2003; 1.427, em 2004; e 1.542, em 2005. Aumento total de 51,92% no período.

Tabela IV.1

DADOS PRELIMINARES DOS DEZ MAIORES INVESTIMENTOS ANUNCIADOS PARA O MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, NO PERÍODO DE 01/01/06 E 30/06/2006

Empresa	Atividade	Tipo de Investimento	Valor (em milhões de dólares)
1. Unipar / PQU	Fábrica de Produtos Químicos	Ampliação	123,16
2. Bridgestone Firestone	Borracha e Plástico	Ampliação	90,00
3. Rodhia	Fábrica de Produtos Químicos	Ampliação	6,00
4. PQU - Petroquímica União	Fábrica de Produtos Químicos	Modernização	1,42
5. Mapfre Seguros	Seguros e Previdência Privada	Implantação	1,22
6. Colégio Singular Anglo	Educação	Ampliação	0,77
7. Shopping ABC	Atividades Imobiliárias	Ampliação	0,70
8. Cinemark	Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	Modernização	0,69
9. Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	Varejo de Combustíveis	Implantação	0,46
10. Shopping ABC Plaza	Atividades Imobiliárias	Ampliação	0,31

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Investimento no Estado de São Paulo (PIESP), 2007. Re-elaborada pelo autor.

Para além de uma interpretação puramente estatística ou fundada “apenas na observação de galpões abandonados”, Acca (2006) propõe que é preciso contemplar outras virtudes no determinante locacional, as quais confirmam hoje a tendência das atividades produtivas interagirem mais com os serviços avançados ou tradicionais, sendo mesmo até dependentes deles, e fazendo frear processos que eventualmente levem à desconcentração da atividade industrial. Dessa forma, constata-se que as “crescentes deseconomias de

aglomeração metropolitanas não produziram nem desindustrialização, tampouco uma dispersão territorial consistente das firmas industriais, ainda que observemos a expansão da infra-estrutura de transporte estadual e o advento da ‘guerra fiscal’ em meados dos anos 1990” (ACCA, 2006, p. 124).

Gráfico IV.2

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS INSTALADOS
EM SANTO ANDRÉ, ENTRE 2000 E 2005**

Fonte: Gerência de Tributos Mobiliários, a Gerência de Planejamento Tributário, Secretaria de Finanças, Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos, Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo e Prefeitura de Santo André (Sumário de Dados 2006 – Santo André / Ano Base: 2005). Elaboração própria.

Fatores geográficos como a proximidade do Porto de Santos⁶⁰, facilitada pela existência de vias de comunicação modernas como as rodovias Anchieta e Imigrantes, além da própria ferrovia que pode e deve ser modernizada e da construção do trecho sul do Rodoanel, recriam as condições ideais para uma dinâmica econômica que combine interações com os mercados interno e externo. Além disso, a adoção de um novo modelo de produção baseado nos processos toyotistas, como o *just-in-time*, tende a exigir uma maior proximidade geográfica entre fornecedores, o que inibe o afastamento de boa parte da cadeia produtiva, em especial o complexo automotivo.

Em meio a todos esses números, observa-se ainda que se, por um lado, a reestruturação produtiva promovida pelas empresas reduziu o emprego industrial, por outro,

⁶⁰ Weiss (1997, pp. 6-7) destaca que “a infra-estrutura portuária é um dos mais graves problemas do Estado de São Paulo”. Por isso, os portos de Sepetiba, no Rio de Janeiro, e de Vitória, no Espírito Santo, são considerados alternativas para as operações de embarque ou desembarque. Em 1997, tais operações com um *container* no porto Sapatiba custavam para as montadoras cerca de 10% menos (incluindo no cálculo o transporte terrestre) além de durarem a metade do tempo. A outra opção é o porto de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, que nos últimos anos tem recebido vários investimentos patrocinados pelo Governo do Estado com vistas ao atendimento da nova demanda, que a cada ano cresce ante o congestionamento do Porto de Santos.

proporcionou ao ABC ganhos substanciais de produtividade, ensejando inclusive alguns momentos conjunturais favoráveis à abertura de postos de trabalho no setor. É o que se pode depreender da notícia de que a General Motors confirmou a criação de um terceiro turno de trabalho para unidade de São Caetano do Sul, a partir de março de 2008.

A medida inclui a contratação de 600 funcionários temporários e um adicional de 50 mil unidades à produção da fábrica, hoje em 200 mil veículos por ano. O acordo foi fechado entre a montadora e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul [...]. (VALOR ECONÔMICO, 20/02/2008, p. B-6)⁶¹

Para muitos, tais fatos indicam que a maioria das empresas instaladas no ABC já teria consolidado os ajustes exigidos pela alta competição do mercado, o que estaria permitindo a retomada gradativa de seu potencial de desenvolvimento. Ou seja, a “desconcentração industrial” do ABC já estaria dando “sinais de esgotamento” (OBSERVATÓRIO ECONÔMICO, nº 11, 2006, pp. 4-5), com a implementação de vários projetos com vistas a novos investimentos, como são os casos da instalação do Distrito Industrial de Sertãozinho, em Mauá, e do projeto de “requalificação urbana” do Eixo Tamanduatehy (ver Mapa IV.1), lançado, em 1997, pelo então prefeito de Santo André Celso Daniel, com a finalidade de atrair empresas para o município e agregar valor às cadeias produtivas já existentes.

Em Santo André, aliás, os frutos dessa investida da parceria do Poder Público com a iniciativa privada seriam visíveis na rápida expansão e reocupação dos espaços vazios deixados pelas empresas que emigraram no momento mais crítico da crise dos anos 90, como são os casos da Companhia Brasileira de Cartuchos, da Fichet, da General Eletric do Brasil, da KS Pistões, da Black & Decker, entre outras, localizadas na área correspondente ao Eixo Tamanduatehy. Além disso, a implementação vários “projetos de construção, ampliação e reforma de empreendimentos tradicionais já existentes”, estaria favorecendo o crescimento do mercado imobiliário, com aumento da participação de empresas industriais no setor, como a Eluma, a Borlem Alumínio, a Norbay, a BSB Rolamentos, a ICI, a Metalúrgica SBC, a ABC Confecções e a Dorilar Móveis.

Com ênfase na estrutura viária, o Eixo Tamanduatehy tem oferecido ótimas condições para a instalação de novos terminais de armazenamento e distribuição, como os da Cosipa, da TDS Logística e da EADI Santo André, que agora se juntam aos terminais da Rodhia,

⁶¹ Vale lembrar que a intenção inicial era implantar o turno extra na unidade de São José dos Campos, porém não houve acordo com o sindicato local, que rejeitou o piso proposto pela montadora de R\$ 1.207,44, em vez dos R\$ 1.760,00 como queriam os representantes dos trabalhadores. A desconcentração da atividade, em especial os novos investimentos, tem claramente esta função no balanceamento da luta entre capital e trabalho, sempre em benefício do primeiro.

Bridgestone Firestone e Pirelli, que sempre exploraram o fator localização, como meio de garantir a distribuição e exportação de seus produtos (OBSERVATÓRIO ECONÔMICO, nº 11, 2006, pp. 4-5). Assim, segundo a publicidade oficial,

O Eixo simboliza a potencialidade de enraizar no território de Santo André uma parcela do crescimento econômico. Sua consolidação pode transformar-se em embrião de outra trajetória de desenvolvimento regional caracterizado por um ciclo virtuoso de aumentos sucessivos de produtividade, renda, consumo, emprego e qualidade de vida. Essa trajetória de evolução econômica estrutura-se baseada na mobilização dos atores locais em favor da articulação de um padrão de crescimento que compatibiliza respeito pelo meio ambiente, combate à exclusão social e inserção competitiva da economia local nos mercados internacionais (Publicidade da PMSA, 2006)

Mapa IV.1

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO EIXO TAMANDUATEHY

Fonte: Prefeitura de Santo André. Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 2006. Re-elaborado pelo autor.

De acordo com o ranking de empresas divulgado no suplemento *Quem é Quem no ABC 2007*, do Diário do Grande ABC, entre as dez maiores empresas do município, apenas duas não compõem o setor industrial típico (ver Tabela IV.2). Cerca de 88% da receita líquida dessas primeiras colocadas têm sua base na indústria. Os números ratificam a importância da atividade produtiva na economia andreense.

Tabela IV.2

AS DEZ MAIORES EMPRESAS DE SANTO ANDRÉ, CONFORME RECEITA LÍQUIDA

Empresa	Setor	Receita Líquida (em milhões)⁶²	Crescimento de vendas (%)⁶³
1. Petroquímica União S/A	Indústria Petroquímica	2.970.070	6,99
2. Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda.	Indústria Química	2.304.395	6,75
3. Bridgestone Firestone do Brasil	Indústria de Pneus	1.6000.000	0,00
4. Solvay Indupa do Brasil S/A	Indústria Química	875.691	7,83
5. Coop - Cooperativa de Consumo	Comércio Varejista	851.091	-2,09
6. Eluma S/A Indústria e Comércio	Indústria Metalúrgica	724.101	47,09
7. Prysmian Energia Cabos e Sistemas do Brasil S/A	Indústria Eletrônica	666.773	12,14
8. Parapanema S/A	Serviços	432.767	-
9. Polietilenos União S/A	Indústria Química	368.787	-2,90
10. Prysmian Telecomunicações Cabos e Sistemas do Brasil S/A	Indústria Eletrônica	184.090	-13,73

Fonte: Diário de Grande ABC, Suplemento “Quem é Quem no Grande ABC – 2007”, 8ª edição. Elaborada pelo autor.

No ABC como um todo, a pesquisa mostra que entre as 100 maiores empresas, 49 são classificadas como indústrias. Dessas, 32 estão entre as 50 primeiras colocadas, e 15 entre as 20 primeiras. E mais uma vez confirma-se como força econômica as quatro grandes montadoras de automóveis — Volkswagen, General Motors, Ford e DaimlerChrysler —, consideradas as maiores empresas do ABC, com uma receita líquida que somada chegou a quase 53 bilhões de reais, em 2006.

⁶² A “receita líquida” de uma empresa refere-se ao saldo acumulado no período de um ano subtraindo-se do total de vendas as deduções e devoluções, além dos custos de vendas e serviços relativos às vendas brutas.

⁶³ O “crescimento de vendas” corresponde ao crescimento ou diminuição das vendas em relação a igual período anterior. Para calcular este índice, deve-se dividir as receitas líquidas atuais pelas receitas líquidas do ano anterior, para em seguida multiplicar o este número por 100.

Tudo isso decerto reflete os investimentos realizados por essas empresas durante a década de 1990, e também a partir da década seguinte, traduzidos numa reestruturação industrial baseada nos princípios do toyotismo, com forte impacto sobre emprego e salários. De mais a mais, constata-se que tal reestruturação ocorreu num cenário político igualmente influenciado pela reestruturação com ênfase no neoliberalismo, que promoveu de forma acentuada a desnacionalização da economia.

A “nova agenda” econômica adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) governo tinha como foco a abertura comercial com conseqüente e imediata desregulamentação do mercado. E a isso juntou-se uma política de privatização, além da reformulação das políticas industrial e de comércio exterior, como continuidade do Plano Collor, iniciado em 1990 (BERNARDES, 1995, p. 26). Desse modo, a reestruturação produtiva ocorreu a toque de caixa, desestruturando os setores mais vulneráveis da economia nacional e atingindo, por extensão, toda a cadeia produtiva, como aconteceu com os segmentos de autopeças e o de brinquedos.

Em estudo sobre as transformações da indústria automobilística mundial, Luedemann (2003) destaca que, sobretudo a partir das reformas neoliberais de 1995, empresas que detinham o mercado de peças originais perderam competitividade e ficaram à mercê dos interesses das grandes montadoras amplamente favorecidas pela paridade cambial e pela possibilidade de estabelecerem acordos internacionais com outros fornecedores, o que provocou um acelerado processo de desnacionalização desse segmento do setor automotivo, desencadeado por uma série de falências e uma verdadeira onda de aquisições de empresas nacionais, como a Cofap e a Metal Leve, por grupos estrangeiros — no caso, respectivamente o Magneti Marelli (da Itália) e Mahle (da Alemanha).

O resultado desse processo, de acordo com o Sindicato Nacional dos Fabricantes de Autopeças (Sindipecas), foi o aumento da participação do capital estrangeiro nas empresas do setor de 48%, em 1994, para 80,9%, em 2006. Conforme o capital registrado, as empresas nacionais que, em 1994, correspondiam a 74,5% do total instalado no país, passavam a 57,5%, em 2006. Em contrapartida, as empresas de capital estrangeiro praticamente dobraram sua participação, saltando de 16,1% para 31%, no mesmo período.

Em relação à distribuição geográfica da indústria de autopeças, apesar de manterem-se predominantemente em São Paulo, houve uma mudança no quadro geral das empresas com a instalação ou transferência de unidades novas para outros Estados e também para o interior paulista. No gráfico figura IV.3, é possível notar que a presença de fábricas de autopeças em outros Estados mais do que duplicou entre 1994 a 2006, com evasão principalmente na capital

e no ABC, repercutindo de forma severa na disponibilidade de empregos neste segmento do complexo automotivo. Só no ABC, a redução de postos de trabalho no período em questão, conforme informação do Sindipeças, foi de 45,57% — 39.500 empregados, em 1994, contra 21.500, em 2006 —, redução bem maior do que os 15,28% que englobam todas as unidades industriais.

Gráfico IV.3

Fonte: Sindipeças: Desempenho do Setor de Autopeças, 2007. Elaborada pelo autor.

Notas: ¹ Guarulhos, Osasco, Mauá e Mogi das Cruzes. ² Campinas, Limeira, Jundiaí, Sorocaba e São José dos Campos. ³ Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas. Quanto ao ABC, considera-se aqui apenas os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

No entanto, insiste-se que isso não descaracterizou a potencialidade desse espaço geográfico para absorver o que Acca (2006, p. 128) chama de “novo ciclo de investimentos nos serviços diretamente relacionados à produção industrial”. Especialmente houve desenvolvimento dos serviços de alto valor agregado, como publicidade e *marketing*, consultoria jurídica, pesquisa e ensino, desenvolvimento de *softwares*, gestão de mercados etc., cuja existência não faz sentido, senão pela produção de bens materiais realizados na indústria (POLLARD; STORPER *apud* ACCA, 2006, p. 129).

Outro setor que sofreu conseqüências danosas a partir da abertura comercial foi a indústria de brinquedos. Desde os anos 90, não foram poucas as que tiveram de fechar suas portas, sob o efeito do “choque de concorrência” resultante da exposição repentina desse setor da economia nacional, sobretudo aos produtos chineses, muito mais baratos e com maior variedade de modelos.

Diante desse apelo, durante a reestruturação de muitas das indústrias do setor, como é o caso da Gulliver, de São Caetano do Sul, a estratégia foi aproveitar a valorização do real diante do câmbio e investir na importação. Como resultado, hoje a empresa importa 70% dos produtos que vende no Brasil, a maioria licenciamentos de grandes marcas produzidas por Hollywood⁶⁴. O mesmo ocorre com a Grow, para a qual a presença incômoda da concorrência chinesa exige muita flexibilidade e atenção para a constante renovação da linha de produtos, como afirma Guilherme Arruda, gerente de marketing da empresa⁶⁵.

Ainda sobre a especificidade do movimento de reestruturação produtiva no Brasil, deve-se levar em conta sua forte tendência à adoção de práticas gerenciais baseadas na subcontratação e na terceirização da mão-de-obra, como forma de obter mais produtividade. Ou seja, mais do que inovação tecnológica, o aumento da produtividade no Brasil, dos anos 90 para cá, tem dependido muito mais da pressão sobre o trabalhador, que se vê vulnerável diante da ameaça constante de perder o emprego e, por isso mesmo, obrigado a operar e cooperar de todas as maneiras possíveis com o capital, adequando-se rapidamente aos processos de racionalização, tendo em vista o aumento da competição internacional e a realidade de um câmbio que torna extremamente frágil a indústria local. Como conseqüência, a participação do produto brasileiro no comércio mundial, em relação aos produtos de alta e média capacidade tecnológica, cresceu menos proporcionalmente quando comparado às importações. Considerando o período de 1990 a 2001, em exportações, a produção nacional saltou de 8% para 14,9%, enquanto que as importações praticamente triplicaram, passando de 4,3% para 14,8%.

E não se trata apenas de importação de mercadorias para o consumo. Para enfrentar a crise, através da redução do custo de produção, muitas indústrias têm optado também por adquirir o maquinário utilizado na produção também no exterior, especialmente na China, o que leva à estagnação do desenvolvimento tecnológico no país, além de promover desinvestimento no setor industrial, com vulnerabilização de algumas cadeias produtivas mais sensíveis, como ocorreu com a indústria de bens de capital e componentes eletrônicos, na

⁶⁴ Informação em reportagem no *Quem é Quem no Grande ABC* 2007.

⁶⁵ Reportagem no *Quem é Quem no Grande ABC* 2007.

década passada.

Tendo em vista o ABC como um todo, o suplemento *Quem é Quem no Grande ABC 2007* apresenta dois exemplos bastante esclarecedores de empresas que tiveram de se curvar à concorrência dos asiáticos, devido à facilidade com que as mercadorias desses países entram no Brasil, sempre com um preço mais baixo e mais competitivo.

Quando precisou adaptar a linha de produção para as novas exigências do segmento de embalagens, o diretor industrial da Toledo & Morais Industrial [de Diadema], Wilson Toledo, não teve dúvida adquiriu duas máquinas chinesas. O valor do equipamento importado ficou entre R\$ 75 mil e R\$ 100 mil. Se fosse comprar uma máquina nacional, pagaria cerca de R\$ 140 mil. [...] Além disso, a qualidade do produto é superior ao fabricado no País. As máquinas são mais rápidas e possuem mais funções [...]. Outra empresa que constatou a diferença foi a Aquarius Usinagem e Estamparia, de São Caetano. O sócio administrador Maurício Soares da Silva explica que quando precisou adquirir novas prensas, não viu outra saída a não ser recorrer aos chineses. “A nacional sairia por R\$ 236 mil, e a chinesa por R\$ 106 mil...” (QUEM É QUEM NO GRANDE ABC, 2007, p. 20)

No caso da indústria automobilística, desde o estabelecimento do Regime Automotivo (RA), que vigorou entre 1995 e 1999, além da reestruturação tem-se observado uma relativa redistribuição geográfica das unidades produtivas, dado o acirramento da disputa interterritorial pelo bônus dos novos investimentos do setor no Brasil. Realizou-se desse modo um imenso esforço envolvendo isenção fiscal, desenvolvimento de infra-estrutura logística e financiamentos com taxas de juros abaixo do mercado. Nada disso entretanto foi suficiente para promover o que pelo menos em tese se desejava: a desconcentração industrial em favor das regiões menos desenvolvidas do país (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). No final das contas, dos investimentos externos diretos mais de 80% acabaram por concentrar-se nas regiões Sudeste e Sul do território brasileiro (LUEDEMANN, 2003, p. 160).

O novo mapa da indústria automobilística (Mapa IV.2) que começou a se desenhar desde a adoção das medidas políticas que levaram à guerra fiscal dos anos 90, traria algumas novidades como a menor quantidade de investimentos novos em São Paulo, notadamente no ABC, que fora desde os anos 50 o berço da indústria automobilística. Porém, a maior parte das vantagens locacionais mantiveram atrativas aos investimentos as regiões mais ricas e consolidadas do ponto de vista da logística e em relação à proximidade com os demais países do Mercado Comum do Sul (Mercosul), principalmente a Argentina, o que se pôs como um imperativo para a integração econômica dos países da região e a ampliação da lucratividade do capital.

Mapa IV.2

NOVO MAPA DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL
— FÁBRICAS INSTALADAS —

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), 2007. Mapa elaborado pelo autor.

De tal forma, os investimentos não se restringiram às novas plantas, mas estenderam-se também às fábricas antigas da Ford, da Volkswagen, da General Motors (GM), da DaimlerChrysler e Toyota, todas localizadas no ABC. Tratava-se de reestruturar a produção basicamente com a introdução de métodos de produção flexível, fundamentados na informatização e automatização de processos, com vistas a uma “produção enxuta” e poupadora de mão-de-obra. A racionalização implícita na “remodelação espacial da fábrica,

com a terceirização da produção e adoção do sistema *just-in-time* para eliminar estoques”, como lembra Luedemann (2003, p. 162), possibilitaria também grandes feitos em relação à produtividade. É o caso da planta da Ford São Bernardo que, reestruturada, pôde “receber a fábrica de comerciais leves e pesados”. Isso justifica os investimentos de cerca de 850 milhões de dólares para a reestruturação dessa unidade, o que, por outro lado, sem qualquer remorso permitiu à empresa uma redução drástica do seu quadro de empregados.

Em suma, a guerra fiscal definiu os novos padrões de atuação do Estado frente aos interesses do capital — notadamente o grande capital transnacional. A promessa de empregos que sempre faz parte de pacotes e medidas controversas como as que envolveram a adoção do RA, na segunda metade dos anos 90, não se cumpriu nem tampouco pôde conter a forte tendência de precarização e flexibilização do trabalho. O volume de recursos fiscais desperdiçados, por outro lado, não justifica os poucos empregos gerados diretamente ou indiretamente pela indústria beneficiada.

Para se ter uma idéia, com a negociação que levou a GM a localizar sua nova unidade produtiva, em Gravataí, no Rio Grande do Sul, o total de subsídios estatais angariados pela empresa superou em quase 160 milhões de reais, os investimentos em capital previstos, conforme mostra Liliana Lavoratti⁶⁶, a propósito de pesquisa realizada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) por Maria Abadia Alves. Tais incentivos geraram, segundo dados da empresa, milhares de empregos — atualmente cerca de 5.000 somados os diretos, os ligados a empresas sistemistas e os terceirizados.

Ainda de acordo com a matéria de Larovatti, considerando apenas três montadoras — GM, de Gravataí; Mercedes-Benz, de Juiz de Fora; e Renault de São José dos Pinhais —, a renúncia fiscal gira em torno de 1,8 bilhão de reais, sem que haja garantias de que ao fim dos subsídios elas possam manter investimentos nessas unidades, ainda que isso seja possível e salutar em termos de balanço empresarial.

O fato é que a questão do deslocamento parcial dos novos investimentos do complexo automotivo para outros municípios e Unidades da Federação não resulta de uma simples estratégia empresarial combinada à astúcia de políticos que dispõem vantagens às grandes empresas do setor em troca de um possível aumento da arrecadação de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Mais que isso, trata-se de um processo no qual a forma-mercadoria impõe-se, estabelecendo articulações cuja única finalidade é a acumulação privada do capital.

⁶⁶ Em matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo (OESP), Caderno Política, p. A-4, no dia 2 de dezembro de 2001, sob o título “Fiasco econômico da guerra fiscal”.

Num cenário de concorrência acirrada e com queda na taxa média de lucro, a busca pela fórmula mágica da circulação $D - M - D'$ (dinheiro – mercadoria – mais dinheiro) volta-se mais uma vez e, como sempre, àquela única mercadoria possuidora de uma “característica peculiar de ser fonte de valor”, ou seja, “cujo verdadeiro consumo [é] em si objetivação do trabalho, por conseguinte, criação de valor” (MARX, 1983, p.139). Pois não é outra mercadoria senão a força de trabalho aquela que pende para o sacrifício gerado a partir da crise. Como consequência, é inevitável a perda sofrida por ela que, após um período de relativa valorização, passa a enfrentar novamente a concorrência de um exército de reserva que cresce a níveis alarmantes desde a adoção de tecnologias de ponta poupadoras de mão-de-obra que elevam, em massa, a composição orgânica do capital, mas também à medida em que a guerra fiscal patrocinada pelo Estado facilita o deslocamento de parte da produção para outros lugares onde a força de trabalho ainda não possui um nível de organização que lhes permita maior poder de barganha na disputa do valor excedente.

Pesquisa divulgada em março de 2007 pelo Dieese e pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CNM/CUT), indica em parte o que isto significa na prática. Os metalúrgicos do ABC, que chegam a ganhar até quatro vezes mais que os de outros municípios onde há montadoras no Brasil, nos últimos anos passaram por sucessivos golpes nas suas pretensões, inclusive com a ameaça de fechamento de fábricas, como aconteceu com a Volkswagen, em 2006⁶⁷. Se em média os níveis salariais pagos no ABC são bem maiores do que os de outros municípios, evidenciam-se recentemente também avanços salariais mais modestos, como se pode comparar na tabela IV.3.

Tabela IV.3

**COMPARATIVO DE SALÁRIOS MÉDIOS PAGOS AOS
METALÚRGICOS DO ABC E DE CAMAÇARI (BA)**

	2002	2006	Aumento
ABC	1.999,83	2.760,96	38,1%
Camaçari	608,36	1.035,65	70,2%

Fonte: Dieese/CNM/CUT, 2007. Elaborada pelo autor.

⁶⁷ Estimativas do Dieese chegaram a prever, caso houvesse encerramento das atividades da montadora, um impacto socioeconômico negativo no “ABC” de cerca de 2,8 bilhões de reais, que corresponde ao montante pago pela empresa por ano em salários, impostos e benefícios, além de um custo social total de aproximadamente 13,8 bilhões de reais, com perspectiva de aumento do número de favelados, da criminalidade e outros problemas. O que não se sabe exatamente é como o Dieese pôde chegar a essas cifras, que foram manchete de primeira página no jornal o Diário do Grande ABC, de 25 de agosto de 2006: “Sem Volks, região perde R\$ 2,8 bi”. A pressão foi tamanha que o acordo entre o sindicato e os patrões acabou sendo firmado, e a Volkswagen pôde assim iniciar sua segunda fase de reestruturação. A aplicação dos ajustes previstos no acordo, segundo os executivos da empresa, era inadiável já que a fábrica de São Bernardo do Campo apresentaria uma estrutura obsoleta, com baixa produtividade, quando comparada a de outras empresas instaladas no Brasil, e principalmente em relação à altíssima competitividade das indústrias chinesas e indianas.

O fato é que o Brasil tornou-se ao longo dos anos uma espécie de *paraíso* para os investimentos estrangeiros, a considerar as condições para a expansão do mercado e de remessa de lucros; o que é ainda mais notável no setor automobilístico, especialmente para as montadoras, que na década de 1990 obtiveram todo tipo de vantagem, tendo em vista da ampliação de suas atividades em áreas “sem tradição sindical”.

Por outro lado, a promessa de mais empregos não se cumpriu, apesar do estardalhaço para cada vaga criada. Em artigo publicado na internet⁶⁸, Nilton Vasconcelos chama a atenção para o problema do emprego nas montadoras que, entre 1995 e 2005, declinou quase 10%, apesar do aumento espetacular da produtividade, em torno de 50%, no mesmo período⁶⁹. No mais, essa redução foi acompanhada pelo aumento da precarização das relações de trabalho, com ênfase na terceirização e no emprego temporário. Além disso, a transferência de fases da produção para os fornecedores de autopeças que poderia representar uma migração intersetorial do emprego também acabou não ocorrendo de maneira significativa. É o que se pode verificar no gráfico IV.4, que traz a variação do número de postos de trabalho no setor de autopeças de 1974 a 2005.

Gráfico IV.4

VARIAÇÃO DO EMPREGO NO SETOR DE AUTOPEÇAS ENTRE 1974 E 2005 (EM MILHARES)

Fonte: Sindipeças / Desempenho do Setor de Autopeças 2005; 2007. Elaborado pelo autor.

⁶⁸ Ver *blog* “Mundo do Trabalho”, artigo de Nilton Vasconcelos: “Estagnação do emprego nas montadoras” Disponível em: <<http://mundo-do-trabalho.blogspot.com/2006/08/estagnao-do-emprego-nas-montadoras.html>> Acesso em 20/03/2008.

⁶⁹ Em 2007, segundo a Anfavea foram fabricados no Brasil 2,97 milhões de veículos — cerca de 14% a mais do que no ano anterior, elevando o Brasil à condição de 6º. maior produtor mundial de veículos, superando Espanha, Canadá e México. E a expectativa é de que o crescimento prossiga este ano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u377572.shtml>> Acesso em: 20/03/2008.

A discussão sobre reestruturação industrial também deve ser posta em conta ao analisar o gráfico anterior. Afinal, se a reestruturação apressou o processo de valorização do capital multinacional, claramente em favor da indústria automobilística, no caso da indústria de autopeças implicou forte transformação setorial, em razão da

concorrência predatória, que eliminou aproximadamente a metade delas, tanto por falência como por incorporação, isto porque conforme a crise se aprofundou, as empresas do setor de autopeças se transformaram em mercadorias para capital externo (LUEDEMANN, 2003, p. 110).

Por fim, é a produtividade quem define os rumos da industrialização. O ritmo segue forte, elevando a produção de bens a um nível que é um desastre do ponto de vista ambiental, para não dizer insustentável. Em relação à convivência social, a precarização e desmonetização de uma parcela considerável daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, estimulam o acirramento das contradições e dos conflitos.

A mobilidade também se intensifica. Os fluxos migratórios já não seguem a linearidade da relação entre pólos de atração e repulsão. A desqualificação contínua da mão-de-obra impõe uma mobilidade intersetorial, mas também estabilização do convívio com as taxas de desemprego. Qualquer recuperação econômica é festejada, sem o menor receio, como se não houvesse o dia seguinte; como se a recuperação fosse *de fato* e não um mero artifício do sistema de crédito.

IV.2. Três “tendências” que afetam o trabalho em Santo André

Neste item, propõe-se analisar três tendências que afetam diretamente o trabalho no ABC e, de forma ainda mais contundente, o município de Santo André: instabilidade, precariedade e informalidade.

Tomando como referência apenas a indústria de transformação, onde os cortes foram mais estruturais, entre janeiro de 2002 e dezembro de 2003, segundo base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do total de 12.344 demitidos pelas empresas do setor, 4.489, ou 36,37%, tinham no máximo 12 meses de tempo de serviço, números que apontam para uma elevada instabilidade no emprego. A considerar todos os setores, quase a metade dos demitidos (49,5%) tinha menos de um ano de ocupação⁷⁰.

⁷⁰ Só para compararmos, num setor tradicionalmente de maior rotatividade, como é o da construção civil, 70% dos trabalhadores demitidos no período tinham no máximo um ano de vínculo.

Dados mais recentes mostram que todos os setores juntos representaram uma grande rotatividade da força de trabalho no município de Santo André, entre janeiro e novembro de 2006. Entre admitidos e desligados, foram 98.686 trabalhadores; número que representa 1,4% de toda movimentação do Estado, como mostra a tabela IV.4.

Tabela IV.4

**MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORES NO PERÍODO
DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2006 (TODOS OS SETORES)**

Movimentação	Santo André		Estado de S. Paulo
	Qtde.	%	Qtde.
Admissões	54.384	1,42	3.823.539
Desligamentos	44.302	1,38	3.210.536
Variação Absoluta	10.082		613.003
Variação Relativa	7,51 %		7,23 %
Total	98.686	1,40	7.034.075

Fonte: CAGED, novembro/2006.

Em contrapartida, como é possível notar na tabela IV.5, a instabilidade foi relativamente menor na indústria de transformação, inclusive com uma taxa de movimentação também menor, quando comparada a do Estado, o que possibilita pensar que o processo de reestruturação produtiva talvez tenha entrado numa fase de acomodação. Hipótese, no mínimo, otimista dada a volatilidade característica dos processos econômicos no capitalismo.

Tabela IV.5

**MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORES NO PERÍODO DE JANEIRO
A NOVEMBRO DE 2006, APENAS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**

Movimentação	Santo André		Estado de S. Paulo
	Qtde.	%	Qtde.
Admissões	8.269	1,05	787.377
Desligamentos	6.916	1,07	644.905
Variação Absoluta	1.353		142.472
Variação Relativa	4,31 %		6,46%
Movimentação Total	15.185	15.185	1.432.282

Fonte: CAGED, novembro/2006. Re-elaborada pelo autor.

Se a precariedade, de algum modo, já se evidencia nesses números que refletem a tendência de empregos instáveis, alta mobilidade e maior vulnerabilidade da força de trabalho frente ao capital, outros números mostram uma perspectiva comum de concentração dos trabalhadores admitidos em faixas salariais mais baixas, quando comparadas às dos demitidos. Os dados são relativos ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2003 e têm como fonte a Rais e o Caged, e foram publicados no boletim nº 4 do Observatório Econômico (2004).

Do total de 82.742 trabalhadores desligados nesse período, 60.862 (73,55%) recebiam até três salários mínimos. A mesma faixa salarial respondia pela admissão de 70.580 trabalhadores, representando 82,16% dos 85.904 admitidos. Em compensação, 21.880 demitidos recebiam mais de três salários mínimos, para 15.324 contratados.

Esta concentração foi verificada em todos os setores econômicos, com destaque para a indústria de transformação, em que a proporção de demitidos que ganhavam até 3 salários mínimos era de 59,64% enquanto de admitidos chegou a 77, 21%. No que se refere ao nível de escolaridade, observa-se que o saldo entre os trabalhadores admitidos/demitidos é negativo nos graus anteriores à 8ª série, e positivo nos graus posteriores, mostrando uma tendência a contratações cuja exigência de escolaridade é cada vez maior (OBSERVATÓRIO ECONÔMICO, Boletim nº 4, Ano 2, Abril/Maio /Junho de 2004).

Com relação à tendência da informalidade, sua expansão no ABC está diretamente associada à queda da oferta de vagas no setor industrial. A participação aproximada de trabalhadores ocupados neste setor caiu de 45%, em 1989, para 28%, em 2003. Em 2006, essa participação caiu ainda mais.

Entretanto, antes de avançar na descrição do quadro referente à informalidade em Santo André, faz-se necessário observar qual o entendimento que se tem do conceito. Sem aprofundar a análise, considera-se, aqui, informal toda atividade econômica realizada sem amparo das leis trabalhistas, por meio de contratos verbais ou “de gaveta”, com impacto negativo sobre o recolhimento de impostos e a seguridade social.

Segundo esses critérios, são considerados trabalhadores informais aqueles que não têm carteira assinada ou trabalham por conta própria, sem recolher os impostos sociais. Dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2000), indicavam para o município de Santo André um total de 89.077 trabalhadores informais. Ou seja, 34,45% de trabalhadores informais em relação à parcela ocupada da População Economicamente Ativa (PEA), sendo que cerca de 81% deles trabalhavam no próprio município, principalmente nos serviços domésticos, construção civil, comércio, alojamento e alimentação, além de outros serviços coletivos,

conforme mostra estudo de Ronaldo Tadeu Ávila de Paula (2004), encomendado pela Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo da Prefeitura de Santo André.

Da massa de trabalhadores que vive na informalidade, observa-se ainda que no município andreense aproximadamente 16% deles atuam no setor industrial, normalmente em empresas de pequeno porte, com até cinco empregados e baixa produtividade.

Sabe-se por outro lado que no ABC como um todo

O rendimento médio dos assalariados sem carteira assinada, que era de R\$ 606,00 em 2003, correspondia a 66% do valor médio para o conjunto dos ocupados. A situação era ainda mais desfavorável para quem não tinha carteira assinada e atuava em empreendimentos com até 5 empregados (...), estes correspondiam a R\$381,00, pouco mais da metade (52%) do valor médio obtido pelos assalariados sem registro em carteira de seu contrato de trabalho mas que atuavam em empresas com pelo menos 6 empregados (OBSERVATÓRIO ECONÔMICO, Boletim nº 5, Ano 2, Julho/Agosto /Setembro de 2004).

Tabela IV.6

DIMENSÃO DO TRABALHO INFORMAL NOS MUNICÍPIOS DO ABC E CAPITAL

Município	PEA ocupada	Trabalho informal	
		Nº. Absolutos	Percentual
Diadema	139.421	45.211	32,43
Mauá	128.424	42.631	36,31
Ribeirão Pires	39.059	13.367	34,22
Rio Grande da Serra	12.071	3.892	32,24
Santo André	258.583	89.077	34,35
São Bernardo do Campo	286.248	97.488	34,05
São Caetano do Sul	63.486	21.060	33,17
São Paulo	4.376.542	1.595.732	36,46

Fonte: Censo 2000 / IBGE. Re-elaborada pelo autor.

IV.3. A industrialização e o “estoque de trabalho” no ABC

Como parte da mobilidade físico-espacial dos trabalhadores, as migrações se refletem ao longo da história de Santo André como um processo indispensável na constituição do parque industrial da cidade, que tão prodigiosamente avançou, tornando-se um dos mais importantes do país e de toda a América Latina. Não há pois como negar que a expansão vertiginosa da população do município, no século XX, deu-se efetivamente em função desse processo.

No conjunto, a população do ABC cresceu mais em algumas áreas do que em outras,

dependendo do momento industrial considerado. O primeiro momento corresponde ao da substituição de importações de bens de consumo não-duráveis, que ajustou a máquina industrial para atender prioritariamente à demanda interna, estendendo-se desde o início do século XX até o final da década de 1940, com ápice a partir das medidas protecionistas do governo de Getúlio Vargas, na década anterior, que suscitam o nascimento de uma indústria substitutiva de bens intermediários e de equipamentos (MOREIRA, 2002). O desenvolvimento da atividade industrial, nessa fase, ocorre especialmente junto ao eixo ferroviário, tendo por esse motivo beneficiado Santo André e São Caetano do Sul, que rapidamente começam a destacar-se em termos econômicos e demográficos.

Já a partir de meados da década de 1950, mas principalmente 1960, entretanto, o ímpeto maior de crescimento da região deslocou-se para São Bernardo do Campo, em decorrência do “milagre econômico”, impulsionado pela instalação da indústria automobilística, causa e consequência de uma articulação infra-estrutural do território que irá privilegiar o transporte rodoviário — intercorrências ao segundo momento processo de industrialização do ABC. Nesse quadro, dá-se o desenvolvimento de outros setores complementares dentro da cadeia produtiva do ramo automobilístico; caso dos setores metal-mecânico, petroquímico, de pneus, elétrico etc. Com efeito, imensos fluxos migratórios seguem em direção ao ABC para compor a mão-de-obra necessária para esta expansão industrial e fazem avançar a mancha urbana para, já no final da década de 1970, alcançar as franjas da Bacia da Billings⁷¹.

No gráfico IV.5, é possível comparar como os ritmos de crescimento populacional nos municípios do ABC são desiguais entre os anos de 1960 e 2000. Destaque-se o crescimento explosivo de São Bernardo do Campo, que passa a liderar o *ranking* demográfico já em 1991, superando Santo André. A taxa de crescimento de São Bernardo do Campo nesse período foi superior a 750%. Em 1996, do total da população residente na área de mananciais da Billings (excluindo-se a população do município de São Paulo), 45,98% faziam parte desse município. Bem diferente dos 6,87% de Santo André. Comparativamente, temos ainda os seguintes números para o ano de 1996: enquanto 3,78% da população de Santo André residia na Bacia da Billings, no caso de São Bernardo do Campo o índice era de 23,97%⁷².

⁷¹ A Bacia Hidrográfica da Billings corresponde ao território localizado a sudeste da capital, limitado pela Bacia do Guarapiranga (a oeste) e Serra do Mar (ao sul), no domínio dos mares de morros florestados (AB'SABER, 1966). Em 1996, cerca de 716 mil pessoas moravam nessa área de extrema fragilidade ambiental, sendo 121.147 pessoas residentes em favelas (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 1999).

⁷² A configuração territorial de Santo André, mais estreita na faixa limite Bacia da Billings, bem como o seu macrozoneamento parecem favorecer o maior controle de acesso a essas áreas, o que torna menos expressivo o problema neste município.

Gráfico IV.5

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ABC (1960-2000)

Fonte: IBGE, Censos. Elaboração própria.

Um terceiro momento da industrialização do ABC, com forte repercussão na economia de Santo André, corresponde àquele relativo ao esgotamento do modelo de acumulação baseada na substituição de importações, apoiado numa participação efetiva do Estado na economia, ora viabilizando financiamentos à industrialização, ora implantando infra-estrutura de transportes, comunicações e energia, ora arbitrando e regulando os conflitos entre capital e trabalho, de modo a constituir a idéia de modernidade, e avanço industrial (MOREIRA, 2006). Com o esgotamento desse modelo, a contrapartida é a reestruturação produtiva, cujas implicações são notáveis tanto na organização territorial como na mobilidade do trabalho (geográfica e profissional).

Tal processo, sabe-se, decorre mais amplamente da consolidação do que Moreira (2006) chama terceiro período do “modelo histórico mundial”, que baliza a relação entre política e economia na sociedade, neste momento dominado pela acumulação financeira, com forte expansão do capital fictício, ou seja, dinheiro sem lastro (HEIDEMANN, 2005; KURZ, 1993).

Sob essa perspectiva, a reestruturação atinge diretamente o *mundo do trabalho*, com a substituição do modelo fordista-taylorista pela produção flexível, baseada no *just in time* pilar desse sistema também conhecido como toyotismo⁷³, e conta ainda com o beneplácito de um

⁷³ A propósito, Luedemann (1998, p. 60) destaca em artigo que: “(...) A produção, nos parâmetros do JIT, deve estar associada à demanda, com número zero de estoques, aproximando os componentes ou matérias-primas do operador, reduzindo-lhe o número de movimentos, e, conseqüentemente, aumentando a produtividade, com

Estado que rapidamente se curva ao neoliberalismo, e que promove a desregulamentação, as privatizações, e uma série de medidas de contenção de gastos e ajuste fiscal, entre outras, que definem o que Milton Santos (2000) chamou de “pensamento único”.

IV.4. Reestruturação produtiva, fluxos migratórios e mobilidade do trabalho

O esforço dessa pesquisa foi para compreender quais os impactos fundamentais do conjunto de transformações, na relação entre economia e política, definida como reestruturação (MOREIRA, 2002), sobre a mobilidade da força de trabalho, tendo em vista uma área geográfica que apresenta enorme volume de investimentos em capital e imensa capacidade produtiva.

Esse processo implicou enxugamento dos quadros de funcionários envolvidos na produção das fábricas e expôs a força de trabalho cada vez mais à instabilidade, precariedade e informalidade. Era, pois, presumível que tais fatos pudessem reduzir significativamente o movimento migratório para o ABC, e de forma ainda mais acentuada nos municípios de Santo André e São Caetano do Sul.

O outro fenômeno constatado, e que igualmente motivou essa pesquisa, refere-se à migração de retorno — uma das tendências dos fluxos migratórios verificados na RMSP, já a partir da década de 1980.

A primeira questão a ser esclarecida, entretanto, refere-se ao conceito de migrante, que esbarra em uma série de imprecisões. De forma usual, pode-se considerar migrante o sujeito que se desloca de um município para outro fixando residência. Isso do mesmo modo implica dúvidas: afinal, o que é fixar residência? Por acaso, não se enquadrariam nessa categoria os trabalhadores sazonais, os trecheiros, os moradores de rua, os nômades?

Poder-se-ia ainda, de outra perspectiva, considerar a migração como expressão da natureza humana, desde os tempos mais remotos. Nesse sentido, o migrante teria sempre existido. Entretanto é preciso considerar que,

apenas a sociedade moderna [...] se caracteriza pela conhecida mobilização geral, total e forçada para as funções do trabalho. “Ao trabalho” e “à guerra” são os dois imperativos do processo da modernização. As minorias dominantes globais, apesar de manifestarem intenções de um controle global total, têm apenas interesses parciais e pontuais. Cada vez mais essas minorias precisam se proteger contra uma “desestabilização” social, resultado da incapacidade de utilização capitalista de grande parte do globo e de seu material humano (HEIDEMANN, 2004, p. 28).

O debate suscita um dilema metodológico que esta pesquisa tem como pretensão fazer avançar, ainda que, genericamente, se opte chamar de migrante simplesmente aquele que se desloca de uma unidade geográfica a outra, em razão das condições sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas reinantes. O migrante seria, então, o homem em movimento que, por isso mesmo, desterritorializado, não tem alternativa senão descobrir e interagir com o seu “entorno vital”, que ora lhe parece estranho, mas do qual participa e enseja transformações (SANTOS, 1996, pp. 262-265).

Porém, é preciso também referenciar-se no argumento Gaudemar (1977, p. 373), em relação à análise das migrações operárias feitas por Lênin, de que “o desenvolvimento do capitalismo é também o nascimento e desenvolvimento do *espaço capitalista* com suas polarizações específicas determinadas pelas novas relações de produção”, sendo a mobilidade espacial (geográfica) do trabalho um fator inerente a esse modo de produção.

[Com a grande indústria], “a divisão do trabalho recebe um forte impulso. Em vez do isolamento e da vida sedentária de outrora, *é a mobilidade da população que se torna a condição necessária da vida econômica* (...) a grande indústria torna a população necessariamente móvel (...) De um modo geral, a mão-de-obra aumenta, mas tanto sobe em épocas febris, como baixa em momentos de crise, de modo que a passagem dos operários de uma empresa para outra, de um canto do país para outro, se torna uma necessidade (LÊNIN *apud* GAUDEMAR, 1977, p. 375).

De acordo com Gaudemar (1977), essa é a grande contribuição do pensamento de Lênin para o entendimento da mobilidade do trabalho dentro do processo macroeconômico no qual se dá a formação do mercado de mão-de-obra. Haja vista o fato dele considerar o capitalismo um modo de produção que só se realiza por meio da circulação de mercadorias, entre as quais não há como descolar a própria força de trabalho (mercadoria especial e, ainda que forçada a isso, auto-mobilizável).

IV.5. Atual cenário migratório de Santo André

Para demonstrar o cenário atual referente aos fluxos migratórios *de* e *para* Santo André utilizou-se nessa pesquisa, inicialmente, duas variáveis estatísticas elaboradas pela Fundação Seade e IBGE: o *saldo migratório* (SM), que corresponde à diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, de determinada localidade durante o período de tempo, e a *taxa líquida média anual de migração*, ou seja, o quociente entre o saldo migratório médio anual e a população referente ao período censitário em questão.

Observa-se na tabela IV.7 que, em relação aos demais municípios do ABC, Santo André apresentou a maior perda absoluta de população por emigração, entre os anos de 1980 e 2000, sendo superado apenas em termos relativos por São Caetano do Sul, embora também com alta taxa líquida de migração.

Tabela IV.7

VOLUME E TAXA MÉDIA ANUAL DE MIGRAÇÃO LÍQUIDA 1980/2000 NO ESTADO DE SÃO PAULO, RMSP, MUNICÍPIOS DO ABC E CAPITAL

Variável/Período Território	SalDOS Migratórios Médios Anuais		Taxa Média Anual de Migração Líquida (%)	
	1980/1991	1991/2000	1980/1991	1991/2000
Estado de São Paulo	53.352	147.443	1,9	4,31
RMSP	-24.966	24.399	-1,79	1,47
Diadema	72	-895	0,27	-2,71
Mauá	2.175	1.572	8,83	4,79
Ribeirão Pires	1.185	891	17,1	9,44
Rio Grande da Serra	370	245	15,1	7,35
Santo André	-5.504	-3.376	-9,44	-5,34
São Bernardo do Campo	1.651	5.801	3,36	9,17
São Caetano do Sul	-3.689	-1.753	-23,65	-12,1
São Paulo	-68.724	-50.824	-7,6	-5,07

Fonte: Fundação Seade / IBGE. Elaborado pelo autor.

O grande contraste novamente ocorre na comparação com o município vizinho de São Bernardo do Campo, que nos dois períodos, manteve taxas líquidas de migração superiores à da RMSP e do Estado. A mesma tendência é possível observar em relação a outros três municípios do ABC: Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá, todos localizados na faixa periférica da região.

Quanto ao fenômeno da migração de retorno ele pode ser mensurado, na pesquisa de amostra do Censo 2000, a partir da combinação de dois quesitos do questionário aplicado pelo recenseador o qual determina o migrante em nível municipal: “Há quanto tempo mora sem interrupção [neste] município” e se “nasceu [neste] município”. Com isso conclui-se:

se o tempo que mora sem interrupção no município é menor que a idade declarada e [o indivíduo] respondeu que nasceu neste município, é possível ter um indicativo de migração de retorno. Este procedimento permite quantificar os movimentos migratórios, sem identificação do município de procedência. A pessoa que respondeu que nasceu no município em que foi recenseado, passa a responder a pergunta, em que declara o tempo ininterrupto em que mora naquela Unidade da Federação e se menor que dez anos, indicará a Unidade da Federação de residência

anterior. Para o indivíduo que respondeu que não nasceu no município de residência, será investigada sua nacionalidade. Se brasileiro nato, será questionado sobre a Unidade da Federação de nascimento, para em seguida, responder o tempo ininterrupto na Unidade da Federação em que foi entrevistado e, se menor que dez anos, declarar a Unidade da Federação de residência anterior (Migração e Deslocamento, Resultados da Amostra, IBGE, 2003, p.30).

Ainda em relação aos resultados da pesquisa de amostra do Censo Demográfico 2000, obteve-se os seguintes números (Tabela IV.8) para os municípios do ABC, em comparação com o Estado e a capital, no que se refere à migração interestadual e estrangeira, tomando-se como referência as pessoas que não residiam no Estado de São Paulo, em 31 de julho de 1995, com cinco ou mais anos de idade, portanto, migração recente.

Mais uma vez os números não deixam dúvida de que o impacto da migração sobre o crescimento populacional do Estado de São Paulo e da RMSP, e em especial sobre o ABC, na década de 1990, foi relativamente pequeno, exceção feita aos municípios mais afastados, onde o crescimento demográfico permanece em alta.

Tabela IV.8

**PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE QUE NÃO RESIDIAM
NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 31.07.1995**

Municípios do ABC, ABC, Capital e Estado de São Paulo	Total	Percentual em relação a população total	Percentual em relação ao ABC	Percentual em relação ao Estado
Diadema	16.286	4,56	19,58	1,27
Mauá	15.111	4,15	18,16	1,18
Ribeirão Pires	2.365	2,27	2,84	0,18
Rio Grande da Serra	1.429	3,85	1,72	0,11
Santo André	18.820	2,90	22,63	1,47
São Bernardo do Campo	25.999	3,70	31,25	2,03
São Caetano do Sul	3.180	2,27	3,82	0,25
ABC (7 municípios)	83.190	3,53	-	6,49
São Paulo	428.181	4,10	-	33,4
Estado de São Paulo	1.281.816	3,46	-	-

Fonte: Censo Demográfico 2000 Migração, IBGE. Elaborada pelo autor.

Em pesquisa realizada pelo IMES (Universidade Municipal de São Caetano do Sul) e publicada no Diário do Grande ABC em 14/03/99, com relação à origem do migrante morador

do ABC, observa-se que o perfil mudou nos últimos 25 anos (Tabela IV.9). Ainda segundo a pesquisa, não obstante a queda relativa dos fluxos desde o início da década de 1980, muita gente continuava buscando a “região”, não apenas por causa de emprego, mas também pelas facilidades de arranjar um terreno e construir sua moradia própria. Há todo um contexto vivo nessa questão, cuja determinante vai além do emprego, mas não escapa da prerrogativa monetária, que inclui também morar, conseguir e ter acesso aos serviços.

Ainda em relação aos dados da amostra do Censo Demográfico 2000, na avaliação do quesito migração interestadual e estrangeira, quanto à origem dos migrantes (recentes) observa-se uma proporção de praticamente seis nordestinos para cada grupo de dez migrantes, o que demonstra, de um lado, a existência de vínculos familiares e e de amizade, que possibilita a manutenção de certos direcionamentos dos fluxos migratórios por longos períodos de tempo (décadas) e, por outro, indica que o Nordeste, em relação às outras regiões continua sendo, para Santo André, um importante ponto de partida de migrantes, apesar disso ocorrer hoje de maneira mais constante como *circularidade* (ir e vir). No gráfico IV.6 esta proporcionalidade aparece absolutamente expressiva.

Tabela IV.9

FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA OS MUNICÍPIOS DO ABC (%)

Origem / Ano	1979	1989	1994
Interior de S. Paulo	73,2	67,9	63,9
Paraná	5,6	4,6	6,6
Minas Gerais	4,8	4,6	4,9
Bahia	3,2	5,5	8,2
Pernambuco	3,8	4,6	1,6
Paraíba	2,0	4,6	4,9
Outros Estados	5,6	6,4	6,6
Outros Países	1,8	1,8	3,3

Fonte: IMES / Diário do Grande ABC, 1999.

Outra questão levantada a partir dos dados estatísticos dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, além da Contagem de 1996, é a de que se, por um lado, muito se discute a respeito de uma eventual “recuperação migratória” nos municípios da RMSP na década 1990, sobretudo no primeiro quinquênio (DEDECCA; CUNHA, 2002), o que afetaria de algum modo o ABC e, particularmente, Santo André; por outro, não há dúvidas de que foi intensa a

migração intra-metropolitana, e também intra-municipal, como aliás já foi salientado.

De acordo com a metodologia usada pelo IBGE na aplicação do Censo Demográfico 2000, em relação ao quesito migração foram investigados o município de nascimento, o tempo ininterrupto de residência no município e Unidade da Federação (UF) e o lugar de residência anterior a 31 de julho de 1995, tendo em vista a possibilidade determinar a migração recente (de menos de cinco anos). O inconveniente, para o caso de um espaço conurbado como é a RMSP, é que isso estrutura a idéia de migrante com base no município, o que nem sempre fica claro, principalmente para áreas limítrofes.

Os números obtidos para Santo André⁷⁴ de qualquer modo ilustram bem a atual situação do processo migratório no município e, conseqüentemente, da mobilidade do trabalho em regiões submetidas a tão fortes mudanças, como as que advêm da reestruturação produtiva, que é caso exemplar do ABC, na década de 1990.

Dos 649.331 habitantes computados no recenseamento de 2000, mais da metade, 336.153 responderam não ter nascido no município. Como se sabe, é grande a probabilidade de que o morador de Santo André tenha nascido em outro município do ABC ou da RMSP, o que é bastante comum, principalmente entre as populações mais pobres, residentes em núcleos habitacionais precários, na divisa de municípios.

Gráfico IV.6

ORIGEM DAS PESSOAS DE CINCO ANOS OU MAIS DE IDADE QUE NÃO RESIDIAM NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 31.07.1995 (MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaborado pelo autor.

* Exceto Estado de São Paulo.

⁷⁴ Cf. Microdados da Amostra Censo 2000, IBGE.

A suspeita de que existe uma intensa mobilidade intra-metropolitana, que figura como uma das tendências migratórias recentes, conforme é apontado por vários demógrafos, notabiliza-se nesse caso se pensar em avaliar a quantidade de mudanças de residência operadas em curta distância na região do entorno de Santo André — o que fica evidenciado na pesquisa realizada junto aos alunos da Escola Estadual “Dr. Américo Brasiliense”, localizada no centro da cidade, caminho ou destino para muitos que moram em Sapopemba e São Mateus, na zona leste de São Paulo, ou em Mauá, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Outro dado do Censo Demográfico 2000, que pode ajudar a compreender esta elevada mobilidade intra-metropolitana aponta para o fato de que dos 336.153 indivíduos que não moram no município desde que nasceram, 37,29% moram em Santo André a menos de 11 anos, e 57,94% têm até 20 anos de moradia fixada no município. Ou seja, de cada 10 moradores de Santo André, que nem sempre moraram no município (migrantes segundo conceito restrito do IBGE), seis fixaram residência a partir de 1980 e quatro a partir do final dessa década. No outro extremo, 11,57% têm 41 anos ou mais de residência em Santo André, sem interrupção.

Os números são bastante instigantes, mas exigem cuidados extras na interpretação, sobretudo por tratar de informações relativas a um espaço conurbado, e também pelo fato de serem resultado de uma pesquisa por amostragem, que carrega todos os vícios e erros de uma pesquisa amostral, como advertem Dedecca e Cunha (2002). Daí a necessidade de centrar esforços também na interpretação de outras pesquisas como a Pesquisa de Condições de Vida (PCV), realizada pela Fundação Seade, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), também da Fundação Seade, mas em associação com o Dieese.

No sentido contrário à interpretação relativa à alta mobilidade intra-metropolitana, está a resposta de apenas 4,3% dos que nem sempre moraram em Santo André declararem-se naturais do município. Tal interpretação no entanto também carece de uma base empírica, que um pouco escapou ao propósito dessa pesquisa. De qualquer modo, certamente nela poder-se-ia assentar a análise a respeito dos impactos da reestruturação produtiva e das crises conjunturais que marcaram os últimos 25 e 15 anos de história, já que há uma possibilidade desses acontecimentos terem “incidido diretamente e diferencialmente sobre os movimentos migratórios” (ARANHA, 2005, p. 83). No capítulo seguinte, isso será abordado de forma ainda circunstancial, mas no todo o resultado apresentado até aqui oferece algumas pistas importantes para encaminhamentos satisfatórios acerca dessa questão.

De resto, os números do IBGE ainda dão conta de que *dos considerados migrantes*,

52,1% são oriundos de outras UF's, o que totalizava em 2000, 167.529 pessoas. Os estrangeiros, por sua vez, eram 6.388 e os naturalizados brasileiros 1.297 (números que precisam ser mais bem avaliados, se se quer de fato entender como a globalização interfere nos fluxos migratórios).

IV.6. Conclusão

Ao estudar a reestruturação produtiva, uma das questões fundamentais refere-se ao trabalho e à sua tendência a tornar-se cada vez mais uma mercadoria descartável. Os trabalhadores como vendedores diretos da única mercadoria de que dispõem vão-se tornando mais e mais competitivos entre si, fazendo-se valer de seus diferenciais na luta por um espaço — o que há em comum entre eles passa a importar menos, o que implica um brutal enfraquecimento do potencial classista das lutas sociais. No limite da sobrevivência, a nova organização sistêmica baseada nos princípios da flexibilidade e do JIT, pouco ou nenhum sentido deixa para a solidariedade de classe. Há algo que impele a todos numa única direção: ser competitivos, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Obviamente isso também repercute na mobilidade do trabalho, intensificando-a e alienando-a em favor das exigências da competitividade do mercado.

EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE

“A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, *simultaneamente*, ser particular e ser genérico. Considerado em sentido naturalista, isso não o distingue de nenhum outro ser vivo. Mas no caso do homem, a particularidade expressa não apenas seu ser ‘isolado’, mas também seu ser ‘individual’. Basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade.”

AGNES HELLER, *O Cotidiano e a História*.

O que é o discurso, o que ele contém e o que revela? Da interpretação que parte Sader (1988, p. 57), o discurso, ao revelar a ação, assim o faz também em relação ao sujeito. Evidentemente, não se trata aqui do sujeito autônomo no sentido ideal, que em face das determinações externas consegue conformá-las a seus projetos. Mais do que isso, retoma-se aqui a proposição de Marx, recuperada por alguns autores como Kurz, acerca do *sujeito sujeitoado*. Assim é trazida para o centro da análise a fala do migrante, o relato de suas experiências, descobertas e inquietações diante do mundo que tende mais e mais a objetivar-se, negando as singularidades.

Aquilo que é dito e o que é escondido, aquilo que é louvado e o que é censurado, compõem o imagonário de uma sociedade, através do qual seus membros experimentam suas condições de existência... (SADER, 1988, p. 59)

Tendo em vista estas questões, durante o tempo desta pesquisa, entre julho de 2005 e dezembro de 2007, foi encaminhada uma série de entrevistas com o intuito de obter-se um quadro de referências no qual fosse possível abordar o tema da mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva, com o cuidado de que “o objeto empírico [não fosse] colocado num patamar inferior ao patamar das reflexões conceituais, mas [a estas se prestasse] como um corretor”, conforme propôs Heidemann em uma palestra sobre pesquisa de campo em setembro de 2005. De tal sorte, este processo de maneira prática ocorreu em dois momentos distintos.

O primeiro estendeu-se da fase inicial da pesquisa até mais ou menos a sua metade, e teve um caráter que se pode classificar de “informal” e “especulativo”. Buscava-se encontrar os nexos fundamentais da argumentação que aos poucos se desenvolvia. O seu caráter

“informal”, entretanto, não lhe tira a importância já que se constituiu como base para estruturação do passo seguinte. Ou seja, foi o momento em que começou a se delinear o método de abordagem.

O segundo momento foi definido por entrevistas feitas apenas com alunos da Escola Estadual “Dr. Américo Brasiliense” (“Américo”), que em agosto de 2007 estavam matriculados no terceiro termo da suplência, com idades entre 18 e 38 anos.

Preparadas de acordo com um roteiro adaptável às necessidades de cada uma das interlocuções, tais conferências tinham como objetivo estender a compreensão do processo migratório e suas interações com o conceito de *mobilidade do trabalho*. Procurou-se para tanto uma maior interação com os interlocutores, checando outras informações que pudessem ampliar o rol de perguntas inicialmente propostas, bem como esclarecer contradições e mesmo contemplar lapsos de memória, tão comuns quando se quer resgatar aspectos importantes de vivências pessoais.

V.1. A primeira fase de entrevistas

Da série de entrevistas feitas da primeira fase, três mereceram destaque especial: a de Maria Cristina⁷¹, realizada em setembro de 2005, em sua casa, no Jardim Bom Pastor, em Santo André, que pode ser considerada ponto de partida para todas as outras entrevistas e mesmo para a definição da pesquisa; a de Maria Clara, uma estudante de Pedagogia, moradora no Sítio dos Vianas, em Santo André, cujo primeiro contato foi estabelecido, em março de 2006, na “E.E. Paulo Emílio Salles Gomes”, para onde ela fora encaminhada para monitoria no Programa “Escola da Família”⁷²; e a de Maria Quitéria, moradora do Centro de Santo André, naquele momento matriculada no terceiro termo da suplência do “Américo”, e que estava, em fins de 2006, preparando-se para uma viagem de passeio “de três meses” a sua terra natal, no Ceará, mas que gentilmente tratou de atender ao pedido de entrevista, que se realizou em dois dias diferentes na própria escola.

⁷¹ Para assegurar a privacidade das pessoas que se dispuseram a contar um pouco de suas vidas, os nomes aqui apresentados são fictícios. Este foi de certo modo o pedido de algumas dessas pessoas.

⁷² O programa “Escola da Família”, criado em agosto 2003 pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, em convênio com a FDE (Fundação para Desenvolvimento da Educação), a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a Fundação Instituto Ayrton Senna, oferece bolsas para estudantes universitários matriculados em curso de graduação de Instituição Privada de Ensino Superior. Na prática, o programa implica a abertura das escolas da rede estadual de ensino aos finais de semana, “para ações com a comunidade”.

A escolha dessas “três marias” para a abordagem inicial da pesquisa de campo não teve outra razão senão a delas serem exemplos enriquecedores de três situações particulares que de alguma maneira explicam a condição da mulher migrante: duas são nordestinas (Maria Cristina e Maria Quitéria); duas são casadas e têm filhos (Maria Clara e Maria Quitéria); duas estão na faixa dos vinte e poucos anos (Maria Cristina e Maria Clara); uma parou de estudar tão logo completou o ensino médio (Maria Cristina); uma outra voltou a estudar depois de décadas (Maria Quitéria); e a outra, depois de alguns anos longe dos estudos, agora é universitária e sonha ser professora ensino básico.

Nas entrevistas evidencia-se a centralidade do trabalho na explicação dos deslocamentos humanos. É o desenvolvimento da produção capitalista que irá impulsionar essa mobilidade constituída historicamente, pois somente ela pode garantir a permanência e a expansão territorial desse processo.

Portanto, a busca de trabalho é o que dá significado ao deslocamento das pessoas de um lugar para outro. São as demandas da modernização que ditam o que é atrativo ou dispersivo na relação do migrante com os lugares. Afinal, quando se diz *migra-se em busca de trabalho*, na verdade, se quer dizer *em busca de quem queira ou precise comprar trabalho*. E isso implica tudo o que há de realmente essencial e contraditório no *moderno sistema produtor de mercadorias*, porque se:

de um lado, [ele] visa aumentar a utilização valorizadora do trabalho; de outro, atendendo à coerção da concorrência, [ele] visa ao aumento da produtividade, isto é, predominantemente, à substituição da força de trabalho humana por capital fixo “cientificizado” (HEIDEMANN, 2004, p. 33).

V.1.1. Maria Cristina

Maria Cristina chegou pela primeira vez a São Paulo em 1997, em meio a uma onda de desemprego que atingiria seu primeiro ápice dois anos depois (Gráfico V.1), e cujas causas inúmeras refletem-se na baixa capacidade das atividades produtivas gerarem novos postos de trabalho, ao mesmo tempo em que aumentava o efetivo de pessoas a procura de uma ocupação remunerada (particularmente mulheres, cada vez mais presentes na disputa do mercado de trabalho).

Entre 1996 e 1999, segundo informações do Dieese/Seade a taxa anual média de ocupação cresceu 0,6%, contra 2,3% da População Economicamente Ativa (PEA), com perdas significativas na indústria (4,2%) e na construção civil (7,8%), além da generalização da terceirização de atividades, antes gerenciadas pela própria empresa.

Maria Cristina “tinha apenas 16, quase 17 anos”, veio sozinha, “ou melhor, com mais duas amigas e um amigo”. Não conhecia nada, tinha apenas a referência de histórias e endereços de conterrâneos que já estavam em São Paulo. Morou em uma casa pequena alugada na Avenida Paranaguá, em Ermelino Matarazzo. Trabalhou numa “fabriquinha de confecções no Brás, uns oito meses, e quando não deu mais” voltou para Calçado, minicípio onde nasceu, localizado no Agreste pernambucano, na microrregião de Garanhuns, aproximadamente 207 km a sudoeste de Recife.

Gráfico V.1.

**MÉDIAS ANUAIS DAS TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL NA RMSP
EM % (PERÍODO DE 1988 A 2006)**

Fontes: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaborado pelo autor.

De fato, não havia conseguido “arranjar as coisas do jeito que tinha pensado”. Mas isso também não foi suficiente para privá-la do que, segundo dizia, era um sonho de menina.

Desde pequenininha ouvia dizer que São Paulo [...] era o lugar bom pra arrumar a vida. E como coragem nunca me faltou, juntei as roupas e vim atrás disso. [...] Eu queria uma vida melhor. Lá em Calçado não tem oportunidade de serviço, não tem quase nada. É tudo muito parado...

Corroborando o que disse a moça, os setores formais da economia desse município geravam, em 2005, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego e Relação Anual de Informações Sociais (MTE/RAIS) um total 361 empregos diretos para uma população de 6.747 pessoas entre 15 e 64 anos de idade (normalmente a idade ativa). Destes empregos, 331 compunham o quadro da administração pública ou autárquica, 15 do comércio, 6 do ensino e 9 dos demais serviços, incluindo transportes e comunicações.

Outros números do Censo Demográfico 2000 do IBGE (Resultados da Amostra) indicam um total de 6.195 pessoas ocupadas, o que significa menos 6 pontos percentuais de

peessoas incluídos no chamado mercado de trabalho formal. E mais, todos os empregos na agropecuária, que compõem 86,2% do total de pessoas ocupadas são considerados informais.

Enfim, nas poucas palavras, o jeito simples de Maria Cristina quis dizer o que lhe parecia natural: “vida melhor” era em São Paulo que conseguiria. Nem Recife, nem Rio de Janeiro. Nenhuma outra cidade lhe despertara qualquer interesse

Sempre achei que o que procurava eu ia encontrar aqui, sem necessidade de procurar ou tentar outro lugar. O que quero, posso realizar aqui. [...] São Paulo é o lugar onde se pode realmente começar a ser feliz.

Em 2001, segundo resultados da amostra do IBGE, o município natal de Maria Cristina tinha uma população de 11.709 habitantes⁷³, dos quais apenas 3.265 (27,9%) viviam na área urbana, contra 8.444 (73,1%) na área rural.

Eu morava na cidade, mas lá também não tinha nada pra fazer. O marido da minha mãe trabalhava na roça, mas quase nunca tinha trabalho, então, eu era uma boca a mais pra comer. Por isso ela não achou tão ruim que eu tentasse me ajeitar aqui em São Paulo.

Maria Cristina tinha 19 anos quando chegou pela segunda vez a São Paulo. Da experiência anterior queria apagar tudo, por isso veio para perto de outros amigos seus que moravam em Santo André e tinham emprego no comércio. Mas para ela não houve outra alternativa senão começar a “trabalhar na faxina”.

Mas logo subi e consegui um emprego com uma minha amiga num desses barzinhos que têm aí... A gente era garçone e as gorjetas até que ajudavam. O ruim é que não dava pra estudar, e eu sempre pensei nisso de terminar os estudos. Eu só tinha a 7ª. série e o trabalho era de noite. Bem no horário da escola...

Para quem chega a um lugar distante sem a família, as amizades constituem-se no apoio indispensável na luta pela sobrevivência. Nos momentos mais difíceis, são os amigos que acolhem na casa, cedem o lugar de dormir, dividem as despesas com as refeições etc.; isso permite avançar. Porque integrar-se ao novo lugar de convívio é conhecer seu ritmo de exigências e conveniências, deparar-se com a necessidade de transformações substanciais na forma de encarar os obstáculos.

Talvez seja isso o que explica a resposta breve e inequívoca diante da pergunta sobre o tempo que ainda pretendia ficar por aqui: “Minha vida inteira”. Contrapor-se à dúvida é uma das estratégias fundamentais da qual o migrante deve dispor para o seu projeto de vida; migrar

⁷³ A última informação dá conta de que, em 2007, Calçado havia chegado ao número de 11.854 pessoas (Contagem da População 2007, IBGE).

significa “conquistar”, migrar significa não exatamente o que é, mas principalmente vislumbrar *o que poderá ser*. Daí o discurso do migrante quase sempre misturar, de um lado, as motivações do passado que o levaram ao movimento e, do outro, as perspectivas do futuro que continuam a impulsioná-lo mesmo no local de destino.

Eu quero um futuro melhor, todo mundo quer. Eu não gosto de lugares parados e, como eu disse, lá onde eu nasci é assim. [...] Eu sei que São Paulo também não é fácil. [...] São Paulo é um lugar que exige muita responsabilidade; é só trabalho e pouco lazer, mas é melhor do que viver em Calçado.

A possibilidade de um retorno sem sucesso é tudo o que se quer evitar; nesse sentido a necessidade da reprodução constante e *para si* de uma idéia elementar que seja capaz de dirimir dúvidas, deixá-las para atrás, reafirmar a positividade do trabalho, e da condição de luta, “porque nada é fácil”, porque a vida exige uma disposição enorme e uma imensa capacidade de acreditar.

No projeto de Maria Cristina, além da cidade de São Paulo, “quase por acaso” surgiu Santo André, cidade que considerou mais organizada e bonita, “com os lugares de fazer as coisas sempre por perto”. Mas o que queria dizer com isto: “lugares de fazer as coisas sempre por perto”? A pergunta parece não ter outro caminho como resposta senão este mesmo: “Ora, lugar de trabalhar, de fazer compras, de se divertir...” A metrópole, para Maria Cristina, é tudo aquilo que ela esperava em termos de “opções de serviço [trabalho] e diversão”.

Quando inquirida sobre os tais lugares de diversão, seguiu simples e direta: “Ah, um monte de lugar. Só precisa ter dinheiro. Tem *shopping center*, tem um monte de lugar...” Por lhe parecer tão óbvio o que disse, seu rosto riu meio sem querer; aquela era uma pergunta desnecessária. Faz parte do processo da entrevista: em certos momentos o entrevistado parece saber precisamente onde o interlocutor quer chegar com perguntas inúteis. Mas é a reação de surpresa diante do óbvio que consiste no elemento ímpar proporcionado por uma resposta como esta, colhida no lugar comum.

No relato de Maria Cristina, a adaptação a São Paulo é igualmente tratada como uma coisa do destino. Eventuais desajustes entre os hábitos “de lá e de cá” foram encarados com parcimônia. Num processo inconsciente, mas sensitivo, ela parecia saber que a modernização mobiliza as pessoas, pois é na cidade que estão as maiores chances de emprego, e mesmo a pobreza aqui parece ter aquele quê de *menos pobreza*, porque convive lado a lado com a riqueza, e a comunicação mais intensa, sobretudo dos pobres da cidade que precisam se ajudar para continuar existindo, isso lhes afeta profundamente. Mesmo assim confirma: em São

Paulo, a violência e o individualismo das pessoas “é muito grande [...] a falta de união é que estraga”. Para ela, “aqui é cada um por si, ninguém se importa se o outro está ou não passando necessidade, cada um cuida da sua vida. Isso é uma das coisas piores de São Paulo”.

Buscou-se então mudar a pergunta: “Você gosta de trabalhar?” A resposta veio em dois pequenos tempos, com um lapso de tempo entre um e outro: “Adoro trabalhar... Adoro, mas falta tempo para gente se divertir. Falta tempo de lazer”⁷⁴. Ela estava trabalhando como ajudante de cozinha numa churrascaria do bairro da Saúde, em São Paulo. Disse não ter outra opção, e que por isso “inclusive” teve de concordar em trabalhar sem receber por hora extra e assinar uma espécie de *concordo*, nos termos exigidos pelo patrão. “Ele disse que era para não dar problema depois”.

Católica de batismo, mas não praticante, contou ter ido à missa pela última vez “há mais de um ano”, por estar passando por um momento difícil e precisar de “uma ajuda espiritual”. Disse ainda, com certo orgulho, que tem o ensino médio completo e gostaria de fazer faculdade — “turismo, quem sabe?” —, mas que não acreditava nisso, pois lhe faltam recursos monetários, além de uma formação melhor para enfrentar “o nível alto do vestibular”. Por isso mais uma certeza singela, uma resignação de quem não quer alimentar o impossível: “Isso é só sonho!” Seu histórico escolar registra passagens por escolas públicas, em Pernambuco, até a 4.^a série, e, da 5.^a série em diante, em São Paulo, sendo que a partir da 7.^a série cursou suplência no período noturno. “Aqui achei o ensino um pouco mais difícil que o de lá, mas só um pouco”.

Em Santo André, chegou a manter uma vida conjugal “entre 6 e 7 meses do ano 2000 para 2001, mas não deu certo”. Por não terem tido filhos, “isso facilitou as coisas na hora de separar. A vida é assim: tem hora que tem que ir cada um pro seu lado”.

A separação, por sinal, é uma constante na vida de Maria Cristina. Em 2006, quase um ano após a entrevista, ela foi embora para o Recife, onde passou alguns meses cuidando de um restaurante próximo à praia, até ir para a Europa com a irmã que é casada com um alemão. As últimas notícias que se tem foram obtidas no Orkut (rede social filiada ao Google da

⁷⁴ As 54 horas de trabalho semanal a que se submetia Maria Cristina quando da entrevista, decerto impunha limites a suas convicções mais otimistas. Vale lembrar que *cf.* disposto no art. 7º., inciso XIII da Constituição Federal, a “duração do trabalho normal” não deve ser “superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”, isto significa que todas as horas que extrapolarem os limites ali estabelecidos deverão ser consideradas como horas extras e como tal deverão sofrer um acréscimo de “no mínimo” 50% (inciso XVI). Tal determinação é sistematicamente descumprida em várias atividades ligadas ao comércio, o que caracteriza a “precarização do trabalho” apoiada num mercado de trabalho que conta com uma farta oferta de mão-de-obra sem qualificação para pouquíssimas vagas disponíveis.

internet), e dão conta de que atualmente ela está morando em Recife, mas antes morou uns meses em Garanhuns.

V.1.2. Maria Clara

Em junho de 2006, foi realizada a segunda entrevista cujo registro também foi bastante importante para o desenvolvimento da pesquisa e suscitou informações que ajudaram a interpretar melhor a questão da *mobilidade do trabalho*, a considerar que esta constitui o modo de compreender como se dá a submissão do trabalho ao capital. Porque, tudo o que o capital precisa é de “uma mobilidade tanto mais perfeita quanto os homens se situarem mais perto de um dos pólos da cadeia social que constitui a relação capitalista de conjunto” (GAUDEMAR, 1977, p. 343).

A entrevistada, Maria Clara, à época com 25 anos, é casada, mãe dois filhos, e natural do município mineiro de Engenheiro Caldas, localizado na Microregião de Governador Valadares, cerca de 289 km a nordeste de Belo Horizonte. De acordo com estimativas do IBGE, sua população é de 9.799 habitantes (ano-referência 2007). Sua pirâmide etária (Gráfico V.2) é constituída de uma base larga mas já com uma visível tendência para o estreitamento, em razão da queda da taxa de natalidade. 42,12% de sua população tem de zero a 19 anos; 46,88 entre 20 e 59 anos; e 11% tem 60 ou mais de anos idade. O desnível maior entre a faixa de 10 a 19 anos para a faixa seguinte é justificável pela intensificação do fluxo emigratório nas faixas entre 20 e 40 anos. Note-se ainda que este desnível é relativamente maior entre homens na passagem da faixa de 10 a 19 anos para a de 20 a 29 anos.

Gráfico V.2

PIRÂMIDE ETÁRIA DO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS (MG)

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas, 2007.

No relato de Maria Clara uma história de *deslocamentos* com ênfase no roteiro Minas-São Paulo, São Paulo-Minas, ora como passeio, ora como moradia, trabalho ou saudade, porque afinal, dizia ela, “a mãe ficou lá em Minas; não se acostumou à vida daqui”. A menção genérica à São Paulo surge como um dado, uma sugestão do *senso comum* que define no subtexto a idéia de região. Nesse caso, o ABC, e em especial Santo André, é apenas uma parte do todo que está implícito na compreensão do que seja a RMSP; assim, a expressão não diferencia as partes do todo: ora se refere a Santo André, ora ao ABC, ora à metrópole. Em outros momentos, Maria Clara, refere-se à idéia de lugar. “Não gosto desse lugar, apesar de ter passado a maior parte da minha vida nele”. A noção de lugar, mesmo assentada também na impressão do *senso comum*, tem aquilo que Souza (1997) define como *lugar da coexistência*.

Quando criança, eu morava em sítio, onde minha mãe era caseira. Eu cheguei em Santo André ainda muito pequena, com minha mãe, meu irmão e duas irmãs ainda não casadas. O homem que vivia com minha mãe veio de enxerido; ele vivia seguindo ela. Então, o primeiro lugar onde a gente morou foi o Sítio dos Vianas⁷⁵, porque era onde dava pra morar, na casa da minha irmã mais velha. Depois minha mãe comprou um barraco numa favela que eu não me lembro mais direito onde fica... Sei que era ali entre a Vila Suíça e o Condomínio Maracanã...

Entre a primeira vez que veio para Santo André, em 1989, e seu retorno a Engenheiro Caldas passaram cinco anos. E foi por uma série de motivos que retornou. Se viera acompanhando a mãe e os irmãos mais velhos, “porque ainda era criança”, a volta à sua cidade natal fora marcada um pouco pela contrariedade. A mãe, que dizia não ter se adaptado à cidade grande, tinha motivos de sobra para querer ir embora, “principalmente por causa do maninho”. O irmão sempre foi o aliado mais forte de Maria Clara, “quase um herói”, de quem ela narra *deliciosas memórias* da infância.

A mãe achava que ele tava se envolvendo com gente ruim, essas coisas que tem por aqui. Você sabe... Sabe aquela história de sempre? Não tem trabalho, vem um amigo e oferece uma oportunidade de ganhar dinheiro fácil e ainda, como eles dizem, *curtir um barato* [...] Minha mãe morria de medo que ele acabasse tendo um problema mais sério, por isso. Então, o jeito foi voltar pra Minas. Lá, ela sabia que era mais fácil de controlar. Voltamos, mas as minhas duas outras irmãs ficaram por aqui mesmo.

⁷⁵ O Sítio dos Vianas é classificado como um típico assentamento precário. Pelos critérios técnicos da prefeitura andreense, define-se como assentamentos precários “todas aquelas áreas que demandam a ação do poder público quanto ao atendimento de necessidades habitacionais, e que tenham as seguintes características: delimitação precisa no tecido urbano, que se distinga do entorno quanto às suas características físicas e sociais; ocupação inequívoca e majoritária por população de baixa renda; ausência de regularidade fundiária e/ou de prévia aprovação nos órgãos públicos, ou quando esta última acontece, implantação em desacordo com o projeto aprovado” (Sumário de Dados 2006, p. 106). Sua ocupação remonta o período final da década de 1970, quando foi particularmente ativa participação do pessoal das antigas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

A causa do retorno — o desvio do irmão para o mundo da delinquência, justo numa fase difícil como é a dos 15 aos 17 anos —, é plausível, mas incide como superficialidade na análise das questões mais amplas, como sugere o tema dessa pesquisa. A *mobilidade do trabalho* é condição de valorização do capital, e “consegue unificar num mesmo conceito a multiplicidade das formas de existência da força de trabalho, que os predecessores [de Marx] tinham arrumado sob várias rubricas, divisão do trabalho, migrações etc....” (GAUDEMAR, 1977, p.347). O *status* de “livres” no sentido jurídico, ou mesmo naquele sentido de *poder decidir para onde e quando migrar, ou quando voltar*, é redefinido aqui como *submissão* “à lógica de um sistema de igualdade formal estrita de indivíduos abstratos, os quais de alguma maneira aparecem como átomos de um processo que, frente a eles, se autonomiza” (KURZ, 2005).

A segunda vez que Maria Clara migrou para Santo André foi em 1996, quando tinha 15 anos; veio sozinha para morar com uma das irmãs casadas, “a irmã do meio”, novamente no Sítio dos Vianas. Ela contou que sua decisão em parte se devia a um caso amoroso que, em verdade, não ficou bem esclarecido. O rapaz foi para os Estados Unidos “ganhar dinheiro” e pediu para que esperasse até voltar que eles se casariam. Maria Clara não quis esperar, “queria estudar e conhecer gente, rever os amigos do Sítio...”

Das cinco irmãs que tem, três moram nesse mesmo bairro, o Sítio dos Vianas, sendo que uma delas, quando foi feita a entrevista, era recém-chegada de Engenheiro Caldas, enquanto a outra (a mais velha) foi “mais ou menos uma pioneira na formação do Sítio”. Já a “terceira menina”, chegou a Santo André apenas em 2001, e foi morar com Maria Clara.

Na verdade ela é uma “meia irmã”, porque não é irmã de sangue, mas isso não importa. Ela é filha do atual marido de minha mãe. [...] Agora ela já tem 16 anos e ajuda a cuidar das crianças e organizar as coisas de casa. Faz colegial à noite. [...] Tenho ainda uma quarta irmã que mora no Rio Grande [da Serra], mas que nos últimos doze meses também morou no Sítio e em São Caetano. Ela vive um pouco assim numa história de juntar e separar. Já a quinta irmã, ela veio acho que em 95, logo que casou. O marido tinha um emprego numa fábrica, em São Bernardo...

Seu irmão, depois de voltar a Engenheiro Caldas, transitar por empregos na região de Valadares como ajudante de pedreiro, ou mesmo na roça, ou ainda como caseiro, juntou economias, combinou com a mãe, empenhou a casa em favor de agenciadores e viajou para os Estados Unidos, onde reside e trabalha clandestinamente, desde 2003, na área de construção civil. Lá também estão um outro irmão de Maria Clara, um primo, uma prima, e outros conhecidos e amigos de infância.

Em Engenheiro Caldas as crianças nascem sonhando em ir pros Estados Unidos. É todo mundo que pensa assim. É a coisa mais comum querer ir pros Estados Unidos. Eu mesma, algumas vezes pensei, meu irmão já chamou, uma prima chamou. Não sei por que sorte eu não fui.

A propósito, a rota migratória de Governador Valadares para os Estados Unidos constitui-se um importante fluxo desde a primeira metade dos anos 80, quando começaram a se consolidar as redes sociais cuja existência é fundamental para a emigração. Como afirma Tilly (1990), o migrante não pode ser considerado um *Self Made Man*, ou seja, aquele que parte do nada para tornar-se um vencedor na terra distante, rompendo sozinho todos os obstáculos, até o triunfo. Não são as escolhas pura e simplesmente expressão de uma liberdade total; há que se pesar as estruturas do sistema, o contexto social a partir do qual as redes surgem, assim como articuladores dos processos gerais por demanda de trabalho.

Como acontece no caso do irmão de Maria Clara, a maioria dos emigrantes de Valadares nos Estados Unidos mantém-se em contato com suas famílias na cidade de origem, para onde remetem boa parte do que ganham, dinheiro este normalmente convertido em investimentos no comércio e na construção civil (SIQUEIRA, 2004, p. 4).

A entrevista começou a ser preparada dois meses antes, quando se deu o primeiro contato com Maria Clara. Não houve grandes dificuldades de estabelecer o vínculo de confiança necessário, porque a entrevistada já era conhecida de algum tempo, e isso garantiu a tranquilidade para revelar uma história complexa e cheia de considerações que tão bem ilucidam alguns dos aspectos marcantes da geografia da população brasileira. Mesmo assim optou-se pela cautela, deixando que o momento efetivo da entrevista ocorresse com relativa naturalidade.

Estabelecido o vínculo, definiu-se com Maria Clara os pontos que eventualmente pudessem gerar constrangimento, tentando isolá-los e passando ao procedimento da fala livre. Optou-se também por não usar gravador, favorecendo a anotação apenas de algumas partes da entrevista ou de falas mais marcantes para evitar excessivas formalidades e perda de ritmo.

V.1.3. Maria Quitéria

A terceira entrevistada, Maria Quitéria, é uma cearense do município de Limoeiro do Norte, localizado na região do Baixo Jaguaribe, 203 km a sudeste de Fortaleza. Aluna da suplência do “Américo”, ela se autodenomina “uma mulher com mais de 50 anos, mas cheia de vitalidade”. Casada, mãe de dois filhos, chegou a São Paulo em 1974. Morou no Parque

São Rafael⁷⁶, bairro da periferia paulistana, e também em Santo André; já no final dos anos 80, morou em Dracena, no interior de São Paulo.

A idéia de migrar para o “Sul”, segundo o seu relato, em parte começou com ela classificou como uma “tragédia” que afetou a família, à época “com muitas posses”. Era o ano de 1973, ela conta:

À noite veio um sonho, como uma premonição. Engraçado, mas eu vi tudo aquilo que depois aconteceu. Na manhã seguinte e ainda por muitas horas a chuva forte veio e devastou plantação, matou toda a criação e transformou tudo num lamaçal. [...] Depois disso, acabaram as regalias que a gente tinha, principalmente eu que era adolescente, que estudava em escola particular e tudo, que não trabalhava e que tinha muitas roupas boas. Minha mãe chorava e meu pai recolhia na lama o que ainda dava pra aproveitar...

Mas a gota d’água, o que fez Maria Quitéria de vez partir de Limoeiro do Norte “foi o amor”, uma história de traição que, como num filme, a levou para o “lugar mais longe possível”. Chegou a São Paulo em setembro de 1974; de pronto foi morar na casa de um irmão, que era operário na Volkswagen, não soube precisar bem, “há uns três ou quatro anos”.

Ele morava no Parque São Rafael [...] Eu, no começo, estranhei um pouco o frio, mas, com o apoio dos amigos e da família, e também porque sempre fui uma mulher determinada, acabei superando logo as dificuldades. [...] Era um tempo em que era bem mais fácil arrumar serviço. E eu também nunca fui de ficar chorando pelos cantos... Fui atrás e consegui um emprego de auxiliar de escritório. Até 1979, trabalhei em duas firmas, depois casei, e como meu marido, que era representante de vendas, ganhava bem e não queria que eu trabalhasse, eu saí do emprego e passei a só cuidar da casa. [...] Depois vieram os filhos e tudo voltou a ficar meio complicado.

Em que pese todas as dificuldades vividas, a situação da família, economicamente prosperou pelo menos até o final da década de 1980, quando o marido perdeu o emprego.

Como arranjar trabalho tinha ficado difícil, ele resolveu pegar o dinheiro do Fundo de Garantia⁷⁷ e comprar uma mercearia em Dracena, no interior, onde ele tinha parente. O negócio até tava indo bem, apesar de muita compra fiado. Foi então que o Collor pegou o dinheiro de todo mundo e nós ficamos falidos. Adeus bons tempos.

Assim, os anos seguintes foram marcados pelo retorno a São Paulo, onde passaram a alugar casas mais baratas, e a sujeitar-se a condições de trabalho mais precárias. O salário do

⁷⁶ O Parque São Rafael localiza-se no extremo sudeste do município de São Paulo. Seu loteamento e ocupação teve início nos anos 60, quando se formaram os primeiros núcleos, vilas e bairros operários que cresceram em função do gigantesco afluxo migratório de trabalhadores vindos tanto do interior como de outros Estados, atraídos pelo *boom* de industrialização do ABC.

⁷⁷ FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

marido, no novo emprego era bem menor do que o da época quando se casaram, por isso Maria Quitéria teve de sair para “trabalhar fora”.

Trabalhei até em casa de família. Depois trabalhei como vendedora da Yakult, subindo e descendo as ruas debaixo de sol e de chuva. Mas assim, pude criar meus filhos. E acho que o sacrifício valeu, pois hoje eles fazem faculdade, quer dizer, estão bem encaminhados. Agora é com eles. A gente ajuda no que pode...

À época da entrevista, ela e o marido, mais os dois filhos “já grandes” estavam morando em um apartamento alugado no centro de Santo André. O marido é aposentado e ela aproveitou “o tempo sobrando” para voltar a estudar. Estava se preparando para uma “viagem a passeio” à sua cidade natal. Disse que um dos seus sonhos era um dia desses poder voltar para lá. “Porque, com os filhos criados, é hora de aproveitar a vida...”

O depoimento registrado a partir dessa entrevista, permite inúmeras interpretações sobre o que é o migrante, sobre as relações que se estabelecem entre ponto partida e ponto de chegada, a questão da adaptação e a auto-imagem constituída como meio de desafiar o mundo estranho, e outras questões que entretanto não são objetivo dessa dissertação. Sucinto em alguns momentos, e aparentemente óbvio noutros, o depoimento de Maria Quitéria expõe as contradições de um período histórico de transição, cujas interferências são múltiplas na economia, na política e na geografia das populações, no ir e vir, na ilusão provocada pelo fetiche da mercadoria e da auto-realização.

Considerou-se, no entanto, a necessidade de a partir desses três primeiros relatos sistematizar e anotar os pontos-chave dos depoimentos, cruzar tudo isso com o que se tem objetivamente em termos de pesquisa estatística, análises conjunturais e a própria idéia de crise tão presente como observação e crítica.

V.2. A segunda fase de entrevistas

A segunda fase de entrevistas orientou-se pela perspectiva da *mobilidade do trabalho*, ou seja, a mobilidade forçada pela lógica de acumulação capitalista, como propôs Gaudemar (1977), com ênfase na idéia de que não se migra propriamente por melhores salários, mas para atender aos apelos do capital.

É óbvio que tais questões já haviam sido abordadas na fase anterior, porém o processo pôde ser ampliado com a sistematização, em face do roteiro de questões que abriu caminho para o entendimento do problema das tendências migratórias, no caso específico de Santo André, mas também o conjunto de relações que determina o momento do “novo liberalismo”.

Todas as entrevistas foram feitas no “Américo”, no período noturno, no segundo semestre de 2007, e contaram com a colaboração espontânea dos alunos, que se dispuseram a responder sem grandes embaraços às questões formuladas e outras que foram surgindo à medida que a entrevista avançava.

Na “amostra” três mulheres e dois homens, sendo três oriundos de estados nordestinos (Dora, Railde e Juracy) e dois de estados do Sul (Laura e Flávio); duas voltadas para trabalhos em *casas de família* (Dora e Railde); outra para o comércio formal (Laura); outro para o comércio informal (Juracy), e o último para o setor autárquico público (Flávio). Todos de alguma forma afetados nos anos 90 e 2000 pela onda reestruturação que atingiu o ABC e transformou profundamente o mercado de trabalho.

V.2.1. Dora

A primeira entrevistada, Dora, de 23 anos, durante a semana mora no Centro, “no apartamento da patroa”, onde disse trabalhar como *dama de companhia*; nos finais de semana mora com a irmã, no Jardim Bom Pastor, também em Santo André.

Natural de Casa Nova, município baiano, localizado 572 km a noroeste de Salvador, na Microrregião de Juazeiro, Dora chegou a Santo André, em 1999, para morar com a mãe, que é separada do pai, e que já estava no ABC há oito anos, aproximadamente. Dos seis irmãos, três moram em Santo André — quatro, contando com ela — e outros três na Bahia. Dos que permanecem em Casa Nova, dois são casados e um é solteiro. A irmã de 27 anos e o irmão de 26 têm vontade de vir morar em Santo André, mas uma série de dificuldades, entre as quais o medo de não conseguir emprego, segundo Dora, os faz vacilantes.

O ABC paulista, um dos mais dinâmicos pólos da economia brasileira, já foi num passado bem recente mais atrativo para quem vinha de outras regiões do país em busca de trabalho. Nos últimos anos, entretanto, vem passando por um processo de reestruturação produtiva que, especialmente ao longo da década de 1990, provocou o fechamento vários postos de trabalho, a partir da intensificação das políticas neoliberais, cujo resultado foi o deslocamento de um número considerável de fábricas para outros municípios e Estados, além da falência de muitas outras em razão da perda de competitividade.

Por outro lado, os maciços investimentos em tecnologia inovadora aplicada à grande indústria do ABC tende a aprofundar a crise que atinge diretamente os que vivem da venda de sua força de trabalho: a *crise do emprego*. Evidentemente trata-se de uma das faces da crise estrutural que se põe à mesa dada a finalidade espúria dos processos produtivos. Com ela, o

ABC tornou-se um espaço menos efetivo no que se refere à capacidade de atrair e manter migrantes, embora a *mobilidade do trabalho* se intensifique, tanto em nível setorial como geográfico. A contradição exposta está no fato de que o desenvolvimento econômico não produz na mesma medida a contrapartida de empregos, apesar de acenar com alguma esperança — especialmente em momentos de relativa prosperidade.

Esperança que trouxe Dora e seus irmãos a Santo André para ter trabalho e uma possibilidade de ascensão social; e em certa medida também uma outra esperança que tem segurado ou mesmo feito retornar inúmeros nordestinos à sua terra natal, desde a implementação de programas sociais como o Bolsa Família⁷⁸ e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Pois isso mobiliza, isso espalha a idéia das *possibilidades*.

Veja-se o exemplo: na Microrregião de Juazeiro, onde Dora nasceu, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), beneficiou vários pequenos produtores, através do apoio à criação de cabras, cultivo de milho e mandioca e à produção de mel, em 2007. Tais iniciativas, embora seja difícil de mensurar tendem a reduzir a perda populacional dos municípios contemplados, fato que os números ainda não indicam ser significativo⁷⁹. Uma imobilização relativa da força de trabalho, em tempos de desemprego, com apoio de programas sociais, em certo sentido, atende mais à urgência do combate à barbárie que cada vez mais caracteriza os espaços urbanos.

Vale portanto dizer que programas sociais como estes e, em particular, o Bolsa Família, de clara *inspiração keynesiana*, partem da idéia de que

o gasto governamental, assim como o privado, gera, no conjunto da economia, por seu efeito multiplicador, renda de valor maior do que o do gasto realizado. Isso acontece porque as compras que o governo efetua resultam em novas demandas para as empresas que, ao aumentarem sua produção, elevam os pedidos juntos a seus fornecedores, uns e outros aumentando o nível de contratação de trabalhadores. Esse processo tem continuidade na cadeia produtiva, tanto das empresas inicialmente beneficiárias da maior demanda estatal, como daquelas vinculadas ao consumo dos trabalhadores e dos demais segmentos da população que aumentaram sua renda (MARQUES, 2005, p. 3).

⁷⁸ O Bolsa Família, que integra o Programa Fome Zero, lançado em 2003 pelo Governo Federal, consiste numa forma de ajuda financeira às famílias mais pobres do país, desde que estas mantenham seus filhos na escola e com a carteira de vacinação em dia. Com isso, busca-se quebrar o círculo vicioso da extrema pobreza que passa de pai para filho, já que em tese interfere positivamente na questão da escolaridade.

⁷⁹ Na região do Baixo Médio São Francisco, da qual faz parte o município de Casa Nova e a Microrregião de Juazeiro, dados do IBGE, comparando as migrações de retorno dos imigrantes com 5 anos ou mais, nos períodos de 1986 a 1991 e de 1995 a 2000, indicam um crescimento de 55,6% de um período para outro. No Estado, o percentual de crescimento desse tipo de migração foi de 79,3%.

No caso de Dora, que chegou a Santo André com 14 anos de idade, num tempo em que o programa Bolsa Família ainda não existia, as questões são outras, embora igualmente importantes, tendo em vista as dificuldades de estudar e todo o conjunto de restrições do qual são vítimas as famílias de baixa renda, e que definem em boa parte o futuro das pessoas.

Lá, eu fiz só a terceira série primária, também porque era muito difícil, eu morava no interior e era muito longe a escola, então eu tinha aquela dificuldade pra ir até a escola, e eu tinha que acordar às cinco da manhã pra chegar às sete na escola, e era muito difícil... Também tinha que trabalhar pra ajudar meu pai, que não tinha ótimas condições de vida. [...] Meu pai vendia confecções e eu ajudava sempre. Sempre estava ajudando ele. Eu e meus irmãos. Nós morávamos num sítio bem próximo da cidade. Aí, meu pai ficava na roça trabalhando e a gente ficava vendendo. Lá era um povoado onde a gente morava. A gente ia vender nos povoados mais próximos, pras pessoas que já eram clientes, que já eram acostumados a comprar. E a gente ficava sempre ajudando ele.

Assim, Dora lembra de um pequeno sítio de propriedade da avó paterna.

[...] O sítio, na verdade, era da minha vó. A minha vó tinha criação de gado e, como se fala?, de bode e cabra... Mas, nessa época, minha vó já não tinha mais criação de gado, era só bode mesmo. E foi ficando cada vez pior, e cada um foi procurando um jeito de melhorar de vida, de ajudar a sair de lá pra procurar algo melhor quem não podia mais...

Da chegada a São Paulo, Dora apenas lembra que ficou um pouco impressionada, mas que gostou. Gostou do movimento, achou muito bonito, principalmente Santo André. Mas desde o início sabia que a adaptação exigiria um esforço a mais, que era voltar à escola. Por isso tão logo chegou decidiu matricular-se: estudou primeiro no CEAR⁸⁰ da Vila Floresta, junto com crianças quatro ou cinco mais novas. Depois fez a 5ª série na Escola Estadual “Profa. Nadir Lessa”, mas novamente teve de parar de estudar, desta vez por causa do trabalho.

Primeiro, eu trabalhei no banco [...] Eu era auxiliar de balcão no Banco Itaú... Foi na época que eu tive que parar de estudar porque eu chegava em casa muito tarde. Eu chegava às seis e meia, seis e quarenta... Não dava tempo de tomar um banho, de comer alguma coisa, e então eu tive de parar de estudar. E eu fiquei um tempão parada, depois eu voltei, fiz a 6ª série, parei de novo, porque eu mudei de trabalho, mas depois, acho que uns dois anos, eu voltei de novo, aí fiz 7ª e 8ª, foi na suplência também do “Nadir Lessa”, e o 1º colegial eu fiz aqui no “Américo”, no ano passado...

Durante a entrevista, foram bastantes as vezes em que Dora reforçou sua convicção em São Paulo e no ABC, em especial. Por várias razões, ela disse que se fosse preciso

⁸⁰ O CEAR (Centro de Educação e Atividades Recreativas), hoje recebe a denominação de CESA (Centro Educacional de Santo André).

convenceria seus amigos a mudarem-se para São Paulo; seja pela facilidade de arranjar um emprego, seja pela facilidade de achar uma escola para estudar, seja pelas diversões, tudo em São Paulo lhe parece melhor. Apesar disso, considera que encontrar trabalho foi uma das suas maiores dificuldades, assim que chegou da Bahia.

Pra mim trabalhar, no começo, também foi difícil, porque eu não tinha, assim, carteira assinada, eu era *de menor* também, e eu tinha uma certa dificuldade. Ninguém queria pegar alguém *de menor* pra trabalhar. Então acho que essa foi a maior dificuldade que eu tive quando cheguei aqui.

V.2.2. Railde

Railde é uma baiana de 18 anos; mais um daqueles exemplos de “menina nova” que veio para a cidade grande em busca de trabalho e ao mesmo tempo aliviar a despesa da família pobre e, provavelmente, mais adiante, contribuir para o sustento dos pais, que ficou ou voltou para o Nordeste.

No momento em que foi entrevistada, Railde contou morar em Diadema, no Bairro do Campanário, mas que trabalhava em Santo André...

Passo a semana inteira em Santo André, que é onde eu durmo. [...] De semana eu durmo em Santo André, na casa dos meus patrões, e de fim de semana em Diadema, na casa do meu irmão, onde moram também uma prima e um colega pernambucano. [...] Eu durmo no serviço porque tenho de estudar e aí não dá tempo de voltar pra casa. Se for voltar, eu vou chegar uma hora da madrugada, e aí já não tem mais ônibus pro meu bairro. Nesse caso, eu fico aqui mesmo.

Quando solicitada a falar do seu trabalho, Railde referiu-se de maneira irônica à sua função na casa dos patrões: “Bom, eu trabalho de tudo. Eu sou doméstica, eu sou babá, sou faxineira... Eu sou tudo”. Nessa atribuição de *ser tudo*, disse não ter idéia de qual seria o tamanho de sua jornada de trabalho. Sabe apenas que começa às seis da manhã e vai até a hora que sai para escola, mais ou menos às seis e meia da tarde.

Mas eu já cheguei a trabalhar da seis e meia da manhã a uma da madrugada. Já trabalhei das sete da manhã à meia noite. Eu não tenho um horário assim. Eu tenho hora de entrar, mas pra sair eu não tenho horário. É aquela coisa...

Nascida em Salvador, mas registrada em Boa Nova, município da Microrregião de Vitória da Conquista, localizado 480 km a sudoeste da capital, foi lá que Railde passou a maior parte dos anos de sua vida, sempre na área urbana. “Mas, lamentavelmente, lá não tinha muito o que fazer”. As histórias e os motivos dos deslocamentos parecem repetir-se com a

mesma ladainha do “lugar parado” da “vida que precisa ir para frente”, como um discurso que não cabe outra escolha senão a busca de uma vida agitada, pois só essa dá sentido.

Em Diadema, Railde, além do irmão, mora também com uma irmã casada. Ambos têm emprego no setor de serviços. Quanto ao pai, a mãe e os avós, “todos moram na Bahia”.

Meu pai e minha mãe vieram pra cá no fim do ano passado [2006] e ficaram até fevereiro, de dezembro a fevereiro, porque a firma do meu pai foi transferida pra cá, aí pela idade dele, ele teve que voltar porque pra firma ele já tinha ultrapassado a idade de trabalho, então ele foi pra Bahia de volta. [...] Minha mãe tem 52 anos, e o meu pai tem 49 anos. Eles não são aposentados. Meu pai vive de bico. Ele tem um barzinho e faz bico de pedreiro e eletricista. Só que lá ele não tem muito serviço. É uma cidade pequena, pouco mais de... não sei quantos habitantes. É assim... cidade pequena não tem recurso pra poder trabalhar. Aí, é assim... Um vizinho chama pra poder colocar uma lâmpada... ele já levantou até uma casa... qualquer coisa pra ele é normal. [...] Quanto a ir pra Salvador, tentar emprego, ele não vai. Porque ele não deixa minha mãe. Também, na idade dele já não tá mais atualizado, na idade dele já não dá mais pra trabalhar registrado...

Na fala de Railde, a presença de São Paulo como mito, a cidade vista de lá de Boa Nova é que lhe deu o suporte necessário para subir no ônibus e vir. Antes, esteve em Salvador e Vitória da Conquista, até que chegou ao ABC, em julho de 2006.

Bom, foi uma coisa que eu diria assim maluca, porque deu uma vontade de vir pr’aqui porque achei que ia ficar melhor pra trabalhar, pra estudar, pra tudo. Aí, eu vim com um primo meu que tava de vinda pr’aqui, aí eu saí do meu emprego, com um pouco do dinheiro que tinha recebido do meu outro emprego, e vim direto. [...] Por que aqui? Ah, primeiro porque meus irmãos já moravam aqui e era mais fácil pra mim poder arrumar emprego. Eles já conheciam várias pessoas e tal. E São Paulo porque a gente sempre fica com aquela de idéia de “São Paulo, São Paulo”. A família sempre “São Paulo, São Paulo”, e a gente fica com isso na cabeça... E também já tive vontade de ir pro Rio, passar uma temporada de uns seis anos, mais ou menos, mas eu não sei se agora dá. Infelizmente, meu irmão ainda é responsável por mim...

Quanto à Vitória da Conquista, Railde disse que sua impressão é de ser um lugar onde “faltam oportunidades maiores”. Comparativamente, de acordo com os dados do IBGE, em 2000, observa-se que a população de Boa Nova era de 18.340 habitantes, enquanto Vitória da Conquista era de 237.299 habitantes. Considerando todo o Sudoeste Baiano, em seus 38 municípios, 53.676 imigrantes intra-estaduais residentes na região, com 5 anos e mais, no período de referência de 1995 a 2000, 15.078 viviam em Vitória da Conquista, ou seja, 28,09%, contra 1,71% de Boa Nova — números que não deixam dúvida da capacidade mobilizadora muito maior de Vitória da Conquista sobre Boa Nova, mesmo que isso não seja suficiente para mudar o ponto de vista de Railde.

Com um PIB de quase 1,8 milhão de reais, a preço de mercado corrente em 2005, Vitória da Conquista tem a maior parte de sua riqueza gerada nas atividades de serviço (Gráfico V.3), o que normalmente implica remuneração baixa, e talvez seja esse o sentido do comentário de Railde a respeito das “oportunidades”.

Gráfico V.3

COMPOSIÇÃO DO PIB DE VITÓRIA DA CONQUISTA (2005)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (Elaboração própria)

Por outro lado, a presença muito restrita de uma classe média com bom poder de consumo em Vitória da Conquista pode ser avaliada como sendo um fator relevante na opção de Railde migrar para mais longe. Afinal, é muito conhecida a extensão do mercado de trabalho para domésticas em grandes metrópoles, e em especial nas de alto poder aquisitivo, como é São Paulo e ainda mais o ABC paulista que conta com uma sociedade cujo padrão de consumo se mostra bem acima da média brasileira. Daí a fala segura de Railde.

Não é aquela coisa assim de você entrar numa loja e vai trabalhar tanto tempo... Eu não gostava de lá, uma porque não tinha curso nenhum, não dava pra mim pegar uma loja assim... E aqui, até eu completar 18 anos e fazer meu curso eu podia estar numa casa de família. Lá é muito difícil casa de família. Lá você trabalha muito, muito mesmo, e ganha muito pouco. Uma doméstica lá é raríssimo ganhar um salário mínimo. Então, aqui eu achei melhor, porque pelo menos eu ia trabalhar... Trabalhar muito até eu completar os meus 18 anos, ia receber um salário, poder fazer meus cursos e tal. Por isso eu achei que aqui seria melhor.

Trabalhar em uma casa de família era a idéia de Railde desde quando seu irmão veio para São Paulo. Foi quando ele arranhou um trabalho e a chamou. “Era só acertar tudo as coisas e vir”. Ao chegar, entretanto, a “patroa” que havia combinado desistiu, porque achou que ela “era uma menina muito nova, coisa e tal”. Desempregada e sem dinheiro, Railde teve de sair atrás de “outras oportunidades”.

Foi aí que eu entreguei currículos em lojas, no Mc Donalds, essas coisas, mas não deu certo. Então, num dia, por acaso eu encontrei a minha atual patroa, a cunhada dela me indicou pra ela e eu tô lá trabalhando. A cunhada dela me conheceu numa festa. A gente conversou sobre umas coisas e ela resolveu me dar uma força.

Quanto a um possível retorno à Boa Nova, para Railde, “isso não faz o menor sentido [...] só em último caso”. De acordo com seus cálculos, o que ela ganha aqui, trabalhando em casa de família, mesmo sendo pouco, ainda dá para ajudar seus pais, mandando dinheiro todo mês para eles. No mais, “a vida em São Paulo” (também refere-se a São Paulo de modo genérico) inspira mais diversão, mais movimento, o que seria na concepção de um adolescente algo muito mais interessante. Além do que, Railde disse ter vontade de continuar estudando, embora também pense que talvez não tenha condições.

Esse é o problema de tudo. Eu queria muito me aprofundar assim na área de culinária mesmo, porque é uma coisa que eu me identifico muito. De culinária eu gosto, em vez de fazer qualquer outra coisa... Direito, por exemplo... eu não consigo me ver fazendo isso, uma que eu não sei se eu vou ter condições... Talvez com um pouco de economia. É como eu digo: eu não tenho ajuda financeira e familiar nenhuma. Tanto que se hoje a minha patroa me mandar embora, ou amanhã, eu vou ter que ir pra casa com uma mão na frente e outra atrás. Provavelmente, eu não vou ter onde morar, que eu pago aluguel, então, sem trabalho, eu não vou conseguir pagar aluguel. A minha única opção vai ser voltar pra Bahia. Por isso eu nunca posso dizer que não, que eu nunca vou voltar pra morar lá porque a gente nunca sabe, que é uma coisa assim que na vida dá várias voltas e a gente não sabe o que pode acontecer hoje ou amanhã. Então eu tenho vontade de ter uma estabilidade, não uma estabilidade fixa assim, mas uma estabilidade de ter um emprego, um estudo, um curso... Mas eu sei que hoje eu não tenho condições. Mas pra lá eu não tenho vontade de voltar.

A perspectiva inicial de Railde de concluir o curso médio em 2007, porém, não se confirmou. Alguns colegas dela disseram que o namorado ciumento achou que era melhor ela parar de ir para a escola. O comentário por si só revela uma das características da situação da jovem mulher migrante, cuja vulnerabilidade social tende a se apresentar às vezes maior, inclusive por conta da presença desse elemento cultural muito forte e decisivo para as ações emancipatórias, que envolvem a questão de gênero.

Indagada a respeito do desemprego em São Paulo, se ela não ouvia falar disso lá na Bahia, sua resposta foi simples e objetiva:

Ouvia, mas é, tipo assim, quando eu saí do meu emprego a minha vontade era trabalhar. Aí eu tinha minha mente assim: quando eu chegar lá, eu não sei se vou arrumar emprego ou não. Já vim preparada com o dinheiro de vinda e de volta. Se caso eu não encontrasse, eu ia embora. Eu tinha um prazo de três meses. Se eu não encontrasse um emprego em três meses, eu ia embora pra Bahia. Mas não foi isso que aconteceu: em dois meses eu consegui emprego. Era questão de segurar. Eu tive que me empenhar bastante, porque a gente fala assim, que casa de família é isso e

aquilo, mas qualquer emprego você tem que demonstrar que você realmente precisa, porque eu não tô num emprego hoje porque eu quero, porque nenhuma pessoa vai querer trabalhar em casa de família, porque é uma vida muito, muito desgastante, mas... realmente eu mostrei que eu precisava.

V.2.3. Juracy

A entrevista seguinte permitiu analisar de forma mais direta o impacto da reestruturação produtiva sobre a *mobilidade do trabalho*. O paradigma da competitividade, ou melhor, da busca da competitividade a qualquer preço, consignado nos ajustes promovidos pelo neoliberalismo e articulado no discurso da *fluidez*, repassa à discussão o desenvolvimento ao nível da barbárie, já que este paradigma como fim em si mesmo se basta, e não prescinde de nenhuma justificativa ética (SANTOS, 1994, p. 35).

Juracy, 38 anos, casado, pai de cinco filhos, nasceu em Recife, em 1968, e veio para São Paulo em 1972, nos tempos do “milagre brasileiro”, quando as chamadas oportunidades do trabalho eram abundantes, ainda que prevalecessem como sempre os ritos de exploração, acentuados pelo traço político peculiar da ditadura que no Brasil serviu para reprimir tanto o movimento social como para praticamente neutralizar a luta de classes. Veio e ficou até 1982, um dos anos mais fortemente marcados pela recessão econômica e pelo aumento do desemprego. Assim, é o seu relato:

Nessa época eu voltei pra Pernambuco e fui morar em Olinda. O bairro era Passarinho. [...] Aí, quando foi mais ou menos em 86, minha mãe faleceu lá, e então eu voltei pra São Paulo. Minha primeira mulher não quis vir. Ela ficou lá mesmo. Ficou lá com a família dela. Falou que nasceu lá e não sei o quê e ia ficar por lá mesmo. Ficou lá com as crianças... Eles também nunca vieram pra cá, nunca ligaram de entrar em contato. Já liguei algumas vezes... Mas... ficaram pra lá mesmo. Eu não quis. Tava muito difícil. Foi até um cunhado meu que me arrumou a passagem, porque lá a situação era precária mesmo. Aí, meu cunhado me arrumou uma passagem, e eu voltei pra cá, e tô aqui direto, até agora.

Chegou e foi morar em Santo André, na Represa, depois morou no Jardim Irene e mais tarde no Jardim do Estádio. Atualmente, mora no Pedroso, no Parque Miami — todos bairros da periferia andreense. Com a indicação de um amigo conseguiu emprego de cobrador de ônibus, função que ocupou durante doze anos.

Aí, depois desses doze anos, me mandaram embora. Foi na época que eles colocaram aquelas caixinhas eletrônicas. Então, teve um corte na empresa e nesse corte eles dispensaram várias pessoas. Desde esse tempo, vim nesse trajeto aí, trabalhando em barraca, trabalhando na rua. Sempre esse tipo de serviço. Não consegui mais arrumar um serviço fixo, registrado.

Juracy trabalhou, entre 1986 e 1998, na *Expresso Nova Santo André*, prefixo 04, que faz a linha de Utinga à Capuava. A substituição dos cobradores por catracas eletrônicas, que resultou em sua demissão sumária, foi uma das medidas adotadas no processo de reestruturação do setor de transportes coletivos, no município de Santo André, no final dos anos 90, e que coincide com o encerramento das operações diretas da Empresa Pública de Transportes (EPT), criada no início da década com o objetivo, dizia-se, oficialmente, de recuperar o caráter público do serviço e proporcionar mudanças na relação contratual com o setor privado.

Sob a alegação de que a empresa se endividara, e que os serviços prestados já não satisfaziam à demanda, decidiu-se pelo encerramento das operações da EPT e pela terceirização de suas linhas. O processo de reestruturação se estendeu pelos anos seguintes e ocasionou inúmeras demissões, embora na linha em que Juracy operava, os cobradores tenham voltado, já que o sistema, segundo ele, “não deu certo”.

O melhor período que eu trabalhei foi de 90 até 97. Foi ótimo. Porque a empresa, ela virou uma empresa pública, era particular quando eu entrei, aí virou uma empresa pública. Então, tinha vários benefícios: eles pagavam hora extra 100%, fim de ano eles davam cesta de Natal, coisa que nenhuma empresa fazia, e eles pagavam direitinho. Foi uma ótima empresa pra trabalhar. Foi de 90 a 97... Foi a melhor época com certeza. Depois, veio a privatização, de 97 a 99, quando eles privatizaram a empresa, aí virou uma empresa particular e foi só exploração. Hora extra que tinha um certo valor, foi cortado, a jornada de serviço que era de 6 horas e 40 passou pra 8 horas e 20... Quer dizer, foi só colocar as caixinhas eletrônicas e eles começaram a demitir... Em questão desses serviços que eu fiz, essa foi a pior época..

O desemprego e as dificuldades de se recolocar no mercado de trabalho, ainda mais a idade que avançava e a baixa escolaridade, acabaram por empurrar Juracy para o mercado de trabalho informal, na rua, como ambulante.

Logo que eu fiquei desempregado, uma semana depois, eu já tava me virando na rua... porque a barriga não espera. As coisas vão acabando em casa e mesmo com o Fundo de Garantia, já viu, dinheiro pouco na mão de pobre é vendaval. Vai embora rapidinho. Então, imediatamente eu já comecei, entrei assim na área do comércio informal.

Pelo que se pode depreender da fala de Juracy, aquilo que ele chama de “comércio informal” refere-se a uma atividade que não chega a ser propriamente capitalista, à medida em que capital e trabalho parecem estar no mesmo nível, e assim os postos não se diferenciam. Para efeito de análise, entretanto, aqui se utiliza como critério para determinação da informalidade aquele mesmo proposto por Ronaldo Tadeu de Paula, em estudos desenvolvidos pela Coordenadoria de Indicadores Socioeconômicos da Prefeitura de Santo

André, que é a posição na ocupação entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha e sua contribuição ou não para previdência social. Em suma, considera-se *trabalho informal* toda aquela atividade sem registro e vínculo com o sistema de previdência pública.

Nesse sentido, de acordo com estudos de acima referidos, no ano 2000, havia em Santo André cerca de 82.139 pessoas trabalhando na informalidade, ou 32,2% do total da população ocupada em todo o município. A base destes números são os Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000, e decerto está aí subvalorizada, já que a pesquisa do IBGE não tem a abrangência desejada, nem dá conta de explicitar informações das chamadas atividades ilícitas, do que decorre um resultado relativamente otimista, tendo como parâmetro a situação do trabalho informal no Brasil, que em relação a critérios semelhantes alcançava, em 2005, 52,8% da população ocupada (*cf.* dados do IBGE/PNAD).

Ainda em relação aos dados dessas duas pesquisas, observa-se que, no ano 2000, o percentual de empregados sem carteira de trabalho assinada em relação ao total de empregados⁸¹ em Santo André era de 25,1%, bem abaixo da média brasileira que, em 2005, era de 37,3% e abaixo também da média do Sudeste que era de 31,5%.

Indagado sobre as dificuldades de se instalar num tipo de atividade aparentemente de risco como é o comércio ambulante, Juracy foi taxativo:

Não é difícil, não. A rua é pública, né? Você vai, vamos supor em São Paulo, compra lá 50 conto de mercadoria pra vender na rua. A rua é pública. Você pára aqui, não dá pra vender aqui, você vai vender ali, não dá pra vender ali, você vai vender noutro lugar. Quer dizer, de um jeito ou de outro você vende. De uma forma ou de outra, você leva 20, 30 ou 40 livres pra casa. Inclusive, assim, tem pessoas que reclamam que tão passando fome, que não tem dinheiro pra comprar um pãozinho etc.; eu acho que é falta de atitude, quando a pessoa relata um fato desse na televisão, no rádio, sei lá... que a gente vê muito isso, né?... A pessoa diz: “Ah, minha filha... eu não tinha nenhum pãozinho pra dar pra minha filha...” Meu, têm várias opções pra ganhar um trocado. Nem que você ganhe 10 real por dia livre, 20 real, mas tem... Se tiver iniciativa, tem.

O discurso da *força de vontade*, da luta obstinada por uma vida melhor, é marca de uma ideologia perversa que de repente se torna dominante, sem que se perceba. É mais ou menos aquela história do senso comum de que *o pobre não se esforça para melhorar de vida, e por isso continua pobre*, como aparece às vezes em discussões de bar, de família, de amigos e agora também nos fóruns da internet. É sob este aspecto, que a fala de Juracy apenas reproduz uma alegoria da alienação conservadora, um pouco como a defendida por um internauta (Baitaque) num desses fóruns rápidos promovidos pela Yahoo![®], em que a questão é posta de forma capciosa.

⁸¹ Nestas estatísticas incluem-se os empregados domésticos, militares e estatutários.

Nos bairros ricos e de classe média não se vê ninguém nas ruas. Mas, nos bairros mais pobres se vê normalmente uma multidão de pessoas nas ruas, nas esquinas, nos bares, caminhando sem pressa ou parado em frente das casas... Enfim, na rua, sem ter o que fazer ou sem procurar o que fazer. É a cultura da rua... Essas pessoas não deveriam estar estudando, fazendo cursos profissionalizantes, trabalhando ou procurando alguma forma de melhorar de vida?⁸²

Por fim, a volta aos estudos é relatada por Juracy como um trunfo pessoal, mas ao mesmo tempo uma imposição da realidade, porque também é forte o discurso nesse sentido. E assim é assimilado com relativa facilidade. Por trás disso, a culpabilidade assumida por cada um dos desempregados.

É uma coisa que a gente sempre põe na cabeça... A gente vai procurar emprego, aí não consegue, e fala “é porque não tem estudo”. É a primeira coisa. É relativo isso daí, “é porque não tem estudo”... Aí, vamos supor, a gente quer fazer um curso, e não consegue fazer um curso porque não tem o segundo grau completo. Vários cursos não consegue. Tem cursinho que faz, mas vários que não consegue fazer. Você quer fazer uma faculdade, se não tiver o segundo grau completo também não consegue fazer. Então, essa foi finalidade de voltar a estudar... Terminar os estudos pra tentar fazer um curso técnico. Pra falar a verdade, eu nem penso em fazer faculdade agora. Também nem tenho condições.

V.2.4. Laura

Laura, 37 anos, natural de Irati, Paraná, município localizado 150 km a oeste de Curitiba, e que segundo o IBGE contava, em 2007, com 54.151 habitantes, atualmente mora no bairro do Jaçatuba, próximo ao centro de Santo André e trabalha como ajudante geral em uma famosa rede de farmácias.

No relato colhido, uma motivação muito particular é apresentada como a causa de sua migração para o ABC. É claro que isso não impede o entendimento de que os fatores macroestruturais são essencialmente os que interessam para uma análise mais abrangente de processos sociais. Entretanto, ao considerar tal motivação, tem-se em conta a possibilidade de ampliar o leque de explicações que confirmam a idéia da *mobilidade do trabalho*, conforme proposto por Gaudemar (1977).

Eu vim pra morar com a minha irmã, pra ajudar ela a cuidar dos meus sobrinhos. E então eu fiquei por mais ou menos uns três anos cuidando dos meus sobrinhos, até arrumar um emprego. Esse motivo foi porque eu tinha na época 15 anos e gostava de uma pessoa que tinha 34 anos. O dobro da minha idade... quer dizer, bem mais. E os

⁸² Esta foi uma das respostas à pergunta formulada livremente pelos internautas no fórum virtual da Yahoo!®: “Pobre é alguém que não se esforça para melhorar de vida?” Disponível em: <<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080417075709AAp1unt&show=7>> Acesso em: 06/05/2008.

meus pais tiveram... Bem, o único jeito pra me separar dessa pessoa foi me mandar pra cá.

Contra sua vontade, Laura chegou ao ABC e se fechou na casa da irmã. O mundo de fora manteve-se por um bom tempo estranho, absolutamente desconhecido, e na visão dela a cidade era feita de pessoas sem interesse uma pela outra, indiferentes, cada uma vivendo seu próprio mundo, preocupado com seus próprios problemas. Só aos poucos veio a adaptação.

Olha, eu mudei o jeito de tratar as pessoas. Eu aprendi como tratar cada um. Hoje se uma pessoa passa perto de mim e não olha pra minha cara, eu mesmo falo “bom dia”, aí a pessoa é obrigada a olhar pra minha cara e dizer “bom dia”. O pessoal do meu bairro, eles não costumam olhar pra ninguém, porque o bairro ali é um bairro de classe média. E desde os meus 15 anos que eu continuo morando ali, desde quando eu vim eu continuo morando, no mesmo lugar, e eu acabei me acostumando com o jeito do pessoal. Acho que é assim mesmo. Na cidade grande o pessoal vive mais isolado mesmo.

Porque tem uma vida “sem grandes badalações”, como ela costuma dizer, Laura vê no trabalho um caminho para a realização pessoal. Daí sua dedicação aos estudos, depois de muito tempo fora da escola.

Se o trabalho dignifica a pessoa? Ah, eu acho que sim. Porque sem trabalho a pessoa não é nada. E como eu falei, se você estuda, se você procura, você consegue um bom trabalho... Então, eu acho que todo mundo que consegue um trabalho, vive melhor, é mais respeitado. Eu acho que é assim. Porque ninguém vive sem trabalhar, não tem como viver sem trabalhar. [...] Depois, quando chega o fim de semana a gente pensa assim, um dia menos, uma semana passou, é como se fosse missão cumprida.

Mesmo afastada da sua cidade natal por muitos anos, Laura ainda considera que lá a vida deve ser melhor. Nunca quis influenciar ninguém a vir para São Paulo, nunca pensou nisso. Entende até que a família, que “praticamente está toda lá em Irati”, vive bem melhor, inclusive em termos de oportunidade de trabalho e salário.

Ah, eu não sei te falar agora... Mas é assim, lá tem muita firma... Meus irmãos trabalham, meu cunhado trabalha... Olha, na região lá tem muita madeira, madeiras bem grandes, e até têm algumas aqui de São Paulo. [...] Meu irmão comprou um imóvel e como ele já tem uma casa e minha família toda também já tem, e eu perdi meu pai e minha mãe há pouco tempo, então ele sonha que eu volte a morar lá. É o sonho da minha família. Só eu e minha irmã não estamos lá.

De fato, entre as principais atividades econômicas de Irati destaca-se a indústria de transformação da madeira, que empregava, em 2006, de acordo com o MTE-RAIS, 824 trabalhadores, em 49 estabelecimentos. Mas, é uma indústria de chicotes elétricos

automotivos que possui o maior número absoluto de trabalhadores empregados: a Yazaki Autoparts do Brasil. A empresa que se instalou em Irati, em 1997, como resultado da fusão de duas multinacionais — a XIgnux e Yazaki —, associou-se à Siemens, em 2003, e adquiriu posteriormente a parte acionária desta e tem como clientes preferenciais e exclusivos, para a unidade de Irati, a Renault e a Toyota⁸³.

Produzindo com base no sistema *just-in-time* seu quadro de funcionários é flutuante, aumentando ou diminuindo conforme as encomendas. O *site* oficial da empresa aponta o número de “1.326 colaboradores” empregados. A expressão “colaboradores” revela uma das características da ideologia neoliberal nas empresas, que procura transferir princípios de cooperação e responsabilidade mútua para os trabalhadores, como se eles fossem diretamente participantes do processo produtivo, quando na verdade se quer apenas e impingir a ideologia de que cada um é “empresário de si mesmo”.

Retomando a questão migratória incidente no caso de Laura, de todos os elementos analisados, naquilo que se define como tendência observada nos movimentos populacionais, merecem aqui destaque aqueles referentes à migração feminina, que se tornou um dos fenômenos sociais de maior visibilidade, e responsável pela articulação das redes sociais nos dois lados do processo.

Ao vir para a Santo André, o que se colocava como termo e responsabilidade para Laura era a ajuda que daria à irmã e ao cunhado na criação dos sobrinhos. Mesmo não sendo uma atividade remunerada, a sua participação em casa era inegavelmente importante, já que liberava o casal de compromissos cujo tempo a ser consumido impediria o acesso a uma renda maior.

Com Laura cuidando das crianças, a irmã podia ir trabalhar com o marido, garantindo assim a seqüência do processo produtivo no âmbito externo, para fora da casa. Este raciocínio permite concluir a complementaridade que representam de um lado o *trabalho produtivo* e do outro o *trabalho improdutivo*⁸⁴, considerando nesse caso, única e exclusivamente, a produção do valor. Desse modo, qualquer distinção unilateral entre um tipo de trabalho e outro parece insensata, dado o caráter ambíguo do conceito.

⁸³ A empresa mantém outras unidades produtivas em funcionamento no Brasil, para atender o Complexo Industrial Ford Nordeste, em Feira de Santana, na Bahia.

⁸⁴ De acordo com Marx (1987, pp. 132-133) “trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista.

V.2.5. Flávio

Por fim, a última entrevista foi feita com Flávio, um gaúcho de 38 anos, solteiro, natural de Putinga, município do Vale do Taquari⁸⁵, localizado 145 km a noroeste de Porto Alegre, com 3.991 habitantes, em 2007, de acordo com estimativas do IBGE.

Trata-se de um daqueles municípios cuja população entrou num processo de declínio acentuado (Gráfico V.4), que certamente terá implicações significativas na sua economia nos próximos anos.

Gráfico V.4

DECLÍNIO DA POPULAÇÃO DE PUTINGA (RS) NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Flávio relatou uma série de informações que permitiu compreender outra vertente do processo de mobilização do trabalho, tomada desde o Sul do Brasil até o ABC paulista.

Eu vim pra São Paulo em 86 pra trabalhar de garçon na área de churrascaria, que aqui todo mundo vem de lá, quer dizer, basicamente o gaúcho que vem pra São Paulo vem trabalhar em restaurante. Aí, eu trabalhei no prédio redondo, na esquina da Avenida Gilda com a Pereira Barreto, em 86. Aí, eu voltei pro Sul de novo, e depois voltei pra cá. Foi quando trabalhei em firmas metalúrgicas. Trabalhei na Termomecânica, trabalhei na Grob; depois eu prestei concurso em Santo André, pra encanador, e comecei a trabalhar no Semasa⁸⁶. Lá, também tive a oportunidade de fazer um curso de eletricista, o que foi bom porque me ajudou no lado profissional.

⁸⁵ No Vale do Taquari, a produção rural está baseada na agricultura familiar, em pequenas propriedades, com até 20 hectares. O setor gera apenas 32,5% dos postos de trabalho. O trabalho formal concentra-se na indústria da transformação: 54,1% — o dobro da média estadual.

⁸⁶ Semasa é o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André.

Flávio chegou ao ABC ainda muito jovem, só tinha 17 anos. Veio junto com o irmão, dois anos mais velho, hoje diretor do *Sindicato dos Garçons e dos Hoteleiros*. Veio numa leva de gaúchos trazidos por um agenciador para trabalhar na área de restaurantes e churrascarias.

Eu não tinha ainda escolaridade quase nenhuma. Eu só tinha 4ª série do primário. Estudar eu só vim fazer agora, de 2000 pra cá, mais ou menos, aqui em Santo André. É tipo assim, eles pegam a gente lá no Sul, no meio do mato, porque é uma cidade do interior lá, aí eles pegam a gente e traz pra São Paulo. Só que aqui eles não te botam direto de garçon, eles deixam uns três meses trabalhando na copa, fazendo suco, pra ver tu aprendendo, aí depois te botam uma semana de garçon, pra tu ir aprendendo, uma semana de copeiro, até ter a prática. [...] E foi Santo André porque é assim, basicamente lá no Sul, todo mundo que tá pra São Paulo eles têm churrascaria pra cá, e aí esse cara tinha uma churrascaria que se chamava Girassol, que na época era aqui na Avenida Gilda, então a gente já vinha do Sul direto pra Santo André, na Avenida Gilda, tá entendendo? Ele tem uma rede de churrascaria, e churrascaria no Brasil inteiro, mas só que a churrascaria que tava precisando aquela época era aqui, era aqui mesmo em Santo André.

A opção por um pessoal “da casa”, isto é, gaúchos, faz parte também de uma estratégia, que envolve o agenciador e uma política de controle cujo objetivo é inviabilizar ações sindicais, ou qualquer coisa que possa criar instabilidade para o negócio.

É, porque eles são de lá, eles vieram pra cá, montaram as churrascarias aqui, tipo assim, eles têm várias churrascarias no Brasil inteiro. Eles têm churrascaria em Brasília, em Belo Horizonte, no Rio, aqui em São Paulo mesmo, em Santo André... Essa Tendal⁸⁷ aqui é do grupo deles, tá entendendo? [...] Cair aqui no ABC foi um acaso. Era o lugar que tava precisando naquele momento. Então, foi um acaso que eu vim cair aqui. Senão, eu podia cair em Belo Horizonte, em Brasília... Que era pra mim ir pro Rio, mas pro Rio não deu mais pra ir... Eu só ouvia falar do ABC, que era famoso... Esse negócio de PT, de fábrica... Mas eu nunca pensei assim que vinha cair aqui. [...] A churrascaria era a Girassol, aí passou pra Varandão II, que a Varandão I existe até hoje na Paulicéia. Aqui era a Varandão II. Aí fechou e virou Choopirata, depois fechou virou igreja... e hoje é uma agência de automóveis.

Da cidade de origem, a lembrança de Flávio é de um lugar com poucas opções de trabalho, além da agricultura, porque “lá se vive de agricultura; basicamente isso: plantação de fumo, soja e erva-mate”. Isto significa uma vida itinerante para quem fica, sempre viajando de um município para o outro atrás de trabalho, conforme a safra.

Em que pese essa observação de Flávio, os números da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), atestam que Putinga tinha, em 2002, 65% de sua população concentrada na zona rural, mas apresentava uma economia baseada em atividades não-produtivas, especialmente os serviços, com um aporte apenas intermediário nas atividades agropecuárias.

⁸⁷ Rede de churrascarias Tendal Grill.

Em relação ao assunto das estratégias da política de contratação de trabalhadores no Sul, por meio de agenciadores, a observação de Flávio foi didática:

A gente não tinha amigo, aqui. A gente tinha pessoas conhecidas da cidade. Porque assim, se eu te falar uma coisa, tipo assim, vamos supor que essa Tendal aqui tá precisando de garçon... Se eu ir lá eu não ajeito emprego aqui. Agora, se eu ir lá no Sul e falar que quero trabalhar em Santo André, eles trazem de lá, tá entendendo? Que eles têm medo deles pegarem tu aqui e se envolver com sindicato. E o pessoal gaúcho não gosta disso aí, tá entendendo? Eles gostam de pegar o pessoal de lá, pegar as pessoas de lá que não se envolvam, pegar esse pessoal meio chucro de roça que nem entende o que é isso.

Desde a chegada ao ABC, Flávio morou tanto em Santo André como em São Bernardo do Campo. Lá, trabalhou nas churrascarias Pára Pedro e São Judas, ambas localizadas no Bairro Demarchi, na Rota dos Restaurantes. Por um período de seis meses, no final dos anos 80, morou em Curitiba, mas disse não ter se acostumado. De volta ao ABC, passou a trabalhar em outra churrascaria, a Girassol, de Santo André.

Aí eu dei sorte que um amigo meu, ele era cliente da churrascaria e ele me ajudou de eu trabalhar aqui perto no shopping. Lembra quando era aquela GE, lembra? Eu trabalhei na Black in Decker, ali, aí depois ela foi pra Minas, aí eu pedi a conta. Eu voltei pra churrascaria de novo, eu fiquei por aqui. Aí trabalhei na Tendal Grill e também na D. Brécia...

Quanto às eventuais dificuldades que teria tido na sua adaptação ao ABC, Flávio não chegou a marcar nada disso. Tudo, segundo ele, aconteceu de forma mais ou menos tranqüila. Na memória, mais forte mesmo ficou o registro das condições de exploração a que foi submetido pelos patrões da churrascarias.

Olha, eu não tive dificuldade. Porque a gente, quando vem lá do Sul é assim, o pessoal quando vem do Sul ele te traz, só que tu não tem dinheiro. Tu vem, trabalha na churrascaria, eles te dão uma casa do lado, só que assim, é do trabalho pra cama e da cama pro trabalho... Eu vim conhecer São Paulo quase depois de 2000, pra andar assim pela cidade, porque você sabe que garçom trabalha sábado, trabalha domingo, trabalha feriado... Então, assim, dificuldade assim eu nunca tive, só assim de conhecer a cidade e estudar. Até 2000 eu só tinha 4ª série. Aí depois que a gente percebe a dificuldade. Até pra trabalhar de faxineiro, de servente de pedreiro, o pessoal fala “precisa de estudo”, essas coisas. Eu mesmo pra entrar no Semasa, eu precisei voltar a estudar. Era muito difícil com o emprego na churrascaria. Garçon nunca tem tempo. Você vai pro almoço, você entra às oito, sai às três, descansa um pouco, e volta às cinco e sai quando fecha a casa. [...] Direito trabalhista então... É péssimo. Como eu disse, eles não gostam de pegar gente daqui pra não pagar os direitos trabalhistas. Então, eles vão lá no Sul e os caras lá por isso mesmo. E que eu acho a maior sacanagem porque eles geralmente vão lá cidadezinha pequena e diz “olha, tô precisando assim, tantos garçons pra trabalhar em Santo André”, aí fala assim, “pra ganhar dez salários mínimos”, aí tu pega e vai lá, cheio de ilusão, aí tu chega aqui e vê que a realidade não é essa, que tu vai ganhar um salário mínimo, dois, aí eles não deixam tu saí, tu fica que nem um escravo aqui. Eles pegam a passagem, depois tu tem isso descontado no seu salário...

V.3. Conclusão

Os relatos das experiências vividas por estas oito pessoas revelam as determinações do processo econômico e das estruturas da sociedade produtora de mercadorias e seu papel na definição dos movimentos populacionais mais abrangentes que se vê hoje no país, influenciados pela reestruturação industrial, e tomados desde o ABC paulista.

As transformações no mercado de trabalho e suas implicações na *mobilidade das massas trabalhadoras* estão relatadas nas entrevistas e apontam para uma tendência de expansão da informalidade, seja na forma de contratação, seja na maneira como vínculos de trabalho são estabelecidos.

A maior exigência por qualificação e escolaridade dos trabalhadores, por outro lado, tem interferência direta no comportamento das pessoas, que buscam assim adequar-se da melhor forma possível ao perfil do mercado, que impõe sujeições e enquadramentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa sobre a mobilidade do trabalho referenciada no processo de reestruturação industrial ensejou uma série de questões que de alguma maneira trouxe à frente o debate proposto por Robert Kurz (1993) sobre “o fracasso da modernização”, tendo em vista a impossibilidade lógica do sistema produtor de mercadorias gerar igualdade econômica e social.

Decerto são as contingências históricas e as condições estruturais que impulsionam o movimento livre das pessoas em busca dos mercados de trabalho e do sonho dourado de enriquecer, das oportunidades que faltam e que, com a intensificação da produtividade, simplesmente parecem deslocar-se para fora, para um outro lugar mais rico; são essas condições que definem de forma sensível o rumo da *mobilidade*.

Entretanto, mesmo as notícias otimistas que atestam a recuperação econômica e um relativo aumento do emprego no setor industrial não são capazes de proporcionar alento a uma parcela considerável da população que já não consegue mais *incluir-se* socialmente como consumidores, mesmo no sentido mais amplo que se possa ter desse conceito.

Acoplado às novas tecnologias, o trabalho vivo torna-se menos necessário, transforma-se em trabalho complementar na promoção e na circulação das mercadorias. A alta competitividade entre as empresas faz cair as taxas médias de lucro, o que se tenta compensar com a adoção de contratos de trabalho mais flexíveis, como o trabalho temporário e o terceirizado. A fragmentação torna-se norma, e cada um desses fragmentos envolvidos no processo não tem outra coisa a fazer senão proteger-se das constantes oscilações do mercado que ativa sem parar a reestruturação em todos os setores da economia. E não há apenas uma reestruturação, mas uma sequência que assombra todos os dias os trabalhadores que, quixotesicamente, tentam adaptar-se à densa competição. O mesmo vale para as empresas que se atiram numa luta encarniçada pela sobrevivência.

Em Santo André e em seu entorno imediato, as novas condições dadas pelo que se sucedeu no setor automobilístico e de autopeças do ABC, nos anos de 80 e 90, por exemplo, impôs ao movimento operário sérias restrições ao seu papel de defender os interesses dos trabalhadores contra os da burguesia. Com efeito, a *luta de classes* como conceito-chave para a compreensão das questões gerais do capitalismo perdeu o elan de outros tempos.

Sob o efeito da revolução científica e tecnológica rapidamente foram-se exaurindo os empregos no setor produtivo, todo o aumento do número de vagas nas fábricas tornou-se esporádico e residual, diferentemente do que ocorrera em outras fases de expansão capitalista, nas quais o desemprego tecnológico logo era suplantado pela necessidade de mais mão-de-obra, seja por causa da expansão de novas mercadorias, seja em virtude da ampliação do mercado consumidor. Na própria crise estava o seu antídoto: os chamados empregos não-produtivos puxavam o consumo e as fábricas voltavam a funcionar a todo o vapor, contratando trabalhadores diretamente ligados à produção da mais-valia que era repassada a todos aos demais setores.

A revolução científica e tecnológica desses dias recentes impôs a novidade do *desemprego estrutural generalizado*, uma forma perversa de desemprego aguçado pela concorrência internacional, hoje muito maior entre as firmas, pelo domínio dos mercados, o que, por um lado, implica mais concentração e centralização do capital e, do outro, a adoção persistente de políticas de reestruturação visando ao corte dos custos com a mão-de-obra.

Nesse esforço, a contradição intrínseca do sistema apontada por Kurz (2005) ganha relevo e significação: “o capital destrói a sua própria base” que é sabidamente a produção de capital a partir da indústria. A riqueza passa a ser gerada menos na *produção* do que na *circulação*, através do meio financeiro, o responsável entre outras coisas pelo pagamento antecipado da mais-valia necessária para abastecer os setores não-produtivos imprescindíveis à realização do valor.

Por outro lado, já não se pode falar na *luta de classes* como o motor unívoco de uma sociedade que se tornou global. Evidencia-se mais e mais não apenas uma luta do trabalho contra o capital, “mas igualmente de trabalho contra trabalho, de capital contra capital” e, nesse caso, velhas identidades se auto-combatem, num processo em que ganha forma a idéia de capital e trabalho como *duas faces de uma mesma moeda*. Isso, para além das ideologias marcantes do século XX, compreende um novo contexto do qual se deve tentar extrair a essência da questão do emprego, ou de uma possível geografia do emprego no ABC hoje. O fato é que ficou muito mais difícil aglutinar pessoas em torno desse *algo em comum* que é a identidade de classe.

Mais *fetichizada* do que em épocas anteriores, a sociabilidade contemporânea [...] reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho *estranhado*.” (ANTUNES, 1995, p. 78)

Assim, se na perspectiva da velha “classe revolucionária”, para tornar-se coveira do capital que ela ajudou a formar nas fábricas (MARX) muitas lutas foram encampadas durante

o século XX, notadamente a partir de sua última década houve um forte declínio, o que em parte deve-se ao esgotamento do modelo de acumulação capitalista baseado na produção fordista.

Portanto, não há como desconsiderar o fato de que a intensificação da competitividade e do que se classifica como sendo um “fundamentalismo de mercado” constitua interferência na *mobilidade do trabalho* e, por sua vez, na limitação do exercício da *contra-mobilidade*, impedindo o agir das formas tradicionais de luta por emancipação comandadas pelo movimento operário, já que se aniquilam, dia-a-dia, as funções mais triviais do antigo exército industrial de reserva.

Nos anos 90, seduzida pelo discurso neoliberal, boa parte das lideranças sindicais passou a refrear os movimentos de resistência dos trabalhadores e a acatar ao apelo ideológico de que havia chegado o momento do consenso, proporcionando a re-invenção, no lugar do “sindicalismo de luta”, de uma espécie de “sindicalismo de negociação”, explicitado em uma novíssima *matriz semântica* que rapidamente aboliu de seu discurso palavras “subversivas” como *socialismo*.

O desemprego em massa, a precarização das relações de trabalho, tudo isso serviu para amplificar o medo e a incapacidade de agir dos coletivos, desnorteou e enfraqueceu por dentro o que ainda restava do operariado e das demais categorias laborais, o que por extensão implicou perda sistemática das formas de atuação não-passiva dos sindicatos.

Por fim, o esgotamento do modelo de acumulação apoiado numa participação efetiva do Estado na economia, viabilizando financiamentos à industrialização, implantando infraestrutura de transportes, comunicações e energia, arbitrando e regulando os conflitos entre capital e trabalho, teve como contrapartida o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, cujas repercussões tornaram-se notáveis tanto na organização territorial como na mobilidade do trabalho (geográfica e profissional).

Sob esse aspecto, a reestruturação atinge diretamente o *trabalho*, ao substituir o modelo fordista-taylorista pela produção flexível, baseada no *just in time*, e conta ainda com aquiescência de um Estado que rapidamente se curva aos postulados da *nova economia*, e que promove a desregulamentação, as privatizações, e uma série de medidas de contenção de gastos e ajuste fiscal, como alternativa eficaz para o problema da inserção no mercado internacional.

Formas mais agudas de competitividade intra-classes, tornam assim menos visíveis as contradições entre classes, embora não menos operantes. Como consequência, fez-se mais tranqüila e sem grandes resistências a adoção de políticas neoliberais e mesmo a

reestruturação produtiva, as quais tendem a complexificar as atividades econômicas e promover maior interação, sempre em função do aumento de ganhos monetários e financeiros por parte do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB' SABER, Aziz "A Terra Paulista". In: *Ensaio Entreveros*, 2004. Este texto foi publicado originalmente no *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº. 23, julho de 1956, pp. 5-38.
- _____. "O domínio dos mares de morros no Brasil". *Geomorfologia*, n. 2., 1966.
- ACCA, Rogério dos Santos. "A dinâmica produtiva recente da metrópole paulista: das perspectivas pós-industriais à consolidação do espaço industrial de serviços". In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, nº. 1, 2006, pp. 119-157.
- ALBUQUERQUE JR., Perry. "Balanço do Neoliberalismo". In: SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999. pp. 187-194.
- _____. *Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ANNUARIO ESTATISTICO DO BRAZIL 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, v. 1-3, 1916-1927. Estatísticas do século XX. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm>> Acesso em: 25/12/2006.
- ARANHA, Valmir. "Mobilidade Pendular na Metrópole Paulista". In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, nº 4, 2005. pp. 96-109.
- ARAÚJO, Maria de Fátima Infante. "Reestruturação produtiva e transformações econômicas – Região Metropolitana de São Paulo". In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, nº 1, 2001. pp. 20-30.
- BAENINGER, Rosana. "São Paulo e suas migrações no final do século 20". In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, nº. 3, 2005, pp. 84-96.

- BERNARDES, Roberto C. “Aspectos Conceituais”. In: *Produtividade e Ajuste na Indústria Paulista — 1986-94*. Série Análise e Ensaios. São Paulo: Fundação Seade, 1995.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá, empresário do Império*. 19.^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CAMARGO, Cândido P. F. *et al. São Paulo, 1975, crescimento da pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio bonito*. 8.^a ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DEDECCA, Cláudio S. & CUNHA, José Marcos P. “*Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*”. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 13, 2002, Ouro Preto. *Anais ...* Campinas: Abep, 2002. Texto revisado em 2003 e submetido à *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*.
- DIÁRIO DO GRANDE ABC. *Quem é Quem no Grande ABC*. Agosto 2007.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez a voz do popular – movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*, São Paulo: Unesp, 2006.
- _____. “A lógica da economia global e a exclusão social”. *Estudos avançados*. 1998, vol. 12, n.º 34, pp. 121-159.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1880-1920)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.
- FERREIRA, Júlia M. S. Execução de obras de urbanização de favelas: Favela do Jardim Santo André – Santo André, Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia/FFLCH-USP, 2006.
- GAIARSA, Octaviano. *Santo André da Borda do Campo, seus primórdios e sua evolução histórica*. 1.^a ed., Santo André, Prefeitura Municipal de Santo André, 1968.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1997.
- GEBARA, Ademir. *A formação do mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GILES, T.R. *História do existencialismo e da fenomenologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975, p. 84-129. v. 1.
- GOMES, Sueli de Castro. O Território de Trabalho dos Carregadores Piauienses no Terminal da CEAGESP: Modernização, Mobilização e a Migração. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH-USP, 2007.

- HAESBAERT, Rogério C. *RS: Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- HEIDEMANN, Heinz Dieter. “Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação”, In *Migrações: discriminação e alternativas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 25-39.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- JAPPE, Anselm. “O mercado absurdo dos homens sem qualidades”. In: KURZ, Robert. *Os Últimos Combates*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 7-12.
- KLEEB, Suzana Cecília. “Breve histórico de Santo André”. IN: Sumário de Dados 2006. Santo André, ano base: 2006. Prefeitura Municipal de Santo André.
- KOWARICK, Lúcio. *Espoliação urbana*. “São Paulo: Viver em risco – Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano”. In: Novos Estudos, São Paulo, nº 63, pp. 9-30, jul. 2002.
- _____. *Trabalho e vadiagem – A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KURZ, Robert. “O duplo Marx”. *Exit! Crise e crítica da sociedade da mercadoria*. Disponível: Disponível <<http://obeco.planetalix.pt/rkurz8.htm>>. Acesso 28/12/2006.
- _____. “A desvalorização do valor”. *Exit! Crise e crítica da sociedade da mercadoria*. Disponível <<http://obeco.planetaclix.pt/rkuz199.htm>>. Acesso em 28/12/2006.
- _____. Entrevista do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann do Departamento de Geografia da USP, com colaboração de Cláudio Duarte. Disponível em <<http://www.odialetico.hpg.ig.com.br/filosofia/kurz/entrevista.htm>>. Acesso em 26/07/2006.
- _____. “Crítica do capitalismo para o século XXI – Com Marx para além de Marx: o Projeto Teórico de Grupo EXIT!”. *Exit! Crise e crítica da sociedade da mercadoria*. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/exit_projeto_teorico.htm>. Acesso em 24/07/2006.
- _____. “Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial”. In: Serviço Pastoral dos Migrantes. (org.) *Travessias na desordenagem global – Fórum Social das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- _____. *O colapso da modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

- KUVASNEY, Eliane. Separar para reinar: desmembramentos na gênese da metrópole paulista. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1996.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo — indústria têxtil. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia FFLCH/USP, 1991.
- LUEDEMANN, Marta da Silveira. Transformações na indústria automobilística mundial : o caso do complexo automotivo no Brasil - 1990-2002. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH-USP, 2003.
- _____. As Inovações Organizacionais e produtivas na Indústria Automobilística Brasileira: o Caso da Ford e Volkswagen. Revista do Departamento de Geografia (USP), São Paulo, v. 12, p. 49-87, 1998.
- LUKÁCS, Georg. “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade Humana”. In: *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978, v.4.
- MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a Industrialização Brasileira. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis: UFSC-CFH-GCN, nº 2, maio/2000.
- MATTEO, 2005
- MARQUES, Rosa Maria. A IMPORTÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. In: *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome*. Nº. 1. Brasília, 2005.
- MARTINS, Dora e VANALLI, Sônia. *Migrantes. Migração interna no Brasil. “Baianos” e “paraibas”. A reforma agrária resolve?* São Paulo: Editora Contexto, 2001 (Coleção repensando a geografia).
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo – Novos estudos sobre exclusão e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 9-47.
- _____. “Exclusão social e a nova desigualdade”. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 16-21.
- _____. *Subúrbio* (Vida cotidiana e História no subúrbio de São Paulo). São Paulo: Editora Hucitec, 1992. v. 1.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1993, v. I, cap. I.
- _____. *O Capital*. São Paulo: Difel, 1987, v. III.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. “O exército industrial de reserva”. In: *Textos econômicos*. São Paulo: Mandacaru, 1990.

- _____. A Ideologia Alemã (Feuerbach). 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MATTOS, U.A. de; PORTO, M. F. de & FREITAS, N. B. B. *Novas tecnologias, organização do trabalho e seus impactos na saúde e no meio ambiente*. CUT – Brasil & Fundacentro. *Saúde, meio ambiente e condições de trabalho. Conteúdos básicos para uma ação sindical*. São Paulo, abril 1996.
- MÉDICI, Ademir. *1.º de Maio e os principais momentos da luta sindical em São Bernardo: 1992–1990*. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1990.
- _____. *Migração, urbanismo, cidadania: a história de Santo André contada por seus personagens*. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1992.
- MELO, Matilde M. A. “Da Cidade Ideal à Cidade Intencional. Cidade ABC, a Utopia Colaboradora”. In: Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MatildeMelo.pdf>> Acesso em 23/05/2007.
- MEYER, Regina Maria; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- MONTAGNER, Paula. “Expansão do trabalho informal reduziu salários”. Santo André: Observatório Econômico, n.º 5, 2004, pp. 8-13.
- MOREIRA, Ruy. “Os Quatro Modelos de Espaço-Tempo e a Reestruturação”. In: Revista *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 7, 2002.
- NASSIF, André. “Há evidências de desindustrialização no Brasil?” Revista de Economia Política, vol. 28, nº.1 São Paulo Jan./Mar. 2008.
- NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- OBSERVATÓRIO ECONÔMICO (vários), Boletim trimestral publicado pela Prefeitura de Santo André desde junho/julho/agosto de 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para re(li)gião. SUDENE. Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. “Passagem na neblina”. In *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Fundação Peseu Abramo, 2000. pp. 7-22.
- _____. Crítica à razão dualista / O ornitorrinco. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAMPLONA, João Batista. “Mitos e fatos da ‘desindustrialização’ do ABC”. São Paulo: Gazeta Mercantil, 02 de maio de 2001. Jel: D e L.

- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Economia Brasileira – Uma introdução crítica*. 3.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; NAKANO, Yoshiaki. “Hiperinflação e estabilização no Brasil — O primeiro Plano Collor”. *Revista de Economia Política*, v. 11, n.º. 4 (44), outubro dezembro de 1991.
- PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, Lei n.º 8.696, de 17 de dezembro de 2004.
- POCHMANN, Marcio. *E-Trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.
- POSTONE, Moishe. *Repensando a Crítica de Marx ao Capitalismo*. In: Seminário Internacional: Teoria Crítica Radical, a Superação do Capitalismo e a Emancipação Humana. Fortaleza: Instituto de Filosofia da Práxis, 2000.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 16^a ed.. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Santo André, Cidade e Imagens. Santo André*, 1991.
- RAINHO, Luís Flávio. Os peões do Grande ABC – Estudo sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística. Petrópolis: Vozes, 1980.
- RAVENSTEIN, E. G. “As leis da migração”. In: MOURA, Hélio A. de. (org.) *Migração interna – Textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- ROSENDAHL Zeny. Ensaio “Território e territorialidade: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião”. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/12.shtml>>. Acesso em: 31/12/2007.
- SACK, R. D. *Human territoriality: its teory and history*. Cambridge University Press, 1986.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- SALIM, Celso A. Estrutura agrária e dinâmica migratória na região centro-oeste, 1970-80: análise do êxodo rural e da mobilidade da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e fronteira urbanizada. Tese de doutorado em Demografia. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1992.
- SANTOS, Magda Carmo dos. *Águas revoltas – História das enchentes em Santo André*. Santo André: Semasa: Prefeitura Municipal de Santo André , 2002.
- SANTOS, Milton. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”, in *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: AGB-SP, n.º. 54, 1977. pp. 81-99.

- _____. *Metrópole corporativa fragmentada – O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. “O dinheiro e o território”. In: Revista GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano I, nº 1, 1999. pp. 7-13.
- _____. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. 5.^a ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. 5.^a Edição. São Paulo, EDUSP, 2004.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil – *Território e sociedade no início do século XXI*. 3.^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- SASSEN. Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SIQUEIRA, Sueli. “Emigrantes da Microrregião de Governador Valadares nos EUA: Projeto de retorno e investimento”. (2004) [online] Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_353.pdf> Acesso em: 12/04/2008.
- SCHOEREDER, Vivian E. “Grande ABC: desindustrialização ou crise do emprego?” In: *Anos 90: um olhar sobre as políticas de industrialização no Estado de São Paulo*. São Paulo: Humanitas. Col. Primeiros Estudos, 2001, pp. 111-161.
- SILVA, Sidney A. “Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade”. Estudos Avançados, v. 57, p. 57-170, 2006.
- SILVEIRA, Paulo. “Da Alienação ao Fetichismo – Formas de Subjetivação e de Objetivação. In SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard (org.) Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989. pp. 41-76.
- SINGER, Paul. *Aprender Economia*, 7.^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Cadeira (org.). São Paulo: O Povo em movimento. 2.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SUMÁRIO DE DADOS 2006. Santo André, Ano base: 2006. Prefeitura Municipal de Santo André.
- TAUNAY, Affonso. de E. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstrução social; São Paulo no século XVI – História da Vila Piratiningana*. (Coleção de São Paulo; 3). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo*. Santo André: [s.n.], 1953.
- VALE, 2003, pp. 36-37
- WEISS, James M. G. “Estratégia de localização de montadoras e fornecedores de auto-peças no Brasil”, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 1997. [online]

Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1997_T5410.PDF>

Acesso em 20/03/2008.

Internet – Consulta de Dados

Anfavea - <http://www.anfavea.com.br/Index.html>

Dieese – <http://www.dieese.org.br/>

Fundação Seade – <http://www.seade.gov.br/>

Fundação de Economia e Estatística - <http://www.fee.rs.gov.br>

IBGE – <http://www.ibge.gov.br/home/>

UMSCS - <http://www.uscs.edu.br/comu/serv/inpes/socioeconomica>

Prefeitura de Santo André – <http://www.santoandre.sp.gov.br>

Sindipecas - <http://www.sindipecas.org.br>

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - <http://www.sei.ba.gov.br>